

MATHEUS HUDSON VIANA LOURENÇO

**TERCEIRIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO:
A CONFORMAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS EXCLUDENTES PELOS
TRABALHADORES TERCEIRIZADOS DA UFV EM VIÇOSA, MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Geografia, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: Tadzio Peters Coelho

Coorientador: Gustavo Soares Iorio

**VIÇOSA – MINAS GERAIS
2022**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da
Universidade Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

L892t
2022

Lourenço, Matheus Hudson Viana, 1991-
Terceirização e precarização: a conformação de espaços urbanos
excludentes pelos trabalhadores terceirizados da UFV em Viçosa,
Minas Gerais / Matheus Hudson Viana Lourenço. - Viçosa, MG, 2022.
1 dissertação eletrônica (161 f.): il. (algumas color.).
Inclui anexo.
Inclui apêndice.
Orientador: Tadzio Peters Coelho
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de Ciências Sociais, 2022.
Referências bibliográficas: .
DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2023.035>
Modo de acesso: World Wide Web.

1. Terceirização - Viçosa (MG); 2. Universidade Federal de
Viçosa; 3. Ambiente de trabalho - Viçosa (MG); 4. Segregação - Viçosa
(MG); 5. Gentrificação - Viçosa (MG); I. Coelho, Tadzio Peters II.
Universidade Federal de Viçosa.. Departamento de Ciências Sociais.
Programa de Pós-Graduação em Geografia III. Título

CDD 22. ed. 352.538

Bibliotecário(a) responsável: EUZEBIO LUIZ PINTO CRB-6/3317


MATHEUS HUDSON VIANA LOURENÇO

**TERCEIRIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO:
A CONFORMAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS EXCLUDENTES PELOS
TRABALHADORES TERCEIRIZADOS DA UFV EM VIÇOSA, MINAS GERAIS**


Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Geografia, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 23 de dezembro de 2022.

Assentimento:

Documento assinado digitalmente
 MATHEUS HUDSON VIANA LOURENÇO
Data: 08/02/2023 10:13:18-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Matheus Hudson Viana Lourenço
Autor

Documento assinado digitalmente
 TADZIO PETERS COELHO
Data: 06/02/2023 19:38:08-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Tadzio Peters Coelho
Orientador

Sigamos em defesa...
Em defesa da ciência
Em defesa da democracia
Em defesa da universidade
pública, gratuita e de qualidade
Em defesa do acesso ao trabalho digno e à
qualidade de vida pelo povo brasileiro
Que não nos faltem forças para combater a
intolerância, o negacionismo e o autoritarismo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, a toda essa força maior e extraordinária que nos alenta.

Aos meus pais, José Milton e Langina, pelo apoio incondicional, por terem me mostrado a importância da educação e do conhecimento desde o início da vida escolar.

Ao meu orientador, Professor Tadzio, mais do que pelas orientações, mas por ter ajudado a alavancar essa pesquisa, por ter me abastecido de confiança e de palavras de otimismo.

Aos professores Dari Krein, Gustavo Iório e Isabel Chrysostomo pelas valiosas sugestões na banca da qualificação dessa pesquisa.

Ao meu irmão, Miler, pelo imensurável apoio, por ter sido sempre uma referência de responsabilidade, de esforço e carisma a seguir.

À minha cunhada, Mariane, pelo companheirismo e amizade ao longo de anos e por ter contribuído na revisão desse trabalho.

Ao Luís Ricardo, colega e amigo que o mestrado proporcionou e tanto ajudou e me encorajou a chegar aqui.

À Patrícia do PPGEO, sempre tão atenciosa e afável comigo e com todos os mestrandos.

Aos meus amigos de república, que ajudaram não somente com contribuições à pesquisa, mas com a amizade, com os momentos de distração, com as boas prosas e noites de jogos.

Aos colegas e amigos da Diretoria de Governança Institucional, por tanto apoio nessa caminhada, por tanto ouvirem meus desabafos e sempre me dando forças para seguir.

À Universidade Federal de Viçosa, pela minha formação acadêmica e profissional.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por consolidar o mestrado acadêmico em Geografia na UFV.

Aos trabalhadores terceirizados, que tanto contribuem para a excelência dessa Instituição e, em especial, aos que aceitaram o convite para participar dessa pesquisa.

Aos amigos, aos familiares e a todos que, direta e indiretamente, contribuíram na realização deste trabalho.

“Dizia-se que a cidade era o lugar da esperança... ou do desespero. Diante do que sabemos de suas estruturas sociais, é preciso afirmar que a cidade dos países subdesenvolvidos é, antes de tudo, o lugar de transformações sociais nada comparáveis às do campo, o que, em última análise, explicaria a atração humana e o individualismo triunfante na cidade; ou então que a cidade é um lugar de tensões sociais, de lutas de classes, pelo fato de que as disparidades de rendas e de nível de vida aí seriam ainda mais extremos que no campo. A questão é vital”.

Milton Santos

RESUMO

LOURENÇO, Matheus Hudson Viana, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, dezembro de 2022. **Terceirização e Precarização: a conformação de espaços urbanos excludentes pelos trabalhadores terceirizados da UFV em Viçosa, Minas Gerais.** Orientador: Tadzio Peters Coelho. Coorientador: Gustavo Soares Iorio.

Desde a sua difusão, a terceirização do trabalho assumiu um papel central na organização do trabalho. Sob a influência neoliberal, o Estado brasileiro, assim como outros Estados, passou por reformas administrativas que terceirizaram as atividades que não eram consideradas estratégicas. A crescente e legitimada terceirização se estende por todos os níveis da administração pública, chegando também à Universidade Federal de Viçosa (UFV). Este trabalho investiga como se caracterizam os trabalhadores terceirizados da UFV e como eles se relacionam e acessam os espaços e serviços da cidade de Viçosa, Minas Gerais, e da UFV. Para tanto, é abordada a configuração urbana de Viçosa sob influência direta da formação e desenvolvimento da Universidade. A pesquisa esforça-se ainda em contextualizar os eventos históricos globais e nacionais que permitiram a difusão da terceirização no Brasil, conceitua e discute essa forma de organização do trabalho e busca relacioná-la com práticas espaciais de exclusão e segregação na cidade e na Universidade. O trabalho terceirizado na UFV evidenciou questões relacionadas às condições de trabalho dos trabalhadores terceirizados, às influências da terceirização na qualidade de vida, nas implicações sobre a subjetividade do trabalhador e na relação desses sujeitos com os espaços e serviços da cidade e da universidade.

Palavras-chave: Terceirização. Precarização. Segregação. Exclusão.

ABSTRACT

LOURENÇO, Matheus Hudson Viana, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, December, 2022. **Outsourcing and Precariousness: the conformation of exclusionary urban spaces by UFV outsourced employees in Viçosa, Minas Gerais.** Adviser: Tadzio Peters Coelho. Co-adviser: Gustavo Soares Iorio.

Since its diffusion, the outsourcing of work has assumed a central role in the organization of work. Under the neoliberal influence, the Brazil, as well as other countries, underwent administrative reforms that outsourced activities that were not considered strategic. The growing and legitimate outsourcing extends to all levels of public administration, also arriving at the Federal University of Viçosa (UFV). This dissertation investigates how outsourced workers from the UFV and how they relate to and access the spaces and services of the Viçosa city, Minas Gerais state, and the UFV. Therefore, addressed the urban configuration of Viçosa city under direct influence of the formation and development of the University. The research also makes an effort to contextualize the global and national historical events that allowed the spread of outsourcing in Brazil, conceptualizes and discusses this form of work organization and seeks to relate it to spatial practices of exclusion and segregation in the city and at the University. Outsourced work at a UFV highlighted issues related to the working conditions of outsourced employees, the influences of outsourcing on quality of life, in the implications on the subjectivity of the worker and in the relationship of these subjects with the spaces and services of the city and the University.

Keywords: Outsourcing. Precariousness. Segregation. Exclusion.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização do município de Viçosa.....	15
Figura 2: Capela Nosso Senhor dos Passos (Antes Capela de Santa Rita).....	26
Figura 3: Primeira Igreja Matriz de Santa Rita de Cássia.....	27
Figura 4: Igreja do Rosário (demolida em 1965).....	28
Figura 5: Avenida Santa Rita na Década de 1950.....	30
Figura 6: Avenida Bueno Brandão (Década de 1920).....	30
Figura 7: Avenida P. H. Rolfs (Década de 1960).....	33
Figura 8: Avenida P. H. Rolfs (Década de 2010).....	33
Figura 9: Vista Panorâmica da ESAV em 1925.....	35
Figura 10: Vila Gianetti em 1971.....	36
Figura 11: Distribuição dos Trabalhadores Terceirizados pelos Bairros e Distritos de Viçosa	100
Figura 12: Trabalhadores Terceirizados Residentes em Outros Municípios.....	106

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número de estudantes matriculados no primeiro semestre de 2006 a 2021.....	37
Tabela 2: Empregados por Setor da Economia em Viçosa - MG.....	69
Tabela 3: Evolução da População de Viçosa – MG, década de 1970 a 2020.....	78
Tabela 4: Caracterização social dos Trabalhadores terceirizados por meio de grupos de análise	96

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Contribuição do PIB de Viçosa por setor da economia.....	40
Gráfico 2: Quantitativo de Servidores Técnicos-Administrativos e Trabalhadores Terceirizados de 2007 a 2021 – UFV - Campus Viçosa.....	65
Gráfico 3: Adicionais Devidos aos Trabalhadores Terceirizados.....	86
Gráfico 4: Distribuição dos Trabalhadores Terceirizados por Remuneração.....	87
Gráfico 5: Distribuição dos Trabalhadores Terceirizados por Cor Declarada.....	89
Gráfico 6: Distribuição dos Trabalhadores Terceirizados por Faixa Etária.....	90
Gráfico 7: Distribuição dos Trabalhadores Terceirizados por Gênero.....	92
Gráfico 8: Distribuição dos Trabalhadores Terceirizados por Escolaridade.....	94
Gráfico 9: Distribuição dos Trabalhadores Terceirizados por Estado Civil.....	95
Gráfico 10: Distribuição dos Trabalhadores Terceirizados por Naturalidade.....	97
Gráfico 11: Distribuição dos Trabalhadores Terceirizados por Eixos Geohistóricos de Ocupação Urbana em Viçosa.....	101
Gráfico 12: Distribuição dos Trabalhadores Terceirizados por Jornada de Trabalho.....	111

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANS	Agência Nacional de Saúde
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEP/UFV	Comissão de Ética com Pesquisa em Seres Humanos da UFV
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
COLUNI	Colégio de Aplicação da UFV
DGI	Diretoria de Governança Institucional
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DPI/UFV	Departamento de Informática da UFV
DMT	Diretoria de Material
EPI	Equipamento de Proteção Individual
ESAV	Escola Superior de Agricultura e Veterinária
ESF	Estratégia de Saúde da Família
ESUV	Escola Superior de Viçosa
FDV	Faculdade de Viçosa
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MTPS	Ministério do Trabalho e Previdência
PLR	Participação nos Lucros e Resultados
PPO	Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento
PSF	Programa Saúde da Família
REUNI	Plano de Reestruturação e Expansão das Universidade Federais
TST	Tribunal Superior do Trabalho
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UNIVIÇOSA	Centro Universitário de Viçosa
UREMG	Universidade Rural do Estado de Minas Gerais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
Objetivos	19
Justificativa e Estrutura da Pesquisa	20
SEÇÃO 1: JORNADA METODOLÓGICA	21
1.1. A Pesquisa Qualitativa em Geografia.....	21
1.2. A Pesquisa Documental.....	22
1.3. A Pesquisa de Campo por meio de Entrevistas Semiestruturadas.....	23
SEÇÃO 2: URBANIZAÇÃO DE VIÇOSA E A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA FORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	25
2.1. Da Ermida à Urbe: A Geo-História de Viçosa.....	25
2.2. “Estudar, Saber, Agir, Vencer”: Da Escola Superior de Agricultura e Veterinária à Universidade Federal de Viçosa.....	34
2.3. A Atual Configuração Urbana de Viçosa.....	38
SEÇÃO 3: TERCEIRIZAÇÃO, PRECARIZAÇÃO E OS CIRCUITOS URBANOS DA ECOMOMIA	41
3.1. A Expansão da Flexibilização e a Desregulamentação do Trabalho.....	43
3.2. Neoliberalismo e suas implicações no Brasil.....	47
3.3. A Terceirização no Brasil e sua versão na Administração Pública Federal.....	52
3.4. Uma Moderna Forma de Precarização do Trabalho.....	57
3.5. A Evolução da Terceirização na Universidade Federal de Viçosa.....	62
3.6. Os Dois Circuitos da Economia Urbana em Viçosa.....	67
3.7. Espaços de Exclusão na Cidade Educadora.....	74
SEÇÃO 4: TERCEIRIZAÇÃO: UM COMPONENTE DA EXCLUSÃO, DA SEGREGAÇÃO E DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO	82
4.1. Análise e Tratamento dos Dados.....	82
4.2. Categorização dos Sujeitos: Um Olhar da Geografia Sobre os Trabalhadores Terceirizados da UFV.....	84
4.2.1. Caracterização Social dos Trabalhadores Terceirizados.....	84

4.2.2. Caracterização Espacial dos Trabalhadores Terceirizados.....	97
4.2.3. Condições de Trabalho e Qualidade de Vida.....	109
4.2.4. Acesso aos Serviços e Espaços da Cidade e da Universidade.....	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	137
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	144
APÊNDICE A.....	155
ANEXO I – PARECER CEP/UFV.....	157

INTRODUÇÃO

Estudiosos como Antunes (2008), Harvey (2000), Mészáros (2011), dentre outros, concordam que a forma assumida pelo capital, na segunda metade do século XX, alterou significativamente todo o modo de viver da sociedade moderna, tendo sido fortemente alteradas a cultura, a comunicação, o transporte, o meio ambiente, a produção, o comércio, a sociabilidade humana e, mais especificamente para abordagem desse estudo, as alterações sofridas também nos centros urbanos e nas formas de organização do trabalho.

No que diz respeito às transformações ocorridas nos centros urbanos, há uma organização espacial que tem, cada vez mais, separado os espaços da cidade seguindo critérios de condições sociais e econômicas de seus habitantes. E essa configuração do espaço urbano, não obstante a desigualdade em sua distribuição em que os habitantes desfavorecidos economicamente residem nas áreas urbanas mais precárias, é marcada ainda pelas situações em que há perda da qualidade de vida na cidade, seja pela falta de acesso a serviços públicos básicos ou pela ausência desses habitantes de baixa renda nos espaços e eventos urbanos característicos de sua cidade (CORRÊA, 2005).

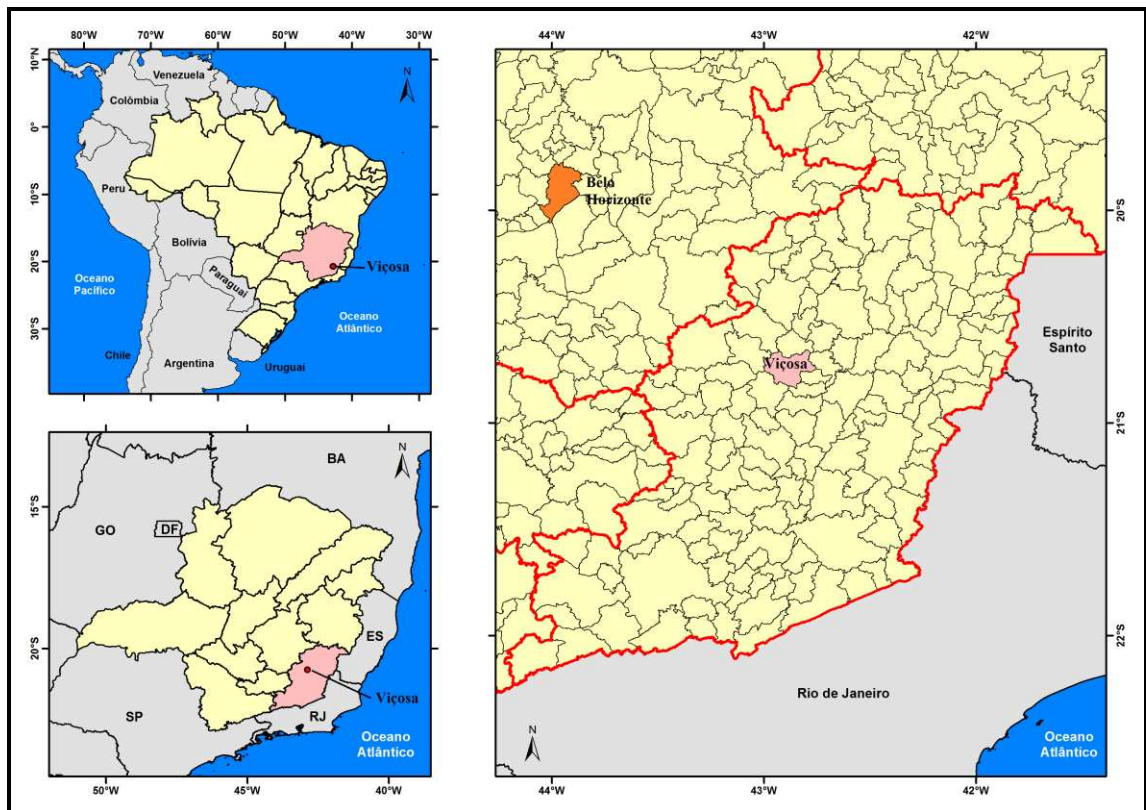
Já as transformações nas formas de organização do trabalho foram mais evidentes com a reestruturação do capital em meio à crise dos anos 1970. A reestruturação consistiu em traçar novos meios de acumulação a fim de superar o modelo fordista de produção e ainda para que fossem retomados os padrões de acumulação iguais ou melhores aos anteriores à crise. Foi então visado um modelo de organização da produção e do trabalho que otimizasse a força de trabalho, aprimorasse a tecnologia na produção e flexibilizasse as formas de contratos dos trabalhadores.

A terceirização do trabalho se expandiu, nesse contexto, justamente por seu caráter flexível na organização do trabalho e por contribuir na descentralização da produção, permitindo que as empresas voltassem sua atenção mais à produção e terceirizassem a mão de obra de suas atividades de base.

O Estado, por sua vez, tem ido na contramão dos interesses da classe trabalhadora ao adotar, legitimar e expandir cada vez mais a terceirização também na administração pública. No caso brasileiro a terceirização se intensificou a partir da adoção de diretrizes neoliberais pelo Estado, reformulando o funcionalismo público e promovendo a extinção de cargos e a redução de concursos públicos, prática esta que se faz crescente também nas instituições federais de ensino, como é o caso da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

A UFV está situada no município de Viçosa, sendo este localizado à oeste na mesorregião da Zona da Mata de Minas Gerais, na porção leste do estado, a 225 km da capital mineira, Belo Horizonte, como observa-se pela Figura 1. O município abrange uma área de 299 km², limitando-se ao norte com os municípios de Teixeiras e Guaraciaba, ao sul com Paula Cândido e Coimbra, a leste com Cajuri e São Miguel do Anta e a oeste com Porto Firme. É constituído por quatro distritos, sendo eles a sede, Silvestre, Cachoeira de Santa Cruz e São José do Triunfo.

Figura 1: Localização do município de Viçosa



Fonte: ASSIS, Neuman Otávio Freitas (2022) / Edição: O autor

Viçosa conta atualmente com uma população estimada de 79.910 pessoas em 2021, com aproximadamente 93% dos seus habitantes residindo nas áreas urbanas, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2022). Segundo dados de 2019 também apresentados pelo IBGE, mais de 88% da população economicamente ativa de Viçosa está no setor de serviços, incluindo o funcionalismo público (IBGE, 2019).

Quanto à Universidade Federal de Viçosa, ela teve um papel primordial para o desenvolvimento da atual configuração do município de Viçosa e, sobretudo, é o carro-chefe

para a economia da cidade. Direta e indiretamente a UFV influencia nas atividades econômicas e na dinâmica do trabalho no município de Viçosa e em sua microrregião. O funcionamento normal das atividades da instituição propicia na geração de postos de trabalho dentro do campus e fora dele. São produtores rurais, comerciantes, pequenas e médias indústrias que tem sua rotina de trabalho e produção para atender, em grande parte, a população viçosense e ainda os que trabalham diretamente na Universidade.

Atualmente a instituição oferece em seu campus-sede curso de ensino médio, cursos de graduação e programas de pós-graduação nas áreas das Ciências Agrárias, Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências Exatas e Tecnológicas e Ciências Humanas, contando com mais de dezesseis mil estudantes, 1.018 docentes e 1.732 técnicos administrativos, conforme dados de 2022, ano-base 2021 da Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (PPO, 2022).

Como diversas outras instituições públicas, a Universidade Federal de Viçosa também conheceu os efeitos oriundos dos decretos de extinção de cargos públicos a partir da Reforma Gerencial de 1995. Muitos cargos, ainda que extintos, continuaram essenciais para a manutenção e continuidade das atividades finalísticas da Instituição. Os cargos públicos dos serviços de apoio, como os prestados por pedreiro, carpinteiro, pintor, eletricista, vigilante, motorista, servente de limpeza, porteiro, entre outros, foram extintos sem extinguir, no entanto, a necessidade da prestação dos serviços.

Em meio a essas demandas por prestação de serviços de base, a universidade passou a contar com maiores investimentos de políticas de expansão e revitalização das Instituições Federais de Ensino Superior, por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidade Federais (REUNI), instituído pelo Governo Federal em 2007.

Dotada de maiores recursos a partir de 2007, mas impossibilitada de abrir editais de concursos públicos diante dos decretos de extinção de cargos, a Universidade Federal de Viçosa passou a utilizar dos processos licitatórios com a finalidade de celebrar contratos com dedicação exclusiva de mão de obra. Foi assim o início da terceirização pela UFV, modalidade do trabalho que tem sido cada vez mais crescente com os cargos públicos extintos e em extinção.

Assim, essa forma de organização do trabalho tem sido cada vez mais abrangente no cumprimento das atividades finalísticas da referida instituição de ensino. Seja pelo serviço de limpeza, portaria, manutenção predial, entre outros, os trabalhadores terceirizados estão presentes em todos os setores, departamentos, laboratórios e unidades experimentais do campus universitário, prestando serviços que, há menos de duas décadas, eram feitos somente

por servidores do quadro de efetivos da Universidade, por custos, condições e relações de trabalho diferentes dos percebidos pelos trabalhadores terceirizados.

Atualmente há na UFV a previsão contratual de mais de seiscentos trabalhadores terceirizados para atendimento em diversos serviços de apoio, indispensáveis ao ideal funcionamento da Instituição, segundo a Diretoria de Material (DMT, 2022), no entanto, a Instituição conta com 480 trabalhadores terceirizados em atividade, conforme dados do ano 2021, fornecidos pelo Serviço de Gestão de Contratos Diretoria de Governança Institucional (DGI, 2022).

Diante de todo o exposto, o presente estudo busca investigar não somente a terceirização em seu sentido *stricto*, mas objetiva conhecer os trabalhadores terceirizados a serviço da Universidade Federal de Viçosa e ainda analisar como a terceirização do trabalho revela práticas espaciais de exclusão e segregação na cidade de Viçosa e na Universidade. E para isso utilizou dados dos trabalhadores terceirizados, com base no ano de 2021, para a realização da pesquisa documental e para a realização das entrevistas semiestruturadas foram convidados os trabalhadores com vínculo ativo nos contratos de dedicação exclusiva de mão de obra à época da realização das entrevistas, ao fim do primeiro semestre de 2022.

Dessa forma, na condição de servidor público desta Universidade, lotado no Serviço de Gestão de Contratos da Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento, tenho as atribuições voltadas à gestão e fiscalização dos contratos com dedicação exclusiva de mão de obra. Esta condição me possibilitou perceber uma problematização sobre a situação de trabalho e da qualidade de vida dos trabalhadores terceirizados que motivou esta investigação.

Pontuo, inicialmente, o problema com a desvalorização do trabalho terceirizado, uma vez que a grande maioria das empresas, talvez todas, utilizam o piso salarial das diversas categorias a serem contratadas para compor sua planilha de custos e assim concorrerem nos processos licitatórios. Desse modo, os trabalhadores recebem o mínimo estabelecido em sua Convenção Coletiva do Trabalho e, não obstante, são descontados no pagamento sobre atrasos e faltas, algumas delas, mesmo quando justificadas não são aceitas, como nos casos de acompanhamento de filho com mais de seis anos de idade para atendimento médico.

O segundo problema parte das condições do trabalho realizado, uma vez que os trabalhadores terceirizados são os que mais prestam serviços de risco e de maior esforço físico, e mesmo com o fornecimento de equipamentos de proteção individual e treinamentos oferecidos, os dois últimos acidentes de trabalho fatais que a UFV presenciou nos últimos anos foram de trabalhadores terceirizados, sendo de um eletricista em maio de 2017

(VIÇOSA URGENTE, 2017) e de um pintor em outubro do mesmo ano (G1 ZONA DA MATA, 2017).

O terceiro problema parte das formas de exclusão sob as quais o trabalhador terceirizado é percebido em seu espaço de trabalho, a universidade, e no seu espaço de vivência, a cidade. Observa-se uma discreta presença desses agentes urbanos nos espaços de lazer, esporte, cultura e entretenimento de Viçosa e da UFV. Assumindo a premissa de que esses trabalhadores constituem os grupos sociais excluídos (CORRÊA, 2005), uma vez que a conformação desse grupo por não ser presente em determinados espaços da cidade e da Universidade constitui uma subjetividade de excluído quanto à sua condição enquanto agente urbano.

O último problema estrutura-se sobre a auto avaliação do trabalhador terceirizado e trata de alguns fatores subjetivos da terceirização, fatores que, em menor ou maior intensidade, parecem estar presentes em todos os trabalhadores, como a instabilidade e incerteza por desconhecerem sua condição no emprego a longo prazo; por se perceberem inferiores em relação aos demais sujeitos que vivenciam o espaço da Universidade; de se perceberem excluídos dos espaços que a cidade e também a Instituição oferecem; de perceber limitações e dificuldades no acesso aos serviços básicos do município e aos serviços ofertados pela UFV, sendo que a maioria deles não abrangem os trabalhadores terceirizados.

Diante desses problemas, foram traçadas duas hipóteses concomitantes a fim de contribuir na construção desta pesquisa. A primeira hipótese consiste na percepção de inferioridade e invisibilidade que a terceirização implica na vida do trabalhador terceirizado, seja em seu ambiente de trabalho, a UFV, ou em seu ambiente de vivência urbana, a cidade. Essa percepção de inferioridade e invisibilidade influencia em sua forma de se relacionar nesses espaços e com os demais sujeitos nele presentes. Tal hipótese estrutura-se sobre a desvalorização do trabalho terceirizado e ainda pela instabilidade da permanência do trabalhador no emprego, podendo ser desligado do contrato por diversos motivos, tais como a queda na produtividade, término da vigência do contrato e reduções orçamentárias, que acabam por refletir na supressão do número de postos de trabalho deste tipo de contrato. Esta condição acaba sendo usada como ferramenta de controle do empregador sobre os trabalhadores, seja na cobrança por produtividade e qualidade nos serviços prestados ou nas ameaças de demissão em ocorrências de reivindicações por direitos, melhorias na prestação dos serviços, entre outros.

Pela segunda hipótese tem-se que a precarização do trabalho e a condição da subjetividade de excluído do trabalhador terceirizado intensificam a exploração e a

subordinação desse trabalhador. Dessa forma, a conformação do trabalhador terceirizado diante da precarização do seu trabalho, sua conformação de inferioridade em seu ambiente de trabalho e vivência, sua conformação por ser “excluído” de espaços de lazer, esporte, cultura e entretenimento da UFV e de Viçosa, sua conformação pelas dificuldades no acesso a serviços básicos ofertados pela cidade e sua conformação por não ter acesso aos serviços que são disponibilizados na UFV, reforçam a subjetividade de excluído e colaboram para a deterioração da qualidade de vida do trabalhador.

Traçadas essas hipóteses, a pesquisa estrutura-se na seguinte problematização: quais são as condições de trabalho do trabalhador terceirizado da UFV? Como elas afetam a subjetividade e a qualidade de vida desses sujeitos? Estes trabalhadores sentem-se desvalorizados e discriminados? Como a precarização revela práticas espaciais na organização da cidade? A inferioridade e invisibilidade condicionadas pela terceirização excluem o terceirizado socioespacialmente da cidade e da UFV? Colocada esta problematização, a presente pesquisa visa investigar o perfil social e espacial dos trabalhadores terceirizados da UFV e suas percepções quanto às condições de trabalho e suas formas de relacionar com os espaços e serviços urbanos da cidade e da universidade. E a partir disso responder: **quem são os trabalhadores terceirizados da UFV e como a terceirização revela práticas espaciais de exclusão e segregação na cidade de Viçosa e na Universidade?**

Objetivos

O objetivo geral da pesquisa consiste então em investigar como se caracterizam os trabalhadores terceirizados da UFV e como eles relacionam e acessam os espaços e serviços da cidade de Viçosa e da Universidade. E para alcançar o objetivo geral, estabelecem-se como os objetivos específicos:

- Caracterizar o perfil social e espacial dos trabalhadores terceirizados da UFV;
- Avaliar as condições do trabalho terceirizado na UFV e como tais condições influenciam na subjetividade e na qualidade de vida dos trabalhadores;
- Analisar a relação que a terceirização e a precarização possuem na constituição e na conformação de espaços excludentes da cidade e da universidade.

Justificativa e Estrutura da Pesquisa

Partindo de uma abordagem geográfica é indispensável considerar o componente humano da sociedade e da cidade do capitalismo moderno. É pertinente à Geografia observar além da paisagem e compreender as implicações do trabalho terceirizado na qualidade de vida dos trabalhadores terceirizados e a relação desses sujeitos, enquanto agentes urbanos, com os espaços e serviços da cidade de Viçosa e da Universidade Federal de Viçosa.

Para a sociedade a pesquisa revela sua importância ao protagonizar o trabalhador da terceirização em seu espaço de trabalho e de vivência, possibilitando a este expor suas narrativas e sua perspectiva quanto às condições percebidas no espaço do trabalho e quanto à sua qualidade de vida no local de habitação, predominantemente o espaço urbano.

A justificativa pessoal com essa temática parte da minha condição de servidor público, atuando no Serviço de Gestão de Contratos da Universidade Federal de Viçosa, como gestor e fiscal administrativo de parte dos contratos com dedicação exclusiva de mão de obra terceirizada, condições estas que me permitem presenciar situações pouco percebidas pela comunidade acadêmica e pela sociedade em geral e que merecem e precisam ser consideradas, analisadas e discutidas.

Posto isso, a pesquisa estrutura-se em quatro seções: a primeira seção apresenta a metodologia e os métodos usados para a realização do trabalho; a segunda seção discute a configuração urbana de Viçosa, abordando a evolução histórica da formação da cidade e da Universidade Federal de Viçosa; a terceira seção versa sobre os eventos políticos e econômicos ocorridos em escala global e nacional, a partir dos anos 1970, que acarretaram na adoção e na disseminação da terceirização, abordando ainda a precarização dessa forma de organização do trabalho e sua evolução na Universidade Federal de Viçosa; a quarta seção discute as implicações do trabalho terceirizado sobre a qualidade de vida dos trabalhadores terceirizados e como a precarização desse trabalho compreende a configuração urbana da cidade de Viçosa, são aqui analisados e categorizados os dados e informações coletados e discutidos os principais resultados obtidos; por fim, são apresentadas as considerações finais do pesquisador.

SEÇÃO 1: JORNADA METODOLÓGICA

1.1. A Pesquisa Qualitativa em Geografia

O percurso metodológico que estruturou esta pesquisa partiu de uma abordagem qualitativa. Pela pesquisa qualitativa em Geografia busca-se analisar e interpretar as relações sociais e os eventos históricos manifestados no espaço, uma vez que a pesquisa pela abordagem qualitativa trabalha os dados e as informações sem necessariamente medi-las ou quantificá-las.

No campo da pesquisa social, Groul (2008) situa que a pesquisa qualitativa contribui na renovação do olhar lançado sobre os problemas sociais e sobre os mecanismos utilizados para gestão desses problemas, de forma a propor novas estratégias. Partindo disso, na pesquisa qualitativa o pesquisador é levado, geralmente, a considerar o descompasso entre as definições institucionais ou profissionais das situações e aquelas dos sujeitos que a vivem (GROUL, 2008).

Nesse raciocínio, muitas informações sobre a vida de grupos sociais, de povos não podem ser quantificadas e precisam ser interpretadas de forma mais ampla do que apresentadas por dados objetivos, e é assim, pela investigação etnográfica, que podemos conhecer a pesquisa qualitativa (TRIVIÑOS, 1987).

Triviños (1987) contribui ainda para essa abordagem ao trazer que a problemática na pesquisa qualitativa parte da premissa de que existe uma relação socioespacial que precisa ser melhor conhecida, analisada e compreendida. E é possível analisar essa relação a partir de duas realidades, a que se pretende conhecer e a que é a própria do investigador. E tratando-se do investigador, este deve ter suas ações disciplinadas, orientadas por princípios e estratégias gerais, ainda que sua atividade esteja marcada por seus traços culturais e suas próprias concepções do homem e do mundo.

Assim, o pesquisador atua como o principal instrumento de investigação a fim de captar os significados, comportamentos, situações, eventos, pessoas e interações observados na pesquisa qualitativa (PATTON, 1990). Nesse aspecto, por essa abordagem de pesquisa deve-se considerar os saberes, a vivência e o conhecimento tanto do pesquisador quanto dos sujeitos pesquisados.

Partindo dessa conceituação, com uma pesquisa qualitativa pela geografia pretende-se identificar o perfil social e espacial dos trabalhadores terceirizados a serviço da UFV,

investigar como a terceirização revela práticas espaciais de exclusão e segregação na cidade de Viçosa e na Universidade e de como as condições do trabalho terceirizado implicam na subjetividade e na qualidade de vida desses trabalhadores.

1.2. A Pesquisa Documental

A pesquisa documental é fundamental para a coleta de dados e produção de informações em documentos de diversas fontes e tipos. Os produtos desse método constituem fonte rica e estável de dados, dada a condição dos documentos em subsistir ao longo do tempo, tornando-se a mais importante fonte de dados em pesquisas de componentes históricos (GIL, 2019).

Considerando a diversidade que é possível encontrar os documentos, eles podem ser classificados em públicos, privados e pessoais (CELLARD, 2008). Cabe ao pesquisador em atenção ao seu objeto de estudo definir as fontes documentais a serem utilizadas para o desenvolvimento de sua pesquisa.

Partindo disso, as fontes usadas tiveram a finalidade de obter informações a respeito da terceirização do trabalho na Universidade Federal de Viçosa, tais como o histórico dos processos de contratação de mão de obra terceirizada e por meio desses processos extraiu-se informações sobre a evolução do quantitativo de terceirizados. Por sua vez, as informações sobre a evolução do quantitativo de servidores efetivos da UFV foram extraídas por meio de consultas aos sítios eletrônicos da Instituição.

Após isso, pelo segundo momento da pesquisa documental foram levantadas informações de espacialização e caracterização dos trabalhadores terceirizados, em atividade, pelas empresas atualmente contratadas pela UFV. Nessa fase foram utilizados os documentos admissionais dos trabalhadores requisitados às empresas contratadas. Destes documentos foram extraídas informações referentes ao cargo contratado, remuneração, benefícios e adicionais, naturalidade, local de residência, escolaridade, idade, gênero e cor declarada. Os nomes dos trabalhadores não foram constados na pesquisa a fim de manter a integridade dos sujeitos.

1.3. A Pesquisa de Campo por meio de Entrevistas Semiestruturadas

Para Lakatos e Marconi (2002) a pesquisa empírica é o momento do contato do pesquisador com a realidade, o encontro da teoria e da prática, o momento de aplicar a interpretação da teoria e dos conceitos analisados da pesquisa teórica no real vivido. Para isso foi utilizada então a entrevista semiestruturada como método para a produção de informações através dos trabalhadores terceirizados, dada a condição dessa ferramenta de propiciar uma interação mais direta com os sujeitos pesquisados, principalmente, pelo contato do entrevistador com o entrevistado, permitindo ao pesquisador aprofundar mais nos assuntos abordados ou mesmo direcionar a entrevista para outros assuntos.

A escolha pela entrevista semiestruturada dentro da pesquisa qualitativa deve-se, exatamente, pela sua condição pouco estruturada, sem uma ordem rigidamente estabelecida para as perguntas, assemelhando-se muito a uma conversa. Nesta forma de entrevista é facultado ao entrevistador, consoante ao pesquisador e sua pesquisa, ajustar a entrevista usando partes mais estruturadas e outras menos estruturadas, de acordo com o que se espera de cada tema, pois interessa mais ao investigador compreender o significado atribuído pelos sujeitos a eventos, situações, processos ou personagens que fazem parte de sua vida cotidiana (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNADJER, 2002).

Como técnica de coleta de dados, a entrevista é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes (SELLTIZ, 1972).

Lakatos e Marconi (2002) citam ainda as vantagens na utilização da entrevista, destacando que ela possibilita a obtenção de dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social, não exige que a pessoa entrevistada saiba ler e escrever, oferece maior flexibilidade, posto que o entrevistador pode esclarecer o significado das perguntas e adaptar-se mais facilmente às pessoas e às circunstâncias em que se desenvolve a entrevista, possibilita captar a expressão corporal do entrevistado, bem como a tonalidade de voz e ênfase nas respostas. No entanto, as entrevistas podem sofrer também algumas limitações, tais como a influência exercida pelo aspecto pessoal do entrevistador sobre o entrevistado e ainda a influência das opiniões pessoais do entrevistador sobre as respostas do entrevistado (LAKATOS; MARCONI, 2002).

Tratando especificamente sobre a entrevista semiestruturada, ela constitui uma interação entre perguntas abertas e fechadas (previamente formuladas), em que o informante tem a

possibilidade de discorrer sobre o assunto proposto de forma mais espontânea. Triviños (1987) caracteriza a entrevista semiestruturada pelos seus questionamentos básicos apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Rubin & Rubin (1995) trazem que nesta forma de entrevista o entrevistador introduz o tema da pesquisa, pedindo que o sujeito fale um pouco sobre ele mesmo, eventualmente inserindo alguns tópicos de interesse no fluxo da conversa.

Assim, esperou-se com este tipo de pesquisa alcançar informações mais ricas de detalhes pertinentes à pesquisa, além das informações mais estimadas, pois a resposta do entrevistado pode levar o entrevistador a pensar e fazer outras perguntas ou ainda a própria pergunta feita pode desencadear a abordagem de outros assuntos relevantes que tragam novas informações pelo entrevistado.

Para a realização das entrevistas semiestruturadas foi enviado, inicialmente, o projeto de pesquisa à Comissão de Ética com Pesquisas em Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa, através da Plataforma Brasil, sob o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética nº 53328721.4.0000.5153, em outubro de 2021. O então projeto foi aprovado em 15 de março de 2022, por meio do parecer consubstanciado nº 5.291.373, emitido pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa (CEP/UFV), conforme Anexo I deste trabalho. Com o parecer aprovado as entrevistas com os trabalhadores terceirizados foram realizadas em maio e junho de 2022.

Por meio das entrevistas semiestruturadas foram produzidas informações a partir das contribuições feitas pelos trabalhadores terceirizados em atendimento à Universidade Federal de Viçosa. Em atenção aos protocolos de biossegurança, decorrentes da pandemia provocada pelo novo coronavírus, as entrevistas ocorreram de forma presencial, algumas em espaço aberto e outras em salas amplas e arejadas dos pavilhões de aula para que entrevistador e entrevistado mantivessem o distanciamento e fazendo uso de suas máscaras.

O critério de amostragem utilizado para a seleção dos terceirizados para participação da entrevista consistiu na proporção do quantitativo de trabalhadores de cada contrato diante do quantitativo total de trabalhadores terceirizados da UFV. Assim, o contrato de maior quantitativo de terceirizados, o de limpeza e conservação de edificações, teve 05 (cinco) trabalhadores entrevistados; em seguida os contratos de manutenção predial, de auxiliar agropecuário, de portaria e de vigilância contribuíram com 02 (dois) entrevistados de cada um destes contratos; e, por último, os contratos de educação infantil, jardinagem, de transporte de cargas e pessoas, de contínuos, de manutenção veicular, de serviços gráficos e de auxiliar veterinário contribuíram com 01 (um) trabalhador convidado de cada contrato.

Assim, participaram das entrevistas vinte trabalhadores vinculados aos contratos de mão de obra terceirizada, celebrados entre a Universidade Federal de Viçosa e as empresas contratadas. As entrevistas ocorreram em etapa posterior ao acesso às documentações admissionais dos trabalhadores e estes foram consultados antecipadamente sobre o interesse em participar e aos interessados foram agendados o local, a data e o horário. As entrevistas foram gravadas com a anuência do entrevistado para posterior transcrição e análise, a duração média foi de vinte e um minutos cada.

O roteiro de perguntas semiestruturadas que direcionaram as entrevistas encontra-se no Apêndice A da pesquisa e consiste em informações referentes à identificação do trabalhador, à sua vida profissional, às condições de trabalho, à qualidade de vida que o trabalho proporciona e o acesso aos espaços e serviços na UFV e em Viçosa.

SEÇÃO 2: URBANIZAÇÃO DE VIÇOSA E A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA FORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

2.1. Da Ermida à Urbe: A Geo-História de Viçosa

A geo-história é uma ferramenta importante utilizada para analisar e compreender, espacial e historicamente, a dinâmica e formação de um espaço, no caso em questão, da cidade de Viçosa. Como afiança Santos (1979), o espaço humano e geográfico é um fato histórico do qual somente a história do todo combinada com a história da sociedade local pode servir para a compreensão da realidade espacial e sua transformação.

A condição que um espaço possui de se resignificar periodicamente parte dos múltiplos processos de produção e de relações sociais que nele interagem. E tais processos são fortemente influenciados também por um todo maior. Assim, ainda que um local apresente sua particularidade, ele faz parte de um contexto maior devendo ser estudado por uma visão holística.

No caso de Viçosa, sua formação inicial tem as raízes ligadas ao ciclo do ouro em Minas Gerais e remonta, no registro oficial, ao ano de 1745, contexto em que envolve a abertura de um Caminho Novo que transforma a Mata Atlântica mineira em uma região de acesso às áreas de mineração.

Até 1825 foram doadas 144 sesmarias no entorno do ribeirão Turvo Limpo, que atualmente compreende terras do município viçosense. A grande maioria dessas terras, mais de 90%, foram doadas para famílias que não conseguiram se inserir no mercado aurífero das

idades de Ouro Preto e Mariana. Essas populações passaram a se dedicar à agricultura de subsistência e seus excedentes eram enviados a zona mineradora (CARNEIRO, 2010).

No entanto, com o declínio do ciclo do ouro ao final do século XVIII, a província de Minas Gerais viu sua economia estagnada. É nesse contexto que inicia a produção cafeeira em maior escala, voltada em grande maioria para o mercado externo. A região da Zona da Mata, que até então era apenas passagem ou ainda uma zona de tampão, recebia esta nova atividade econômica e aos poucos ia testemunhando a substituição de sua exuberante biogeografia pelas lavouras de café (NETTO; DINIZ, 2005).

Foi então a Zona da Mata mineira capaz de se desenvolver e reerguer a decaída economia da província de Minas Gerais através de sua extensa produção cafeeira. O século XIX veio assim acompanhando de mudanças para as Minas Gerais graças a Zona da Mata que rompeu com o passado de um ciclo de ouro que decaiu e assumiu uma nova configuração com as lavouras de café. Para Pedrosa (1962) a Zona da Mata marcou a ruptura com o passado histórico de Minas Gerais.

Viçosa, situada ao oeste da então Zona da Mata e seguindo a tendência dessa região, também contava com uma economia estritamente voltada para a agricultura, um marco histórico nos primórdios da formação da cidade foi a construção de uma pequena capela em homenagem à Santa Rita de Cássia, atualmente com o nome de Capela Nosso Senhor dos Passos, na atual Rua dos Passos, bairro São Sebastião, como observa-se na Figura 2. A ermida foi autorizada pelo quinto bispo de Mariana, Don Frei Cipriano de São José, no ano de 1800.

Figura 2: Capela Nosso Senhor dos Passos (Antes Capela de Santa Rita)



Fonte: Cidadania Digital UFV

Cinco anos mais tarde, em 1805, a então ermida, representada pelo Padre Jerônimo Fernandes Lana, recebeu do Capitão Manoel Cardoso Machado e sua esposa, Dona Ana Joaquina de Fraga, uma doação de terras próximas ao Ribeirão São Bartolomeu. Desse modo, foi iniciada a construção de uma nova ermida, localizada ao lado da atual Igreja Matriz de Santa Rita de Cássia, conforme observa-se na Figura 3. A construção foi finalizada em 1813, mesmo ano em que foi transferida para ela as atividades religiosas. O relevo do local da nova ermida possibilitou também a construção de uma praça, com vias abertas em seu entorno.

Figura 3: Primeira Igreja Matriz de Santa Rita de Cássia



Fonte: DPI/UFV

A construção da Igreja Matriz muito contribuiu no desenvolvimento de um núcleo urbano em seu entorno, a ponto que em 1832 foi instituída para a localidade a categoria de distrito, de nome Santa Rita do Turvo, por meio do decreto de 14 de julho de 1832 (CENSUS, 2014).

Décadas mais tarde, em 1851, iniciou-se a construção de uma segunda igreja na cidade, a igreja do Rosário, que era localizada onde hoje é o antigo prédio da Prefeitura Municipal de Viçosa, na praça do Rosário, praça esta que recebeu esse nome em função da igreja que já não existe mais, como vê-se na Figura 4 a seguir. Com isso, a cidade de Viçosa foi se desenvolvendo em torno dessas três ermidas, a primeira Capela de Santa Rita (atual capela do Senhor dos Passos), a antiga Igreja Matriz de Santa Rita de Cássia (ao lado da atual

Igreja Matriz) e a antiga Igreja do Rosário que foi construída na Praça do Rosário e demolida em 1965.

Figura 4: Igreja do Rosário (demolida em 1965)



Fonte: Fonte: DPI/UFV

Com a construção do cemitério Dom Viçoso em 1865 há um novo crescimento urbano ligando a Praça do Rosário em direção ao cemitério. Viçosa já apresentava contornos urbanos mais evidentes, chegando à categoria de vila em 1871, pela Lei Provincial nº 1.817, de 30 de setembro de 1871, assumindo a nomenclatura de Santa Rita do Rio Turvo.

Anos mais tarde, a lei provincial nº 2.216, de 03 de junho de 1876, elevou a Vila de Santa Rita do Rio Turvo à categoria de cidade, recebendo o nome de Viçosa de Santa Rita, em uma possível homenagem ao sétimo Bispo de Mariana, Dom Antônio Vicente Ferreira Viçoso, bispado de 1844 a 1875. No entanto, Vidigal (2003) afirma que o nome Viçosa está relacionado aos imigrantes portugueses oriundos da Vila Viçosa, distrito de Évora, da região de Alentejo em Portugal, assim o nome seria uma homenagem à então vila portuguesa feita na terra que os acolheram, sem nenhuma relação com o bispo.

De fato, a condição de cidade e a constituição de uma Câmara Municipal conferiu mais autonomia à Viçosa, retirando do bispado de Mariana o controle sobre a doação de terras em seus limites. Silva (2014) menciona que Viçosa foi fruto do desmembramento dos municípios de Ubá, Ponte Nova e Mariana, sendo constituída inicialmente pelos distritos de Viçosa, São Miguel do Araponga, São Sebastião do Pedra do Anta, São Sebastião do Herval, Santo Antônio dos Teixeiras e São Vicente do Grama.

Décadas mais tarde Viçosa sofreu alteração na configuração do município por meio do Decreto-Lei estadual nº 148, de 7 de dezembro de 1938, que levou à separação do distrito de São Vicente do Grama, anexado ao município de Jequeri. Também foram desmembrados os distritos de Herval e Araçonga, que se anexaram ao município de Herval, atualmente com a nomenclatura de Ervália, assim como os distritos de Santo Antônio dos Teixeiras e Pedra do Anta que se desmembraram de Viçosa e compuseram o município de Teixeiras. Por este decreto, Viçosa ficou então constituída pelo seu distrito principal e ainda pelos distritos de Cajuri, Canaã, Coimbra e São Miguel do Anta.

Posteriormente Viçosa perdeu o distrito de Coimbra em 1948 e os distritos de São Miguel do Anta e Canaã em 1953. Em 1962, por meio da Lei 2.764, o distrito de Cajuri também foi desmembrado de Viçosa e elevado a município, por essa mesma lei foram criados os novos distritos de Cachoeira de Santa Cruz e Silvestre. Décadas depois, em 1992, foi criado o distrito de Silvestre, assim Viçosa passou a ser constituída pelo seu distrito sede, Silvestre, Cachoeira de Santa Cruz e São José do Triunfo, formação que constitui o município até a atualidade.

Retomando aos primórdios da condição de Viçosa enquanto cidade, em 1885 foi instalada, em seus limites, um trecho da Estrada de Ferro Leopoldina onde é atualmente o distrito de Silvestre. O trecho foi construído visando contribuir no escoamento da produção de café do interior de Minas Gerais para os portos do Rio de Janeiro. A implantação dessa linha foi um grande marco para o desenvolvimento urbano e econômico da cidade, passando sua paisagem urbana a refletir a ascensão econômica advinda da extensa produção de café da época, seja pela instalação de fábricas de tecidos, seja pela vinda de imigrantes libaneses e italianos à procura de oportunidades de trabalho (PANIAGIO, 1990).

Seguindo em seu crescimento urbano, em 1900 ocorre a abertura da Avenida Santa Rita, com casas de projetos arquitetônicos inspirados nos bulevares parisienses, já adotados nas grandes capitais do país, como Rio de Janeiro. Em seu projeto, a então avenida consistia em uma via ampla, de calçadas largas e um canteiro central linear, como mostra a Figura 5 a seguir. Tendo seus lotes laterais doados pelo poder público. Ribeiro Filho (1997) deduziu que as doações ocorreram para famílias com poder aquisitivo elevado, como estratégia de apoio político do governo da época, fato que impulsionou uma ocupação do centro da cidade por famílias de elevado poder aquisitivo, repelindo desses espaços a população de baixa renda da cidade.

Figura 5: Avenida Santa Rita na Década de 1950



Fonte: DPI/UFV

Anos mais tarde, em 1914, a estrada de ferro foi estendida até o centro de Viçosa, sendo inaugurada a Estação Central entre a Igreja Matriz e a Igreja do Rosário (onde hoje é o prédio da antiga Prefeitura Municipal). A instalação da Estação motivou a abertura de uma via paralela à ferrovia em 1919, a Avenida Bueno Brandão. Esta via também privilegiou a classe alta da cidade, em especial os produtores e de café e comerciantes.

Seus sobrados foram construídos inspirados em modelos arquitetônicos europeus, padrão comumente adotado em várias cidades brasileiras da época, o que proporcionou à esta avenida um aspecto mais moderno e sofisticado comparado à Avenida Santa Rita. Na Figura 6 é possível observar os primeiros sobrados erguidos nessa avenida ainda nos anos 1920.

Figura 6: Avenida Bueno Brandão (Década de 1920)



Fonte: Arquivo Histórico da UFV

O aspecto elitista da avenida foi reforçado ainda pela construção de uma balaustrada por toda sua extensão. Ribeiro Filho (1997) argumenta que, possivelmente, esse padrão foi copiado dos bairros Glória e de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, e da Praça da Estação, em Belo Horizonte. Com a abertura de mais esta via, no centro da cidade e destinada à elite local, fica evidente que, desde a formação de seu núcleo urbano, Viçosa foi desenvolvendo espaços de segregação, situação que se mantém inalterada ao longo de sua evolução geo-histórica.

Nos anos 1920 a economia cafeeira dá seus sinais de arrefecimento, impactando diretamente a Zona da Mata mineira e conseqüentemente a cidade de Viçosa. Lima (1981) traz que enquanto no início do século XIX a produção de café na Zona da Mata correspondia a 80% do total da produção do estado, no início do século XX a produção era de um pouco mais de 40%. Essa estagnação fez com que toda a região da Zona da Mata perdesse sua importância econômica e política no contexto do estado de Minas Gerais e do Brasil.

Em meio a isso Viçosa ainda conseguiu reorientar sua economia e retomar o progresso com a instalação em seus limites da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), autorizada pelo então presidente do Estado de Minas Gerais, Arthur da Silva Bernardes, por meio da Lei nº 761, de 06 de setembro de 1920 (GOMIDE, 1996).

Apesar da ESAV ter sido um importante marco histórico para o desenvolvimento econômico e urbano de Viçosa, no início de sua fundação os impactos sobre a cidade ainda foram muito discretos. Primeiramente por ter sido abertos somente dois cursos superiores, de Agricultura e Veterinária, e cursos elementares e médio de curta duração, de um e dois anos, respectivamente; segundo que a localização do campus se dava razoavelmente afastada do núcleo urbano da cidade da época; e por último, a ESAV possuía uma condição autossuficiente em seu campus, que pouco dependia dos serviços ofertados em Viçosa, principalmente em termos de moradia, manutenção e abastecimento. Nesse entendimento, Silva (2014) afirma que a ESAV não promoveu mudanças significativas na cidade, uma vez que dentro da escola havia alojamentos e serviços imediatos que atendiam as demandas de trabalhadores técnicos, professores e estudantes.

Pelas próximas quase três décadas, até meados dos anos 1950, Viçosa não teve grandes mudanças urbanísticas relevantes como nas décadas anteriores. Sua população, ainda que em crescimento, predominava na zona rural. Ribeiro Filho (1997) cita que dois fatores contribuíram para essa estagnação do crescimento urbano de Viçosa, o esgotamento da produção cafeeira e a derrota política de Arthur Bernardes, que acarretou em seu exílio na Era Vargas, razões que contribuíram para o isolamento político da cidade.

Mesmo com a incorporação da ESAV à Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG) ao final da década de 1940, Viçosa continuou sem perceber relevantes mudanças urbanísticas e em seu desenvolvimento. Andrade (2015) traz que somente a partir de 1969 que a cidade foi diretamente transformada com a federalização da UREMG, que passou para sua atual nomenclatura, Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Com a federalização, a UFV recebeu mais estudantes e demandou mais profissionais docentes e técnicos. É nesse contexto que inicia uma expressiva migração da população rural e das cidades vizinhas para o núcleo urbano de Viçosa, em busca de emprego, principalmente na área da construção civil. Andrade (2015) contribui novamente ao trazer que a mancha urbana de Viçosa começou a ter sua direção modificada, se antes a construção obedecia às margens do Rio São Bartolomeu, passou para áreas mais próximas da universidade e ainda para áreas de relevo acidentado.

Silva (2010) aponta que a federalização acelerou ainda mais a configuração urbana de Viçosa, o município recebeu um contingente de população flutuante, forçando uma concentração de moradias na área central da cidade e no entorno da UFV. Uma das razões que impulsionou o centro urbano e o mercado imobiliário de Viçosa foi a limitação da Universidade em disponibilizar vagas em moradia estudantis nos alojamentos para todos seus estudantes, principalmente devido à expansão dos cursos e vagas ofertadas. Esta situação fez com que os estudantes buscassem, então, moradias na cidade.

Nesse contexto, a Avenida P.H. Rolfs ganhou enorme importância para o mercado imobiliário devido a sua proximidade com a UFV e ainda por ligar a instituição ao centro da cidade. A então avenida sofreu um intenso processo de verticalização e se tornou o novo eixo de centralidade da cidade que antes estavam com a Avenida Santa Rita e principalmente com a Avenida Bueno Brandão (SILVA, 2014). Na Figura 7 observa-se a Avenida P.H. Rolfs na década de 1960, anos antes da federalização da UFV, já na Figura 8 é possível observar a mesma avenida cinco décadas depois, uma paisagem fortemente marcada pela verticalização.

Figura 7: Avenida P. H. Rolfs (Década de 1960)



Fonte: Arquivo Histórico da UFV

Figura 8: Avenida P. H. Rolfs (Década de 2010)



Fonte: DGE/UFV

Concomitante a isso, a população de baixa renda se deparou com lotes e habitações de alto valor nas áreas centrais da cidade e começou a se deslocar para as áreas periféricas.

Assim, a partir dos anos 1970 surgem novos bairros mais afastados do centro e da UFV. Assim como na Avenida P.H. Rolfs, outras áreas da cidade também perceberam um contínuo processo de reconfiguração de sua paisagem por meio da verticalização, decorrente da crescente demanda por moradias, o que chamou a atenção de agentes autônomos para a especulação imobiliária em Viçosa.

Diante disso, já na década de 1990 é nítida em Viçosa uma efetiva ocupação verticalizada do centro, principalmente próximo às praças do Rosário e Silviano Brandão; das Avenidas P.H. Rolfs, Santa Rita e Senador Vaz de Melo; e das ruas Gomes Barbosa e Professor Alberto Pacheco. É uma característica fundamental dessa época a consolidação da verticalização ao redor da UFV e a construção de prédios de habitação com os gabaritos cada vez maiores (ZACCHI, 2009).

O início do século XXI marcou uma nova configuração urbana em Viçosa. Apesar de ter prosseguido a verticalização do centro e dos bairros próximos ainda em atendimento à universidade, há também um movimento crescente de verticalização nas áreas próximas das novas instituições privadas de ensino superior, construídas em bairros mais afastados da área central de Viçosa.

A instalação da Escola de Ensino Superior de Viçosa (ESUV) em 2001, da Faculdade de Viçosa (FDV) em 2002 e do Centro Universitário de Viçosa (UNIVIÇOSA) em 2004 contribuíram para reforçar a alcunha de Cidade Educadora para Viçosa, fazendo dela um polo educacional de reconhecimento em escala regional à global. Não obstante, a instalação destas instituições de ensino superior alavancou o crescimento urbano do distrito de Silvestre e dos bairros Santo Antônio, Liberdade e João Brás da Costal Val.

À medida que estas instituições de ensino superior privadas foram atraindo estudantes para residirem nesses bairros e distrito próximos, houve um desenvolvimento também para essas localidades de pequenos e médios serviços e comércios.

2.2. “Estudar, Saber, Agir, Vencer”: Da Escola Superior de Agricultura e Veterinária à Universidade Federal de Viçosa

As obras da então Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV) iniciaram em 1923, com a construção da residência do diretor (atual Reitoria), de um alojamento, conhecido atualmente como Alojamento Velho (Edifício Bêllo Lisboa), pequenas edificações, depósitos de materiais e do Edifício Arthur Bernardes, a principal obra, que disporia de salas de aula e laboratórios. À direita central da Figura 9 é possível observar a construção em

andamento do Edifício Arthur Bernardes e a residência do diretor da ESAV (atual Reitoria) já finalizada. Posteriormente foram construídas também casas de moradias dentro do campus, destinadas a abrigar docentes e funcionários técnicos, como a Vila Chaves.

Figura 9: Vista Panorâmica da ESAV em 1925



Fonte: Arquivo Histórico da UFV

A motivação para a implantação da ESAV na Zona da Mata Mineira deu-se pelo esforço do estado em buscar conhecimentos a fim de formar profissionais para atuar na agricultura do país e em especial na Zona da Mata que sofria com a crise na produção agrícola. Já a motivação política para sua instalação em Viçosa foi por esta ter sido a cidade natal de Arthur da Silva Bernardes, o então presidente do estado de Minas Gerais (1918-1922) da época.

E para alcançar essa busca por conhecimentos e formar profissionais da agricultura, o professor, Peter Henry Rolfs, diplomado pela *Iowa State University* e diretor da *Florida University*, foi convidado a contribuir na instituição da ESAV, trazendo novas tecnologias e os métodos de ensino diferenciados para aprimorar a produção agrícola mineira.

O modelo educacional implantado na ESAV foi influenciado pelos *Lant-Grant Colleges* do oeste dos Estados Unidos da América. Estes eram instituições voltadas para o desenvolvimento de práticas agrícolas das áreas rurais do interior estadunidense criadas com o foco no desenvolvimento das áreas rurais do interior daquele país, com o método de aprender fazendo, a partir do ensino, da pesquisa e da extensão (SILVA, 1995).

Após mais de duas décadas de sua inauguração, o governo do estado de Minas Gerais autorizou a ampliação de cursos a serem oferecidos pela ESAV, situação que

consequentemente levou a uma demanda maior por professores, funcionários técnicos e estudantes. Com essa expansão a ESAV foi incorporada à Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG) por meio da Lei Estadual nº 272, de 13 de novembro de 1948.

A partir da década de 1960 a UREMG estabeleceu vínculos e parcerias que contribuíram para sua expansão e maior reconhecimento, além de auxílios financeiros recebidos da Fundação Ford e de um vínculo com a Universidade de Purdue, nos Estados Unidos, que promoveu a realização de intercâmbios de professores entre as duas universidades, com a finalidade de aperfeiçoamento do corpo docente (UFV, 2013).

Em meio a essa expansão, a UREMG contou com a chegada de professores estadunidenses que vieram para intercâmbio, com isso a instituição construiu mais residências para abrigar esse corpo docente estrangeiro, também dentro do próprio campus. Assim, foi construída a Vila Gianetti, de arquitetura inspirada nos subúrbios americanos da metade do século XX, como observa-se na Figura 10 a seguir.

Figura 10: Vila Gianetti em 1971



Fonte: Arquivo Histórico da UFV

Posteriormente a UREMG implantou novos cursos, sendo pioneira na instituição dos cursos de Economia Doméstica e Engenharia Florestal. Roberto (2011) ressalta que também nessa época foi criado o Colégio Universitário da UFV, o COLUNI, por meio da Lei Estadual nº 8.484 de julho de 1965 e aprovado por decisão do Conselho Universitário da UFV.

Em meio à sua gradual expansão e expressividade nacional, o então presidente da República, Arthur da Costa e Silva, decretou a federalização da UREMG, instituindo-a sob a

forma de fundação por meio do Decreto nº 64.825, de 15 de julho de 1969, passando esta para a atual nomenclatura de Universidade Federal de Viçosa. Foram expandidos os cursos existentes, abertos novos cursos e vagas para estudantes, bem como postos de trabalho para o corpo técnico e docente da recém instituição federalizada.

De 1974 para 1975 a UFV passou de dezenove cursos de graduação e pós-graduação para trinta e nove e, no decorrer das últimas cinco décadas, ampliou e vem ampliando a oferta de cursos, programas de pós-graduação e vagas nos já existentes. Sua influência também segue aumentando, chegando a criar dois novos campi em 2006, um em Florestal, na região metropolitana de Belo Horizonte, por meio da Resolução CONSU nº 07/2006; e outro em Rio Paranaíba, na região do Triângulo Mineiro, por meio da Resolução CONSU nº 08/2006.

Décadas mais tarde, outro marco de seu desenvolvimento foi sua vinculação ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Este programa promoveu ampliação e oferta de mais de três mil vagas na graduação e nos programas de pós-graduação, com efeitos já em 2007. A Tabela 1 mostra que a partir da implantação do REUNI em 2007, o número de matriculados, seja na graduação ou na pós-graduação, aumentou gradativamente nos cinco anos subsequentes, passando por uma discreta queda em 2013 e retomando o crescimento em 2017.

Tabela 1: Número de estudantes matriculados no primeiro semestre de 2006 a 2021

Ano	Matrículas na Graduação	Matrículas na Pós-Graduação	Total
2006	9.047	1.890	10.937
2007	9.714	2.161	11.875
2008	9.984	2.286	12.270
2009	10.385	2.468	12.853
2010	10.942	2.595	13.537
2011	11.726	2.796	14.522
2012	11.757	3.035	14.792
2013	11.328	2.870	14.198
2014	11.533	2.901	14.434
2015	11.521	3.037	14.558
2016	11.239	3.049	14.288
2017	11.368	3.192	14.560
2018	11.485	3.120	14.605
2019	11.548	3.028	14.576
2020	11.530	3.080	14.610
2021	12.966	3.164	16.130

Fonte: Registro Escolar/UFV

Atualmente a Universidade Federal de Viçosa, campus Viçosa, oferece curso de ensino médio, cursos de graduação e programas de pós-graduação nas áreas das Ciências Agrárias, Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências Exatas e Tecnológicas e Ciências Humanas, contando com mais de 16 mil estudantes, 1.022 docentes, 1.732 técnicos administrativos e 480 trabalhadores terceirizados (UFV, 2021).

A instituição conta também, em seu campus principal, com um corpo de bombeiros, supermercado, creche, agências bancárias, uma frota oficial de veículos própria, áreas de reserva de mata primária, atividades culturais independentes, capela, cerca de 1.300 vagas de alojamentos estudantis, restaurantes universitários, hotel, fábrica de laticínios, etc. Hoje a ESAV, Escola Superior de Agricultura e Veterinária, fica na história e na memória da UFV e de Viçosa como um grande marco do que é atualmente a Instituição e a cidade.

2.3. A Atual Configuração Urbana de Viçosa

Dentro do espectro espacial e econômico, a localização de Viçosa na mesorregião da Zona da Mata de Minas Gerais a configura como um importante centro urbano. A cidade é ainda estruturada por sua malha rodoviária, sendo cortada pelas rodovias MG-280, BR-482 e a BR-120. Tais vias permitem o contato de Viçosa com outras importantes cidades de sua região de contato, como Ponte Nova e Ubá, além de outras cidades do interior da região (BARROS, 2020).

A economia de Viçosa é estritamente ligada ao polo educacional, principalmente por parte da oferta de ensino superior, em especial, o oferecido pela Universidade Federal de Viçosa e outras instituições como UNIVIÇOSA e Faculdade de Viçosa, e ainda colégios de ensino básico públicos, privados e o COLUNI, um Colégio Universitário da UFV, que oferece o ensino médio e público por meio de seleção. Com isso a cidade recebe a alcunha de Cidade Educadora, tendo esse seu polo educacional o fator de sua ascensão urbana.

A evolução desse polo educacional impactou diretamente no crescimento demográfico em Viçosa. Desde a federalização da UREMG, no final da década de 1960, a cidade percebeu um aumento considerável e gradual de sua população urbana. Saltando de aproximadamente 25 mil habitantes em 1970 para quase 40 mil em 1980, representando um crescimento populacional de 60% em uma década.

Soma-se, ainda, a esse crescimento populacional de Viçosa, uma população flutuante de cerca de 15 mil pessoas. Parcela esta composta principalmente por estudantes de outras cidades que vão estudar em Viçosa e passam a residir na cidade durante os períodos letivos.

Não obstante, Viçosa conta ainda com um considerável movimento de pessoas em migração pendular, são trabalhadores e, principalmente, estudantes que residem em cidades próximas e deslocam diariamente de sua cidade para Viçosa.

Analisando esse deslocamento pendular é possível aferir a relação que Viçosa tem com as cidades de sua microrregião e outros nós dessa rede por meio das viagens intermunicipais oferecidas por companhias de viação. Assim, a linha de Viçosa com a cidade de Teixeiras é a mais expressiva, chegando a trinta e duas viagens diárias; em seguida a linha de Viçosa com a cidade de Coimbra que conta com trinta viagens diárias; as linhas com as cidades de Canaã e São Miguel do Anta com dezesseis viagens diárias cada cidade; a linha com Paula Cândido com quatorze viagens diárias; a linha com Cajuri com doze viagens diárias e a linha com Preda do Anta com dez viagens diárias. Os grandes centros urbanos que mais possuem linhas convencionais com Viçosa são Belo Horizonte, com oito viagens diárias; Juiz de Fora, com sete viagens diárias; São Paulo, com quatro viagens diárias e Rio de Janeiro, com três viagens diárias.

De fato, Viçosa assume um importante papel para as demais cidades de sua microrregião. Os tempos de sua ascensão econômica com a atividade primária, principalmente com o café, permitiu que as cidades menores dessa microrregião também percebessem certos recursos e melhorias, porém, a crise da produção agrícola que veio a se estabelecer tornou frágil a situação econômica, política e social dessas cidades. Desde então foi se acentuando uma discrepância entre a evolução das cidades na microrregião e Viçosa assumiu uma condição de cidade média de responsabilidade territorial (BITOUN, 2009). Sobre estas cidades, Schor (2013) nos afiança que estas,

“[...] exercem diversas funções urbanas e contém arranjos institucionais que são importantes não só para o município da qual são sede, mas para as cidades e municípios ao seu redor [...]. A importância da cidade tem origem no desenvolvimento histórico-geográfico que constituiu a região e a rede urbana” (SCHOR, 2013).

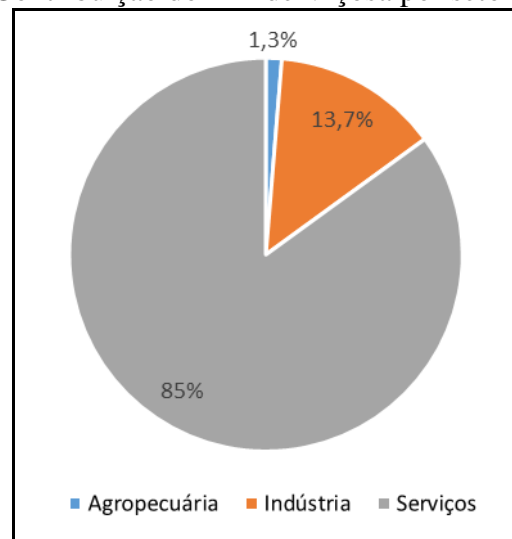
Esta configuração de Viçosa em sua microrregião é evidenciada pelas relações históricas de sua própria formação, uma vez que grande parte dessas cidades menores foram pertencentes a Viçosa enquanto distrito, desmembradas e constituídas como cidade na metade do século passado, como visto anteriormente.

Assim, a importância atual de Viçosa para essa região vai além do aspecto econômico e chega ao aspecto que possibilita a esta dotar as cidades do seu entorno de componentes básicos, como maior número de leitos de internação em hospitais, maior atendimento em diferentes especialidades médicas, a presença de instituições como escritório da Previdência

Social, unidade do Ministério Público de Minas Gerais, uma subseção da Justiça Federal, entre outros. É com essa condição que Viçosa, enquanto cidade média de responsabilidade territorial, tem sua organização interna estruturada de forma a atender além dos seus limites municipais, tornando-se responsável em partes também por estas cidades menores ao seu redor e próximas a ela (BARROS, 2020).

A Cidade Educadora, do ensino básico ao ensino superior, este com mais expressão em número de discentes, comporta assim uma parcela relevante de uma população jovem que além de necessitar de serviços básicos e comuns de todo cidadão, ainda buscam por serviços de lazer e cultura típicos de sua faixa etária. Dessa forma, essa parcela da população de Viçosa é um grande atrativo para diversos agentes da economia, em especial para o setor terciário, o setor mais expressivo para o PIB do município, conforme o Gráfico 1 a seguir.

Gráfico 1: Contribuição do PIB de Viçosa por setor da economia



Fonte: IBGE 2019

Como comenta Andrade (2015), a cidade é um centro de serviços que atende a sua população e a população das cidades próximas, abrigando redes de eletrodomésticos, como Casas Bahia e Magazine Luiza, supermercados locais e de rede, como Bahamas e Mineirão Atacarejo, e ainda uma leva de comércios como academias, bares, *pubs*, casas noturnas, restaurantes, pizzarias e demais estabelecimentos de *fast food* que agregam a vida dos jovens estudantes.

SEÇÃO 3: TERCEIRIZAÇÃO, PRECARIZAÇÃO E OS CIRCUITOS URBANOS DA ECOMOMIA

De forma sucinta para iniciar essa seção, entende-se a terceirização como a entrega de uma atividade de uma empresa à uma empresa terceira, visando redução de custos fixos, aumentando a escala de produção e transferência de custos da folha de pagamento (DRUCK, 1999). Uma modalidade do trabalho crescente no mundo a partir da década de 1970, um fenômeno que tem reconfigurado principalmente o setor de serviços, sendo mais comum nas atividades-meio de uma empresa, como os serviços de limpeza e conservação, manutenção de prédios, manutenção de veículos, segurança, portaria e recepção, transporte, entre outros. Assim, nesse moderno contexto de acumulação, a peça central do lucro é otimizar despesas com recursos humanos.

Pela dimensão que vem alcançando no Brasil, a terceirização do trabalho tem sido objeto de constante estudo e debate no meio acadêmico e na sociedade em geral. Há diferentes grupos e campos dos conhecimentos que se acirram em lados diferentes sobre o tema polêmico da terceirização. Há os favoráveis a essa modalidade do trabalho, defendendo que, ao terceirizar, uma empresa ou instituição reduz custos com força de trabalho e volta sua atenção à sua atividade-fim. E pelo outro lado, há os críticos à terceirização por esta promover uma intensa precarização do trabalho.

No campo da Administração a terceirização é vista, em geral, de forma positiva, por reduzir custos da produção e por reorientar a atenção da empresa apenas com sua atividade-fim. Nessa ótica, Queiroz (1996) aborda a terceirização como uma técnica administrativa que possibilita o estabelecimento de um processo gerenciado de transferência das atividades acessórias e de apoio de uma empresa a empresas terceiras, permitindo que aquela concentre-se em sua atividade-fim. Oliveira (1994) contribui também nessa linha ao abordar que a terceirização “[...] é um tipo de ação administrativa que busca reduzir custos e aumentar a eficiência nas operações das empresas, visando à competitividade num mundo em que a concorrência se torna cada vez mais acirrada”.

Oliveira (1994) defende ainda que terceirizar é:

“[...] buscar racionalmente os melhores resultados em escala de produção, a maior flexibilidade operacional e uma adequada redução de custos administrativos, juntamente com a concentração e a maximização de oportunidades para enfrentar o mercado. Terceirizar é uma escolha consciente, que leva a empresa a aumentar sua eficiência e a melhorar seus resultados” (OLIVEIRA, 1994).

Ainda pelo campo da Administração e compartilhando das palavras de Queiroz (1996), Davis (1992) afirma que com a terceirização “a empresa concentra-se em suas atividades-fim, aquela para a qual foi criada e que justifica sua presença no mercado, e passa a terceiros (pessoas físicas ou jurídicas) as atividades-meio”.

Já pela ótica da Sociologia, a terceirização é criticada por sua condição de reduzir custos com a produção através da mão de obra, acarretando na precarização do trabalho. Por essa linha de entendimento, Druck (1999) aborda que “não há separação das práticas da terceirização [...], pois para atingir os padrões de competitividade visados é necessário reduzir custos, e isso é intrínseco à terceirização”. Antunes (2008) também argumenta que ao reduzir o trabalho improdutivo que não cria valor, como os serviços de manutenção, ocorre a desregulamentação dos direitos trabalhistas, precarização do trabalho e redução do sindicalismo.

Pela ótica das ciências sociais a terceirização é mais um instrumento do capital para reduzir ao máximo os custos de uma empresa, incrementando a taxa de mais-valia e conseqüentemente aumentar seus lucros. O discurso da qualidade e da especialização na atividade-fim já se tornou uma retórica infundada, uma vez que na atualidade já se terceiriza até mesmo a atividade-fim e na produção há um intenso descarte de produtos de durabilidade cada vez mais reduzida ou por tornarem-se rapidamente obsoletos.

Contudo, observa-se que enquanto, de um lado, a área da Administração concebe a terceirização como uma técnica administrativa moderna, que contribui na otimização de custos, na focalização de sua atividade-fim, na competitividade no mercado, na qualidade dos produtos e/ou serviços ofertados; por outro lado, o campo das ciências sociais defende que a otimização de custos, defendida pelo campo da administração, trata-se na verdade de redução de custos com a força de trabalho, alcançada através da precarização e na flexibilização das relações contratuais.

Fato é que a terceirização traz em sua essência a redução de salários, a retirada de benefícios sociais e trabalhistas, condições de trabalho mais precarizadas e representações sindicais cada vez mais fragmentadas. Sobre isso, Druck *et al.* (2018) mostraram através de estudos que, com base nos últimos vinte e cinco anos, a terceirização do trabalho no Brasil está atrelada à precarização em todos os segmentos e por diferentes aspectos, seja no descumprimento de direitos trabalhistas, nas condições de trabalho, na desvalorização da força de trabalho, no aumento do número de acidentes de trabalho e doenças a ele associadas e ainda no enfraquecimento das organizações sindicais.

Posto isso, para compreender como a terceirização expandiu pelo Brasil e tem sido amplamente adotada pela administração pública federal é indispensável contextualizar os eventos políticos e econômicos ocorridos no mundo nas últimas décadas do século XX que influenciaram fortemente a economia e a política brasileira.

3.1. A Expansão da Flexibilização e a Desregulamentação do Trabalho

O extenso período de acumulação de capital, percebido na primeira metade do século XX, ficou marcado pelo modelo fordista de produção. Modelo este que, segundo Antunes (1995), é caracterizado pela produção em massa, pelas linhas de montagem e pelos produtos mais homogêneos, através do controle dos tempos e movimentos cronometrados da produção em série.

O êxito econômico ainda era percebido após a Segunda Guerra Mundial findada em 1945. Sobre isso, Jorge (2011) comenta que nesse período a economia mundial passou por anos de forte expansão das taxas de acumulação. Os chamados “Anos Dourados” ou os “Trinta Gloriosos” foi um período de ascensão econômica para o capital que, concomitantemente, elevou o padrão de produtividade dos operários e a qualidade de vida da sociedade dos países centrais, favorecida também pelo Estado de bem-estar social.

No entanto, nos anos finais da década de 1960 e nos anos iniciais de 1970, a Era de Ouro do capitalismo começou a dar sinais de sua crise. Dentre os sinais da crise do capital, Antunes (2009) destaca a queda da taxa de lucro causada pelo aumento do preço da força de trabalho, decorrente de lutas sociais organizadas por organizações sindicais e o avanço do bloco socialista nos anos 1960; o esgotamento do padrão de produção taylorista/fordista frente à crescente retração do consumo na época, resultado do desemprego estrutural e o Estado de bem-estar social, que foi responsabilizado pela crise fiscal do Estado capitalista pelos elevados gastos públicos com suas políticas de assistência social.

O início dos anos 1970 foi assim o começo de um período de retração do consumo, hiperinflação na periferia do capitalismo, elevadas taxas de desemprego, queda na produção e no comércio mundial. O mundo do trabalho também sofreu intensas transformações, afetando drasticamente o padrão de vida dos trabalhadores, acarretando em elevados índices de desemprego e legitimando uma exploração do trabalhador.

Harvey (2000) analisa que a flexibilização do trabalho foi uma resposta à crise do modelo fordista, uma vez que a rigidez do fordismo impedia a flexibilidade de planejamento das empresas. Ainda sobre a crise, Mészáros (2011) contribui ao anunciar que ela é o

momento constitutivo, uma forma de progredir para além de suas próprias barreiras e com isso se permitir estender sua esfera de operação e dominação. Assim, foi necessário que o capital se reconfigurasse para um novo contexto de acumulação e para isso ocorreram ações que foram compondo a reestruturação produtiva, a fim de contribuir para superar a crise e, conseqüentemente, o modelo fordista de produção.

Tais ações eram pautadas principalmente em um novo formato de gerência, na otimização e qualificação da força de trabalho e também nas novas formas de contratos de trabalho. No entanto, não foi abandonado um dos pressupostos principais do fordismo, a constante busca pelo aumento da produtividade. Antunes (1995) afirma que algumas práticas do modelo fordista não foram abandonadas, mas sim metamorfoseadas, passando a obedecer a um novo padrão de acumulação orientado por uma racionalização do trabalho.

Sobre isso, Mandel (1990) observa a movimentação para a eliminação ou redução da atividade das empresas menos rentáveis, a substituição das técnicas menos produtivas por técnicas mais avançadas na produção, investimentos a fim de racionalizar a produção por meio da economia de matéria-prima, energia e da força de trabalho, e ainda os esforços para aumentar a taxa de mais-valia, pela exploração da força de trabalho.

A chamada reestruturação produtiva caracterizou-se por um novo modo de produção em que buscou maiores taxas de lucro através de tecnificação da produção e organização do trabalho a fim de aumentar a produtividade. Esse novo modelo de produção é chamado também, por Harvey (2011), de acumulação flexível, um padrão de produção que superou e minimizou o fordismo, apoiando-se na flexibilidade do trabalho, da força de trabalho, dos produtos, da produção e dos padrões de consumo.

Nesse contexto de reestruturação foram percebidas medidas de contenção da crise, como é o caso dos mercados internos nacionais. Se antes eram protegidos e regulamentados pelos Estados, com a crise foi se modificando de forma a promover a abertura dos mercados nacionais por meio da “[...] liberalização dos fluxos de câmbio, a abertura do mercado de créditos aos operadores estrangeiros, a abertura da Bolsa às empresas estrangeiras, etc.” (CHESNAIS, 1996).

Outro fator de recuperação da crise, trazido por Jorge (2011), parte das grandes corporações transnacionais que buscou novos mercados, principalmente nos países de terceiro mundo, em decorrência de sua oferta de mão de obra barata causada por altas taxas de desemprego, fragilidade na legislação ambiental, incentivos fiscais e sindicalismo pouco desenvolvido.

Quanto a isso, Mészáros (2002) cita que o objetivo do capital com a reestruturação é exclusivamente expandir a produção, sem se preocupar com o componente humano, ele reforça a observação de Jorge (2011) ao afirmar que recuperação da crise parte do “desemprego em dimensão estrutural, precarização do trabalho de modo ampliado e destruição da natureza em escala globalizada [...]” (MÉSZÁROS, 2002).

Nota-se, assim, que a reestruturação do capital consistiu em modificar o modelo de produção com o objetivo de retomar as taxas de acumulação como era antes da crise do capital dos anos 1970, utilizando instrumentos de exploração do trabalho, do meio ambiente e da fragilidade política e econômica de “países periféricos”. Essa reestruturação é concebida como um “processo que compatibiliza mudanças institucionais e organizacionais nas relações de produção e de trabalho, bem como redefinição de papéis dos estados nacionais e das instituições financeiras, visando atender às necessidades de garantia da lucratividade” (CORRÊA, 1997).

Em consonância à Corrêa, Harvey (2011) cita que é possível compreender que o processo de reestruturação não ocorreu de maneira uniforme nos territórios, porém, o elemento comum desse processo foi a adoção pelas empresas e pelas economias nacionais de um conjunto de práticas que visavam recuperar a taxa de acumulação como do período anterior à crise dos anos 1970. E nesse esforço do capital de retomar as taxas de acumulação de antes, Antunes (1995) defende que as empresas visavam reestruturar-se a partir de suas forças produtivas, revendo as práticas tayloristas e fordistas.

Essa reestruturação constituiu-se assim em um conjunto de novas tecnologias e inovações de práticas aplicadas no gerenciamento e na organização do trabalho e dos trabalhadores, um processo de transição do fordismo para o toyotismo. Para Druck (1999), este modelo traz em sua essência uma solução para a crise de produção e do capital, se mostrando superior e totalmente inovador ao fordismo. É ainda um sistema de organização da produção que atende às demandas diversificadas e que por isso exige uma organização flexível e integrada do trabalho e dos trabalhadores (GOUNET, 1999).

Por essas perspectivas, Antunes (1995) contribui também ao trazer que o toyotismo se consolidou em um padrão produtivo organizacional e tecnologicamente avançado, dotado de novas técnicas de gestão do trabalho e da inserção dos computadores nos setores de produção e de serviços. Quanto ao trabalhador, nesse novo modelo, ele deve ter a “capacidade de efetuar tarefas diferentes, de conduzir várias máquinas correspondendo a operações sucessivas, de gerir tanto a programação como o diagnóstico, a manutenção ou a qualidade” (CORIAT, 1994). Esse componente multifuncional dos novos trabalhadores do modelo toyotista de

produção é chamado de flexibilidade, uma vez que espera do trabalhador a capacidade de ocupar diferentes postos de trabalho, de intervir em diferentes tipos de materiais, de inserir-se em diferentes segmentos do processo de trabalho.

E essa produção flexível implica também a “flexibilidade salarial”, com o afrouxamento da legislação trabalhista (ALVES, 1998). É nesse sentido que Théubad-Mony (2007) afirma que a concepção de flexibilidade mascara fenômenos materiais reais, como a intensificação do trabalho, enfraquecimento dos coletivos de trabalho, desemprego estrutural, trabalhos temporários e subcontratação.

Contudo, essa polivalência e flexibilidade esperada pelo padrão toyotista configura-se como um processo de organização do trabalho em que é almejada a exploração dos trabalhadores. Segundo Antunes (1995), enquanto no fordismo era característico mensurar o potencial de uma empresa pelo seu número de trabalhadores, no padrão toyotista o ideal esperado para o potencial de uma empresa era ser “enxuta”. Nas palavras do sociólogo: “são exemplos a serem seguidos aquelas empresas que dispõem de menor contingente de força de trabalho e que apesar disso têm maiores índices de produtividade” (ANTUNES, 1995).

É nesse modelo inovador de organização e gestão da produção e do trabalho que ascende a terceirização. Fleury (1993) cita que uma das inovações ocasionadas pelo Toyotismo é a relação que se formou entre as empresas, esta relação interempresarial se deu por meio da subcontratação, considerada fonte de dinamismo e competitividade para os empresários.

Alves (2000) também traça esta relação interempresarial propiciada pelo toyotismo ao discutir que este processo encontrou na descentralização da produção o cenário propício para a reestruturação produtiva almejada. Com isso, o autor aborda a terceirização tratando-a como um procedimento estratégico que passou a ser usado pelas empresas nacionais e internacionais pautando-se na lógica da focalização da produção, de forma que “as empresas tenderam a concentrar seus esforços na busca de uma especialização produtiva em determinadas mercadorias, que poderiam obter, com isso, algumas vantagens sobre as concorrentes” (ALVES, 2000).

De fato, a terceirização do trabalho viabiliza um certo grau de liberdade do capital para gerir e dominar, de forma irrestrita, a força de trabalho, como é percebido pela flexibilização dos contratos, pela precarização nas condições de trabalho, pela transferência de responsabilidade de gestão de recursos humanos e ainda pela redução de custos trabalhistas para um terceiro (THÉBAUD-MONY; DRUCK, 2007).

3.2. Neoliberalismo e suas implicações no Brasil

A intervenção do Estado na economia foi considerada a grande culpada pela crise do capital dos anos 1970. Nesse contexto, teóricos neoliberais defendiam um consenso neoliberal de que o Estado não deveria intervir no mercado e ainda deveria se eximir da obrigação de provisão pública em áreas como habitação, saúde, educação, transporte e abastecimento (água, energia e até mesmo infraestrutura), e abrir essas áreas à acumulação de capital privado e à primazia do valor de troca (HARVEY, 2016).

O neoliberalismo surgiu após a Segunda Guerra Mundial nas principais potências capitalistas, principalmente da Europa e os Estados Unidos da América, como uma resposta ao intervencionismo keynesiano e ao Estado de bem-estar social. Se para o Estado de bem-estar social os objetivos principais eram o crescimento, a equidade e o pleno emprego, os objetivos do neoliberalismo são o equilíbrio macroeconômico, a eficiência e a competitividade (FIORI, 1995).

O economista liberal, Milton Friedman (1984), defendia a existência de um mercado livre sem desconsiderar a necessidade de um governo, pois o governo é indispensável para dispor a legislação que regulamenta as atividades econômicas e ainda “[...] preservar a lei e a ordem; reforçar os contratos privados; promover mercados competitivos” (FRIEDMAN, 1984).

Por essa ótica, o governo é conveniente para que seja garantida a liberdade e simultaneamente um sistema em que o próprio governo tenha liberdade limitada, devendo se eximir da concentração de poder, deixando que o mercado se regule e apenas ditando as “regras do jogo” e promovendo meios para o exercício livre do mercado.

Essas diretrizes e políticas neoliberais são componentes do processo de reestruturação produtiva do capital e foram fortemente influenciadas pelo Toyotismo. Antunes (2009) cita que o neoliberalismo ascendeu com o objetivo de contribuir na reorganização do capital, do seu sistema ideológico e político de dominação em resposta à sua própria crise. O sociólogo defende ainda que as ações mais evidentes do neoliberalismo são definidas pela “privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal [...]” (ANTUNES, 2009).

Compartilhando das palavras de Antunes (2009), Druck (2021) cita que a reestruturação do Estado, orientando-se ao neoliberalismo, se dá em dois campos: o primeiro por meio da privatização de empresas estatais e o segundo por reformas do aparelho estatal, introduzindo o Estado gerencial, sustentado na mercadorização da instituição pública, que

passa a funcionar como uma empresa. Essa transformação, em geral justificada pela necessidade de reduzir gastos sociais, vai muito mais além, pois subverte as bases de um Estado democrático que estabelece direitos sociais aos cidadãos, substituindo-o por um Estado mais flexível, orientado pelo mercado e para o consumidor.

Nesse raciocínio, Ianni (1998) contribui também ao defender que a matriz neoliberal compreendeu ainda a liberação crescente das atividades econômicas, fundando-se no reconhecimento das liberdades relativas às atividades econômicas, como elemento indispensável na organização e funcionamento das mais diversas formas de sociabilidade, seja para entes privados ou públicos, e para os Estados ainda prega a desregulamentação de suas atividades econômicas e a privatização de empresas estatais.

Pochmann (2001) relaciona esse enxugamento do papel do Estado e a reorientação de atividades produtivas do setor público para o privado com a crescente taxa de desemprego, de forma que as privatizações contribuíram em demissões em massa nas empresas públicas, sem resultar em novas vagas de emprego minimamente próximas do que era enquanto estatal, ocorreu, porém, a geração de postos em quantitativo menor do que a situação anterior.

O objetivo com as diretrizes neoliberais era promover uma reestruturação da produção e do trabalho de forma a retomar os índices de acumulação anterior à crise. Para alcançar esse objetivo, Netto (1995) discute que o ideal neoliberal prevê duras diretrizes para os Estados, expressa o sentido de fundação de um projeto societário global, investe sobre a estrutura social e a ordem político-institucional, dilapida direitos sociais, contribuindo para ampliar a deterioração da vida da maioria da população. Assim, os Estados passam por reformas que fragilizam a legislação trabalhista e reduzem garantias e liberdades sociais (KREIN e OLIVEIRA, 2019).

Carvalho (2018) cita em sua obra que segundo os autores franceses, Christian Laval e Pierre Dardot, o neoliberalismo não seria uma doutrina econômica, mas seria um instrumento de desativação do jogo democrático, ou seja, o neoliberalismo atua de forma a enfraquecer a soberania nacional, tirando decisões econômicas do Estado e transferindo-as para o setor privado, dilapidando direitos trabalhistas conquistados.

Nesse cenário, Antunes (2009) discute que é no quadro de precarização estrutural do trabalho que os capitais globais estão exigindo o desmonte da legislação trabalhista pelos governos nacionais. De forma que flexibilizar a legislação trabalhista propicia mais mecanismos de exploração do trabalho.

No caso brasileiro, o fim da Era de Ouro do capitalismo, nos anos 1970, também trouxe para o campo político-econômico nacional o discurso do livre comércio e do

liberalismo econômico, como método essencial para a retomada do progresso econômico. O Ipea (2018) cita que a decadência do Estado de bem-estar-social deu lugar ao Estado mínimo, com a redução de políticas sociais, implantação de reformas estatais e enxugamento da máquina pública brasileira, motivados pelas diretrizes neoliberais que pregavam a privatização e a terceirização.

Nesse contexto Antunes (1995) defende que a terceirização foi se definindo e se dissipando pelo Brasil a partir da década de 1970, resultado das movimentações que vinham ocorrendo no “mundo do trabalho” em meio à reestruturação produtiva e a “desfordização”, acarretando em graves ataques à classe trabalhadora.

Alves (1998) traz que a condição do capitalismo tardio combinada com o governo neoliberal trouxeram intensas mudanças e desafios para o trabalho no Brasil a partir do fim da década de 1960 e início da década de 1970. O Estado brasileiro passou a reformular sua legislação de forma a adaptar as relações de trabalho, atentando contra direitos duramente conquistados pela classe trabalhadora e ainda enfraquecendo as organizações e movimentos sindicais.

A partir de então o trabalho terceirizado foi se definindo e se estendendo pelo Brasil. Delgado (2003) menciona que em um primeiro momento a terceirização chegou ao Brasil pelo setor público, através do Decreto-Lei nº 200/1967, já no início do período ditatorial, marcado por privatizações e concentração do capital, a fim de promover a descentralização da administração pública.

O Decreto-Lei nº 200/1967 dispunha que a Administração Federal devesse ser organizada por meio da administração direta e da administração indireta, obedecendo aos princípios fundamentais do planejamento, coordenação, descentralização, delegação de competências e controle. Tais princípios traziam em sua essência a intenção do governo “de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa” (BRASIL, 1967), de forma a promover medidas que avaliassem a produtividade das diversas atividades da Administração Federal, com o objetivo de colocá-la em níveis de competição com a atividade privada ou a evitar custos injustificáveis de operação.

Ainda sobre os princípios mencionados, o da descentralização foi a base legal para que a Administração passasse a adotar a subcontratação, transferindo para o setor privado os serviços de execução da administração pública. Não obstante, com base nesse instrumento não deveria haver vínculo entre a administração federal e o trabalhador, de forma que o vínculo deste deveria ser com a empresa contratada.

Era claro o objetivo do governo de se eximir das atividades complementares ao funcionalismo público, transferindo-as por meio de contratos para o setor privado, contendo o crescimento da máquina administrativa. O então decreto dará base para, mais tarde, o governo promover as reformas, que tem em seu projeto a terceirização, a privatização e a publicização.

Já em um segundo momento a Lei nº 5.645/1970, o Decreto-Lei 6.019/1974 e a Lei 7.102/1983 regulamentaram a terceirização também no setor privado, a fim de reduzir custos e tornar o mercado interno mais competitivo. A Lei nº 5.645/1970 regulamentou os critérios para a contratação de serviços terceirizados e em seu art. 3º dispôs quanto aos serviços que pudessem ser contratados, citando que: “As atividades relacionadas com transporte, conservação, custódia, operação de elevadores, limpeza, e outras assemelhadas, serão, de preferência, objeto de execução indireta, mediante acordo com o artigo 10, § 7º, do Decreto Lei número 200, de 25 de fevereiro de 1967” (BRASIL, 1970). Foi assim a primeira norma legal a regularizar a terceirização e difundi-la pelo estado brasileiro, para o ente público e privado.

Antunes e Druck (2015) citam que a então Lei nº 5.645/1970 considerava ilícita a terceirização em quaisquer atividades permanentes das empresas. Partindo disso, Delgado e Amorim (2014) contribuem ao trazer que o Tribunal Superior do Trabalho (TST) editou o Enunciado 256/1986 o qual declarava ilegal a contratação de trabalhadores por empresa interposta, exceto para o trabalho temporário e serviço de vigilância.

Já o Decreto-Lei 6.019/1974 veio para dispor sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas, regulamentando a possibilidade de uma empresa (contratada) fornecer seus trabalhadores, ou seja, sua força de trabalho, à outra empresa (contratante). Carelli (2007) reitera que o então decreto regulamentou essa possibilidade apenas para o trabalho temporário e em situações excepcionais, assim não foram amparados por esse instrumento a terceirização de serviços como o de limpeza, por seu caráter de serviço permanente. O então decreto-lei estabelece ainda o trabalho temporário como sendo para atender a necessidade transitória de substituição do pessoal regular de uma empresa ou como acréscimo extraordinário de serviços, devendo ocorrer por no máximo três meses.

A Lei nº 7.102/1983, por sua vez, dispôs sobre a segurança para os estabelecimentos financeiros e estabeleceu normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte. Por trazer em seu texto a terceirização de serviços de segurança e transporte, ainda que somente para instituições financeiras, esta lei acabou por motivar o surgimento crescente das empresas prestadoras de serviços.

Diante de todo esse cenário, a subcontratação pela Administração Pública foi gradualmente ganhando forma, até porque, conforme afirma Amorim (2009), não havia amparo constitucional que exigisse o concurso para o ingresso no serviço público, sendo os servidores públicos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Para o Dieese (1993) a terceirização ascende dentro desse contexto de reestruturação visando a redução de custos com a força de trabalho e conseqüentemente aumentando o ritmo de trabalho, concentrando atribuições diversas e tornando ainda mais precárias as condições de trabalho e emprego.

A flexibilização do trabalho foi parte do projeto de tornar o Brasil um mercado competitivo na economia mundial, uma vez que a exploração da mão de obra, seja pela redução salarial e pela intensificação da produção com o aumento do trabalho temporário e extensão da jornada, aumentaria a produção com menores custos.

Esse contexto de reestruturação foi assim parte do projeto neoliberal que nascia também no Brasil. Mas ainda que tenham sido percebidas políticas e medidas neoliberais em governos militares até a sua queda, foi com o país redemocratizado, em 1985, que se concretizou a adoção do Estado às diretrizes neoliberais.

Apesar da Constituição de 1988 ter abrangido direitos trabalhistas conquistados nas décadas anteriores, ela também incorporou velhas e novas legislações que regulamentaram a máquina administrativa do Estado. Em meio a isso, a vitória de um projeto neoliberal no Brasil redemocratizado iniciou com a eleição de Fernando Collor de Mello, em 1989, eleito através do apoio da elite empresarial do país (THÉBAUD-MONY; DRUCK, 2007).

O breve governo de Fernando Collor, março de 1990 a dezembro de 1992, foi suficientemente oportuno ao neoliberalismo no Brasil. O que antes era seu *slogan* de campanha, a “Caça aos Marajás”, em seu governo percebeu-se uma ofensiva constante aos servidores públicos, convencendo parcelas da população a também se oporem à classe dos servidores públicos.

Com esse apoio popular, o discurso antiestatista do então presidente da República, acoplado aos ideais neoliberais, encontrou terreno fértil para promover políticas sensíveis como as privatizações, as terceirizações e ainda o mirabolante Plano Collor, que confiscou dinheiro de poupanças de cidadãos brasileiros. A crescente insatisfação pelo então governo, somada aos escândalos de corrupção, desencadearam no processo de *impeachment* do presidente Fernando Collor, que veio a renunciar em 29 de dezembro de 1992.

Parte do projeto neoliberal que, gradualmente, se consolidava no país envolvia novas modalidades de relações de trabalho, como o trabalho em tempo determinado, trabalho em

tempo parcial, trabalho temporário e ainda a permissão das empresas poderem contratar cooperativas de prestação de serviços constituída por trabalhadores associados e não necessariamente registrados como empregados (THÉBAUD-MONY; DRUCK, 2007).

O intuito era claramente promover maior liberdade às empresas para obter e desfazer da força de trabalho conforme suas demandas, é nesse contexto de flexibilização do trabalho que a terceirização se expande no Brasil, precarizando as relações e as condições de trabalho para os trabalhadores.

3.3. A Terceirização no Brasil e sua versão na Administração Pública Federal

Como é possível perceber pelas seções anteriores, a terceirização adentra a administração pública a partir de grandes transformações no tipo de Estado, que passa de um Estado de bem-estar social, com políticas públicas assistencialistas, com maior intervenção na economia nacional, na empregabilidade de sua população ativa e na distribuição de renda, para um Estado mínimo, em que não há intervenções diretas na economia, na geração de emprego e distribuição de renda. Nesse tipo de Estado a administração pública foi influenciada também pelo modelo de administração gerencial, passando a aderir um funcionalismo mais enxuto da máquina pública, como parte dos ideais neoliberais.

Apesar da renúncia de Fernando Collor, seu vice, Itamar Franco, assume a presidência da República em 29 de dezembro de 1992, prosseguindo com o pacote de diretrizes neoliberais e trabalhando para contribuir na redução do Estado. Em 1993 Itamar Franco sancionou a Lei 8.666/93 que regulamentou o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a fim de instituir normas para licitações e contratos da Administração Pública dos mais diversos, como obras, serviços, compras, alienações e locação no âmbito dos poderes executivo, legislativo e judiciário, nas esferas dos municípios, estados e União. Apesar de estar próxima de ser extinta, essa lei fundamentou e ainda fundamenta a legalidade da terceirização pela administração pública por quase três décadas.

Ainda em 1993, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) substituiu a Súmula 256/1986 (que coibia a terceirização, salvo para os casos de trabalho temporário) pela súmula 331/1993. Sobre esta Antunes e Druck (2015) afirmam que foi legitimado os contratos de prestação de serviços de atividades-meio, sendo proibida a terceirização das atividades-fim e ainda determina a responsabilidade subsidiária ao tomador dos serviços em caso de inadimplemento das obrigações trabalhistas pela empresa terceirizada contratada.

Tratando-se ainda do Governo Itamar Franco, o Plano Real lançado em 1994 foi a marca principal do seu o governo. O então plano foi um programa de estabilização da economia motivado pelo então Ministro de Estado da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, cujo objetivo maior era o controle da hiperinflação que assolava o país. Para o economista João Sayad (1995), o sucesso do Plano Real deveu-se à volta de uma ordem econômica por meio da redução da inflação que ampliou o poder de compra da população e remodelou os setores econômicos do país.

O êxito do Plano Real fez crescer a popularidade de Fernando Henrique Cardoso, que veio a vencer as eleições presidenciais em 1994. Sob a alcunha de FHC, Fernando Henrique Cardoso representou a continuidade da era neoliberal no país. Seu primeiro mandato (1995-1998) foi marcado pelo Plano de Estabilização com o objetivo de combater a inflação por meio da estabilização da moeda. A retirada do Estado ou sua renúncia como agente produtivo e empresarial é outra das propostas integrantes deste projeto. Daqui se derivam as propostas de privatização das empresas estatais, o que contribui para a redução estratégica do setor público, bem como o rearranjo de toda a máquina estatal, situado na proposta mais ampla de Reforma do Estado (CARVALHO, 2002).

No governo FHC a terceirização se expandiu na administração pública por meio da chamada Reforma Gerencial de 1995. No texto que estabelecia as diretrizes da então reforma a terceirização apareceu como método para a economia nacional se inserir no competitivo mercado internacional. Como embasamento, os idealizadores da reforma pautaram-se nas práticas do toyotismo ao defender a importância para o Estado focar em suas atividades específicas, tornando-as mais eficientes e de qualidade, e assim terceirizar as atividades periféricas.

A Reforma foi amplamente influenciada também pelas bases teóricas da Administração Gerencial que compõe a Nova Administração, da segunda metade do século XX, caracterizada pelas críticas ao Estado de Bem-Estar e por explorar as funções econômicas do Estado. Nesse entendimento, Fernando Henrique e seu ministro de Administração e Reforma de Estado, Bresser Pereira (1995-1998), propagavam a reforma em um discurso progressista a fim de obter aceitação popular.

O então ministro Bresser Pereira defendia que a Reforma Gerencial continuaria a proteger os direitos sociais, promovendo o desenvolvimento econômico, uma vez que usaria mais os controles de mercado e menos os controles administrativos, tornando os mercados de trabalho mais flexíveis e promovendo a capacitação dos seus recursos humanos e de suas empresas para a inovação e a competição internacional. Assim, a reforma era necessária a fim

de que se promovessem o ajustamento fiscal, as reformas econômicas orientadas para o mercado de forma a garantir e promover a concorrência interna e preparar para a competição internacional, a reforma da previdência social, buscando os instrumentos de política social e ainda a reforma do aparelho do Estado a fim de aprimorar a governança (BRASIL, 1995).

Na prática, porém, a Reforma ficou marcada por diminuir o tamanho do Estado, extinguir cargos públicos, desvalorizar o trabalho e delegar ao máximo o poder de decisão para os órgãos de linha e preferir sempre a contratação de setores e companhias privadas para a execução de suas políticas. Os órgãos administrativos deveriam se limitar a funções quase que exclusivamente normativas e de supervisão, enquanto que o setor privado passaria a ter um papel cada vez maior em todas as ações realmente executivas do governo (SCHWARTZMAN, 1984).

Assim, a partir da Reforma Gerencial ficou reforçada a tese de que o Estado deveria delegar parte de suas atividades a terceiros e parceiros a fim de conter o crescimento do déficit público e do tamanho da máquina administrativa (DIEESE, 1993). A terceirização é então definida pela Reforma como um “processo de transferir para o setor privado serviços auxiliares ou de apoio” (PEREIRA, 1997), delimitando a área de atuação do Estado e reduzindo seus custos com o funcionalismo público.

Com isso as privatizações e a terceirização vão ocorrendo com mais intensidade e ainda amparadas por parcelas da sociedade. Tal reforma se estabeleceu como uma ofensiva contra os servidores públicos, e ainda trouxe uma redução de custos com pessoal com a extinção de cargos públicos que passaram a ser destinados à terceirização,

Mais tarde o Decreto nº 2.271/1997 entrou em vigor para dispor das atividades auxiliares em que os cargos públicos relacionados fossem extintos e que pudessem ser terceirizados. Tais atividades são consideradas acessórias, instrumentais e complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade, conforme dispõe o art. 1º, no § 1º, ao trazer que: “As atividades de conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações serão, de preferência, objeto de execução indireta” (BRASIL, 1997). E dispõem ainda das atividades que não podem terceirizar, as abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou entidade.

Sobre isso, Souza (2012) chama a atenção da relevância da Súmula 331/1993 do TST para o Decreto nº 2.271/1997 ao discernir a atividade-meio da atividade-fim, proibindo a terceirização nesta última e reforçando a prática da terceirização somente nas atividades tidas como acessórias.

Posteriormente, a Lei de Responsabilidade Fiscal de 2000 veio para impor o controle dos gastos públicos, condicionando-os à arrecadação de tributos de todos os entes. Como parte do pacote incluiu-se o enxugamento das despesas públicas com o funcionalismo público. Foi amplamente alterado o plano de cargos da administração pública, sendo extintos cargos de funções acessórias. Com isso diminuíram-se os concursos públicos e a terceirização se expandiu ainda mais pelo setor público, uma vez que as despesas com subcontratação de empresas, contratação temporária, emergencial e de comissionados não são consideradas despesas com “pessoal”.

Contudo, tem-se observado nas últimas décadas uma acentuada redução de cargos e empregos públicos, justificada pela necessidade da Administração Pública reorientar suas atenções para suas atividades estratégicas e de gestão. No setor privado também é possível observar a redução de postos de trabalho em decorrência das inovações tecnológicas que otimizam a produção e demandam cada vez menos mão de obra. Grande parte dos postos de trabalho que, indispensavelmente, perduram na atualidade sofrem com uma precarização estrutural decorrente do desmonte da legislação de proteção ao trabalhador.

Quanto ao desmonte da legislação que afetou a vida do trabalhador brasileiro, Antunes e Druck (2015) afirmam que embora a Súmula nº 331/1993 do TST tenha mantido a proibição de terceirizar a atividade-fim da empresa ou instituições públicas, a aprovação da Lei nº 13.429/2017 veio na contramão e legitimou uma terceirização irrestrita para todas as atividades e segmentos, contrariando a premissa dos defensores da terceirização de que está é necessária para que a empresa ou instituição pública contratante focasse suas atenções em sua atividade-fim. Assim, na referida lei é estabelecido em seu artigo 5º-B o que deve conter nos contratos de prestação de serviços, sendo um dos componentes a especificação do serviço a ser prestado. Pela redação genérica do inciso fica permitido a empresa contratante transferir quaisquer de suas atividades, inclusive sua atividade principal, a uma pessoa jurídica de direito privado para a prestação dos serviços.

No caso da Administração Pública, a terceirização de suas atividades-meio ou atividade principais resultam em uma gradual substituição de servidores concursados por trabalhadores terceirizados. Não obstante o trabalhador terceirizado realizar a mesma tarefa que antes era de um servidor do quadro de efetivos do referido órgão ou instituição pública, ele ainda recebe menos por isso; pode ser demitido por motivos não relacionados ao seu empenho no trabalho, como dificuldades orçamentárias da administração pública e há também os casos dos trabalhadores terceirizados indicados por servidores do quadro de efetivos,

gerando uma subordinação indevida e um ataque ao princípio da impessoalidade na administração pública.

Quanto a isso, apesar da Súmula nº 331/1993 do TST dispor que havendo pessoalidade e subordinação a subcontratação torna-se ilícita, é complexo para os órgãos reguladores e auditorias do governo terem controle sobre essas situações. Ainda que os servidores em cargos de direção e de funções gratificadas assinem termos de compromisso quanto ao cumprimento desse disposto, não há nenhum instrumento que controle a indicação de pessoas com vínculos próximos aos servidores.

Druck *et al* (2018) argumentam que a crescente prática da terceirização na administração pública contribui para revelar um Estado gerencial ao substituir gradativamente o servidor público concursado por trabalhadores regidos pela legislação do setor privado, contratados por meio de relações de trabalho sem nenhuma estabilidade e com baixo padrão salarial. De fato, há uma enraizada desqualificação do servidor público no Brasil, por meio de discursos que fazem deles facilmente substituídos e de pouca relevância à máquina pública. Há também constantes ataques à legislação trabalhista que fazem da terceirização uma ofensa ao povo brasileiro.

Em um de seus estudos sobre a terceirização, analisando o caso da Universidade Federal da Bahia, Druck *et al* (2018) fizeram importantes observações sobre os terceirizados e a terceirização na administração pública, a começar pela permanência dos trabalhadores na instituição ainda que ocorra as trocas de empresas após o vencimento dos contratos. A socióloga defende que essa situação faz dos trabalhadores terceirizados serem permanentes na instituição sem de fato serem. Assim, é observado que há serviços que, ainda que sejam secundários, acessórios ou periféricos, são indispensáveis ao funcionamento da instituição. Se há a indispensabilidade da atividade a ser realizada, se o risco de paralisá-la compromete as atividades fins, terceirizar pode ser uma ação de risco ao bom andamento dos objetivos da administração pública (DRUCK *et al*, 2018).

Em contrapartida, pela corrente neoliberal, defende-se a eficácia da gestão privada frente à administração pública, por aquela não se sujeitar às regras estatutárias e por estimular o melhor desempenho dos trabalhadores pela concorrência entre eles, situação esta que não ocorre entre os servidores públicos devido à estabilidade. Por essa lógica, a terceirização tenderia a tornar os serviços melhores prestados em razão dos trabalhadores terem que manter um considerável desempenho de suas atividades a fim de manterem sua permanência no emprego e não serem substituído por outros mais motivados.

Fato é que esse caráter gerencial do Estado desqualifica toda a forma de trabalho. De um lado o número de servidores públicos é cada vez mais reduzido, os cargos públicos extintos vêm sendo destinados à terceirização. E por outro lado, os trabalhadores terceirizados sofrem com a desvalorização do trabalho pelos contratos celebrados, seja pela menor proposta apresentada nos processos licitatórios, pela intensa pressão por produtividade e desempenho e ainda por sofrerem constantes ameaças quanto a sua permanência no trabalho, mesmo sendo produtivos e empenhados, como ocorre no caso de cortes orçamentários das instituições públicas que acarretam na redução de postos de trabalho terceirizados.

3.4. Uma Moderna Forma de Precarização do Trabalho

Nas palavras de Druck (2021), a terceirização se transformou numa estratégia central da reestruturação produtiva contemporânea, um fenômeno mundial no contexto do capitalismo flexível e globalizado. As transformações do trabalho assalariado, oriundas das inovações tecnológicas e organizacionais, tornaram a terceirização uma prática de gestão do trabalho que se reproduz em todos os segmentos nas mais diferentes modalidades e tem sido uma das formas mais centrais de flexibilização e precarização do trabalho (DRUCK *et al*, 2021).

São pelos constantes ataques aos direitos trabalhistas que Antunes e Druck (2015) discutem a condenação e o descarte do Direito do Trabalho, definindo como “crise do trabalho” o ataque às leis trabalhistas e sociais pelos “princípios” liberais de defesa da flexibilização, movimento trazido pelo capital mundializado. No caso brasileiro, os autores citam que as alterações feitas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) na década de 1990, bem como a proposta da reforma trabalhista, compõem a defesa do livre mercado a fim de retirar os altos encargos sociais, “considerados como entulhos da velha e ultrapassada CLT, que já teria cumprido a sua função num momento histórico já superado” (ANTUNES; DRUCK, 2015).

Posto isso, a terceirização está intimamente relacionada à precarização do trabalho, dentre outros fatores, pela flexibilidade da dispensa do trabalhador terceirizado, uma vez que, dada a sua condição, ele precisa se empenhar e ser mais produtivo para se manter no emprego. Há ainda o componente da “terceirização dos riscos”, de forma que a empresa contratante se exime de providências trabalhistas, uma vez que os terceirizados não estão vinculados à convenção coletiva de trabalho da atividade preponderante da empresa contratante, mas sim da empresa contratada, o que resulta em uma diminuição da representação sindical por parte

dos trabalhadores terceirizados, que possam vir a pertencer a um sindicato de uma localidade mais distante.

Com isso, é preciso compreender, conceitualmente, a precarização para auxiliar na análise do trabalho terceirizado na Universidade Federal de Viçosa. Assim, Lobato (2017) cita que a terceirização acarreta, inevitavelmente, na precarização do trabalho, afetando todos os segmentos da sociedade. Situação essa que gera instabilidade na vida econômica e social do trabalhador que na grande maioria das vezes não encontra alternativas.

Alvarez (2017), por sua vez, entende a precarização como enfraquecimento dos componentes do trabalho, a remuneração com contenção ou redução de salários, jornada intensiva do trabalho baseada ainda na flexibilidade de horários e do tempo extra em trabalho, ruptura de relações coletivas, entre outros. O autor afirma ainda que a precarização é “[...] uma manifestação contemporânea da produção e reprodução social baseada na instabilidade, transformação frequente e uso descartável do trabalho vivo” (ALVAREZ, 2017).

Em consonância à Alvarez, Druck (2011) discute a dinâmica da precarização social do trabalho ao relacioná-la com uma rapidez do tempo social jamais vista, pautada na volatilidade, efemeridade e descartabilidade de tudo o que é produzido e dos trabalhadores e trabalhadoras que os produzem, que vivem do trabalho. A era moderna do capital acompanha o curto prazo na produção, para uma rápida comercialização, sobre isso a socióloga diz que “[...] para tal, é indispensável contar com trabalhadores que se submetam a quaisquer condições para atender ao novo ritmo e às rápidas mudanças” (DRUCK, 2011).

Druck (2011) contribui ainda ao trazer que o novo modelo de produção, combinado com as políticas neoliberais, incentiva a inovação tecnológica na produção e nos produtos, atingindo desproporcionalmente a força de trabalho ao transformar trabalhadores e trabalhadoras em obsoletos e descartáveis, que constantemente precisam ser “superados” e substituídos por outros novos, modernos e flexíveis.

Para Ricardo Antunes (2008) a precarização se manifesta na flexibilização por diferentes dimensões, podendo ser salarial, organizativa e de jornada de trabalho. Sobre a flexibilidade contida na precarização, Antunes destaca que é permitido às empresas desempregarem trabalhadores quando a produção e as vendas reduzem, sem sofrerem penalidades por isso.

Outro fator predominante sobre a precarização por meio do desemprego parte das relações de trabalho e da legislação trabalhista, de forma que foram se modificando na reestruturação do capital, junto ainda de inovações tecnológicas na produção que foram e vem substituindo a força de trabalho. Com isso o fantasma do desemprego compõe as diversas

formas de precarização do trabalho, pois a iminência do desemprego resulta em situações propícias ao patronato pressionar a classe trabalhadora quanto às condições de trabalho.

A flexibilização do trabalho ocorre, nesse sentido, para minimizar as formas de resistência do proletariado, deixando-a motivada a aceitar condições diversas de precarização desde que esteja inserido no mercado de trabalho. Essa flexibilização do trabalho consiste, segundo Mattos (2013), em “maiores taxas de desemprego, menos garantias legais dos contratos, menos direitos, mais informalidade”.

Diante de altas taxas de desemprego, a precarização contribui na intensificação do trabalho de forma que pressiona os trabalhadores empregados quanto à sua permanência no emprego, levando-os a aceitar “condições salariais e de trabalho mais difíceis e mais penosas” (HIRATA, 2011). Dentre essas condições de trabalho destaca-se aqui os benefícios não percebidos pelos trabalhadores terceirizados, as condições de segurança e saúde no trabalho e a desvalorização dos trabalhadores.

Sobre as condições de segurança e saúde no trabalho, Antunes e Druck (2015) observam que são os trabalhadores terceirizados que sofrem o maior número de acidentes de trabalho e que estão mais expostos aos riscos, consequência de um padrão de gestão que busca produtividade a qualquer custo e não preza por maior segurança e treinamento necessário, de forma a informar dos riscos, da prevenção e da procedência correta nos casos de acidentes. Para os sociólogos “os trabalhadores terceirizados, além de serem os que ganham menos, trabalham mais, são mais instáveis e têm menos direitos, são os que mais morrem e se acidentam” (ANTUNES; DRUCK, 2015).

Conforme citou Hirata (2011), as elevadas taxas de desemprego contribuem na intensificação da precarização do trabalho, os trabalhadores devem trabalhar com produtividade constantemente para não serem substituídos, ser flexíveis para realizar tarefas diferentes ou mesmas tarefas em locais diferentes, muitas vezes sem medidas preventivas, orientações de segurança e treinamentos quanto ao uso de equipamentos de proteção individual e de boas práticas no serviço e realizando horas extras, situação chamada por Antunes e Druck (2015) de “terceirização dos riscos”.

Tratando-se da terceirização, o componente remuneratório é um dos principais para se tratar da desvalorização do trabalho terceirizado. Sobre isso, Figueiredo *et al.* (2007) coletaram e examinaram dados de sua pesquisa sobre as relações de trabalho na terceirização e concluíram que a remuneração do trabalhador terceirizado é consideravelmente menor, alcançando em certos casos a metade do salário devido aos trabalhadores efetivos. O DIEESE (2014) contribuiu nesse sentido também ao apresentar que, entre 2007 e 2014, a diferença

salarial entre terceirizados e funcionários diretos oscila entre 23% e 27%. Trindade *et al.* (2021) comentam ainda que, não obstante a discrepância salarial, os terceirizados ainda sofrem com atraso no pagamento dos salários, do vale alimentação e vale transporte, enquanto os funcionários de vínculo direto recebem a remuneração e benefícios em dia.

Muitos trabalhadores terceirizados ainda recebem em troca de seu trabalho um único salário mínimo. E sobre o salário mínimo é importante ressaltar que ele sofreu aumentos e quedas reais desde os anos 1990 e, quando considerado a série histórica, houve decréscimo real, situação que afeta diretamente o poder de compra dos trabalhadores. Sobre isso o DIEESE (2022) informou que o valor nominal do salário mínimo ideal deveria ser de R\$ 6.306,97 com base em cálculos realizados em setembro de 2022, no entanto, o salário mínimo para este ano é de R\$ 1.212,00, ou seja, o salário mínimo pago é 5,2 vezes menor do que o ideal estimado.

Essa redução é defendida pela tese de que se o salário mínimo aumentar substantivamente haverá elevação da inflação e, conseqüentemente, desemprego, informalidade e desajustes nas contas públicas (KREIN; OLIVEIRA, 2019). Nessa ótica, Carvalho (2018) cita que as teorias convencionais de economia defendem que a economia sofre com maiores taxas de desemprego quando o salário mínimo cresce mais do que a produtividade do trabalho, no mecanismo conhecido como “Curva de Phillips”, no qual o aumento do número de postos de trabalho mediante investimentos públicos, por exemplo, gera maior inflação, que por sua vez pressionaria pela diminuição dos postos de trabalho. Nas palavras da autora, “essas teorias sustentam que, quanto maior a flexibilidade das leis trabalhistas e menor o custo com a mão de obra, maior a geração de empregos” (CARVALHO, 2018).

Tais teorias não são validadas pela realidade uma vez que, mesmo com os ataques à legislação trabalhista, desde o início da era neoliberal no Brasil e em especial ao recente ataque aos trabalhadores promovido pelo governo Temer, com a Reforma Trabalhista de 2017, não foi percebida uma redução significativa da taxa de desemprego no país a partir da então reforma, que vendia o discurso de maior geração de empregos. Na contramão do discurso difundido para implantação da reforma, o que se tem visto é um movimento contínuo de desestruturação do mercado de trabalho, iniciado com a crise de 2015, e uma crescente precariedade das relações de trabalho (KREIN; OLIVEIRA, 2019). O que se conclui dessa situação é que a legislação trabalhista tem ido mais em defesa dos interesses do grande empresariado do que dos trabalhadores.

Mas não obstante a desvalorização na remuneração, a desvalorização atinge a subjetividade dos trabalhadores, situação que se evidencia, por exemplo, em manter sempre a produtividade no trabalho, pois ainda que o trabalhador se sinta desvalorizado, há muitos trabalhadores desempregados interessados em assumir aquele posto de trabalho. Nesse raciocínio, Alves (2017) afirma que a terceirização provoca danos à saúde mental e que, ainda combinados com as exigências dos diversos cargos terceirizados, podem causar abalos físicos e psicológicos.

Godoy, Mascarenhas e Pinto (2007) discutem ainda que os terceirizados não se sentem valorizados dentro e mesmo fora do ambiente de trabalho, eles afirmam que o trabalho terceirizado é uma realidade social que acaba por discriminar e desvalorizar os trabalhadores no dia a dia, em qualquer ambiente e de diferentes maneiras. Os autores ainda afirmam que “os demais membros da sociedade dirigem a eles um tratamento de desvalorização que se manifesta, no mínimo, pela indiferença, e que pode chegar ao destrato com palavras e ações” (GODOY; MASCARENHA; PINTO, 2007).

Quanto a isso, Honneth (2003) defende uma teoria de que a flexibilização do trabalho se fundamenta a partir do desrespeito e da quebra da autoconfiança dos trabalhadores. O desrespeito partiria, primeiramente, dos maus tratos corporais que destroem a autoconfiança de uma pessoa, fruto de situações que atacam o autorrespeito moral dos indivíduos, o que faz provocar uma crise de reconhecimento desse indivíduo enquanto relevante para a sociedade. Outra forma de desrespeito, segundo Honneth, é caracterizada pela lesão ao indivíduo nas possibilidades de autorrespeito, de forma que há uma estima social associada à autorrealização. Ao atingir a dignidade das pessoas o desrespeito leva a pessoa à degradação social.

Dentro dessa questão da indiferença há ainda a questão da impessoalidade, de forma que é frequente as empresas que contratam o serviço terceirizado não tratem os trabalhadores de forma personalizada. Sobre isso Salvino e Ferreira (2009) abordam que a “pessoalidade não pode estar presente na terceirização, elemento que também caracteriza a relação de emprego”, assim a contratante mantém a impessoalidade ao tratar os trabalhadores terceirizados como postos de trabalho.

Mais um componente da desvalorização do trabalho terceirizado está relacionado ao sexo dos indivíduos, uma vez que se constata que os postos terceirizados de maior remuneração são ocupados por homens. Para Vasconcelos e Mascarenhas (2004) a justificativa dessa histórica desvalorização pelo trabalho feminino deve-se à tradição das

mulheres em ocupar tarefas de apoio e de servir e ainda pelos eventos do casamento e gravidez que eram limitantes para a eficiência do trabalho feminino.

Outro componente da desvalorização do trabalho terceirizado trazido por Trindade *et al.* (2021) trata-se da falta de investimentos em capacitação profissional e na ausência de políticas que visem à qualificação desses trabalhadores. Os autores discutem que tais aspectos “[...] podem levar a sentimentos de desvalorização, posto que os trabalhadores terceirizados não se sentem como reconhecidos pela instituição” (TRINDADE *et al.*, 2021).

Sobre isso, Lopes e Silva (2008) comentam que a preocupação maior das instituições que contratam a empresa terceirizada é em estimular o desenvolvimento de profissionais de contrato direto com as instituições, o que não inclui os terceirizados. E para estes trabalhadores sem vínculo direto, essa situação reforça a desvalorização do seu trabalho, como sendo um trabalho sem relevância e que não necessita da capacitação e qualificação do trabalhador.

Um outro componente da precarização, discutido por Antunes e Druck (2015), trata do enfraquecimento e fragmentação da organização sindical, motivado por alterações em legislações trabalhistas que resultaram em outros sindicatos de mesma categoria. Essa situação resulta na concorrência entre os próprios trabalhadores, na falta de união e de ações coletivas, na pulverização de sindicatos e na disputa entre eles.

Por fim, Antunes (2015) trata a precarização como um elemento constitutivo da terceirização, uma forma de “organização e gestão” do trabalho que diminui o trabalhador, flexibiliza o trabalho e reduz a proteção trabalhista. A precarização ainda abrange riscos à saúde do trabalhador, à sua identidade e coletividade, conta ainda com a pulverização da organização sindical que leva à desunião e concorrência entre os trabalhadores. O sociólogo cita ainda que a terceirização torna invisível a condição social dos trabalhadores, situação propícia ao descumprimento da legislação trabalhista que contribui ainda “[...] como forma ideal para que o empresariado não tenha limites (regulados pelo Estado) no uso da força de trabalho e de sua exploração como mercadoria” (ANTUNES, 2015).

3.5. A Evolução da Terceirização na Universidade Federal de Viçosa

Como diversas outras instituições públicas a Universidade Federal de Viçosa também conheceu os efeitos dos decretos e demais dispositivos legais oriundos do enxugamento da máquina pública impulsionado pela Reforma Gerencial de 1995. A exemplo da Lei nº 9.632/98 que extinguiu os cargos de servente de limpeza, carpinteiro, cozinheiro, bombeiro

hidráulico, contínuo, dentre vários outros. E novamente, em 2018, por meio do Decreto nº 9.262/18, que suspendeu o provimento para outros cargos públicos, como o de auxiliar em administração. Dos diversos cargos extintos e suspensos para provimento, muitos deles ainda se faziam essenciais para a manutenção e continuidade das atividades finalísticas dos órgãos públicos.

A alternativa da administração pública consistiu em otimizar recursos orçamentários e recursos humanos através da terceirização dos postos de trabalho dos cargos que foram sendo extintos. Assim, a extinção de cargos e, conseqüentemente, as contratações de mão de obra terceirizada começaram a ser percebidas à medida em que ocorriam vacâncias em cargos públicos sem a possibilidade da abertura de concurso público para provimento.

E para entender a terceirização na UFV, e na Administra Pública de modo geral, é indispensável compreender como ocorre o trâmite processual da contratação. Em síntese, conforme a Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, a necessidade da contratação inicia com a Formalização de Demanda, por parte do setor da Instituição interessado na prestação e/ou na continuidade do serviço a ser contratado. A exemplos, compete à Diretoria de Segurança Patrimonial e Comunitária da UFV demandar a contratação dos serviços de vigilância e compete à Diretoria de Manutenção demandar a contratação dos serviços de manutenção predial.

Quando a demanda é aprovada pelo ordenador de despesas da instituição, uma equipe de planejamento da contratação, composta por servidores da então instituição, é constituída e nomeada para executar as atividades necessárias ao processo licitatório. Esta equipe elabora o Estudo Técnico Preliminar dos serviços a serem contratados, o Mapa de Riscos, o Termo de Referência - que dará suporte a execução do contrato de prestação dos serviços - e a Planilha de Custos usada como base para a licitação e por toda a execução contratual para fins de repactuações e reequilíbrios econômico-financeiros.

Na licitação vence a empresa que ofertar o menor valor global (valor total da execução do contrato por doze meses). Dessa forma, a vigência do contrato ocorre por doze meses, porém, pode ser prorrogada a cada doze meses, sem, no entanto, exceder o limite de sessenta meses. Ou seja, em condições regulares, outro processo licitatório deve ser feito em no máximo cinco anos, a dilação desse prazo ocorre somente em situações excepcionais.

Desse modo, considerando que no máximo em cinco anos ocorre uma nova licitação para contratação de empresa especializada em fornecer mão de obra para um determinado serviço, é esperado, como ocorre na maioria das vezes, que haja troca de empresas. E com a

troca de empresas ocorre também a troca parcial ou até integral dos trabalhadores terceirizados. Tal situação, além de poder gerar uma descontinuidade nos serviços prestados ao setor público, acarreta ainda em certa instabilidade a esses trabalhadores quanto à garantia de permanência no emprego.

E para a execução do contrato há a necessidade de um gestor do contrato, o fiscal técnico, o fiscal administrativo e, em alguns casos, há também a figura do fiscal setorial. Todos estes devem, indispensavelmente, ser servidores públicos da instituição. O papel destes servidores nos contratos dá-se pelo cumprimento da garantia de qualidade da prestação dos serviços e na cobrança pelo cumprimento da empresa contratada de suas obrigações trabalhistas, identificando e mitigando riscos que a contratante possa ter com a prestação dos serviços ou inadimplemento da contratada.

Assim, além da cobrança da qualidade, a administração pública, enquanto tomadora dos serviços, é cobrada também por sua responsabilidade subsidiária, ou seja, em caso de descumprimento pela empresa contratada de suas obrigações e eventuais prejuízos aos trabalhadores terceirizados, que não tenham sido fiscalizados e identificados pela contratante, caberá a esta ressarcir pelos danos causados se comprovada sua omissão ou negligência na ação trabalhista impetrada.

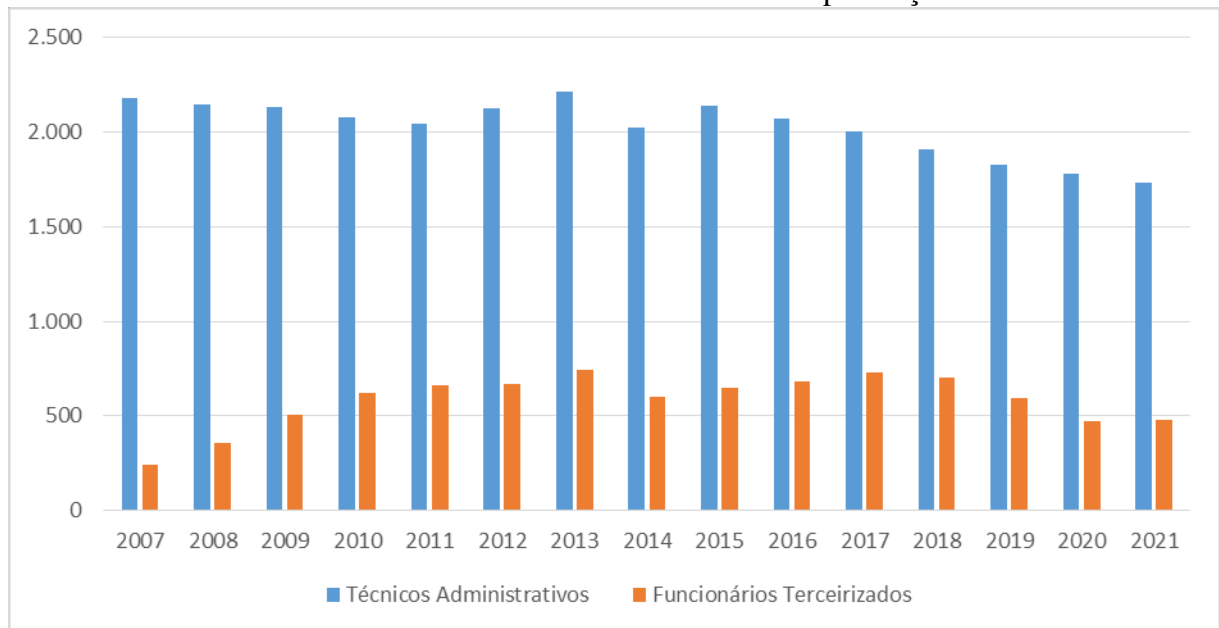
Colocadas essas informações pertinentes para a compreensão do processo de contratação e execução dos contratos de dedicação exclusiva de mão de obra é indispensável retomar ao momento em que a UFV inicia esse tipo de contratação. Em decorrência das vacâncias de cargos públicos, ocorridas sem a possibilidade de provimento de novos servidores, a então universidade começou a ter problemas com a defasagem de servidores em suas atividades de base e com a expansão da UFV promovida pelo programa do Ministério da Educação chamado Reestruturação e Expansão das Universidades, mais conhecido por sua sigla, o REUNI, a partir de 2007. É nesse contexto que a instituição inicia a contratação de mão de obra terceirizada.

De início a terceirização se mostrou discreta na UFV, sendo celebrado somente três contratos, com um total de 238 trabalhadores terceirizados, frente a 2.382 servidores técnicos-administrativos. O crescimento do número de contratos e conseqüentemente do número de terceirizados foi percebido a partir de 2011, motivado, principalmente, pela implementação do REUNI.

Sobre essa evolução do quantitativo de trabalhadores terceirizados, o Gráfico 2 a seguir ilustra essa evolução frente à involução do quantitativo de técnicos administrativos da UFV a partir de 2007. No entanto, há também os períodos de retração do quantitativo de

trabalhadores terceirizados, como observa-se em 2014, em que a redução do quantitativo resultou de uma recessão orçamentária no âmbito da administração pública federal, situação que forçou as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) de todo o país ao contingenciamento de suas despesas.

Gráfico 2: Quantitativo de Servidores Técnicos-Administrativos e Trabalhadores Terceirizados de 2007 a 2021 – UFV - Campus Viçosa



Fonte: PGP;PPO/UFV

Outro período de drástica redução é percebido em 2019, para esse ano a redução do quantitativo de trabalhadores terceirizados ocorreu em dois momentos. No primeiro momento deu-se por um redimensionamento de quantitativos dos contratos de mão de obra promovido pela nova administração da UFV que veio a assumir a gestão em maio de 2019. No segundo momento, em julho do mesmo ano, o governo federal manteve contingenciado quase 35 bilhões de reais para o orçamento de 2019, pelo Decreto 9.741/2019. Diante dessa situação, e na incerteza do descontingenciamento, a administração da UFV decidiu por uma outra redução de 15% em todos os contratos de mão de obra terceirizada.

Por último, em 2020, a pandemia provocada pelo novo coronavírus acarretou na suspensão das atividades acadêmicas presenciais e na drástica redução das atividades administrativas presenciais da Universidade, a partir de março daquele ano. Tal fato implicou em um fluxo extremamente reduzido de pessoas utilizando as instalações do campus, situação

que levou a administração da UFV a mais uma redução de mais de 20% do quantitativo de trabalhadores terceirizados.

Foram mantidos os postos de serviços que, mesmo sem as atividades acadêmicas presenciais, eram indispensáveis, como os vigilantes, que fazem a guarda patrimonial e comunitária nas dependências da instituição; os auxiliares agropecuários, que trabalham no manejo indispensável de animais e plantas; os terceirizados da manutenção predial, que foram aproveitados para a realização de pequenas reformas com o campus sem fluxo de pessoas; os auxiliares e serventes de jardinagem, que mantiveram os jardins, gramados e áreas externas limpas e conservadas para quando fossem retomadas as atividades presenciais; e os educadores infantis, que seguiram em trabalho remoto. Nos demais contratos: contínuos e apoio administrativo, limpeza e conservação de edificações, manutenção veicular, transporte de pessoas e cargas e serviços gráficos foi mantido somente o necessário, sendo neles a grande redução sofrida.

Ainda em análise ao Gráfico 2 é possível observar também o quantitativo de servidores técnicos-administrativos em uma estreita involução desde 2007, quando a UFV passou a celebrar os contratos terceirizados. Apesar do discreto crescimento do quantitativo desse segmento nos anos 2012, 2013 e 2015, o que se nota é uma tendência de queda no número de servidores técnicos-administrativos da instituição.

Por fim, em uma análise comparativa dos quantitativos de servidores técnicos-administrativos e dos trabalhadores terceirizados desde 2007, ano em que a UFV se vinculou ao REUNI e passou a celebrar contratos de mão de obra terceirizada, observa-se que enquanto no período de 2007 a 2021 o número total de servidores técnicos-administrativos teve uma redução geral de 20,65%, e ainda demonstra tendência de queda desde 2015; por outro lado, mesmo diante das drásticas reduções, o quantitativo de trabalhadores terceirizados teve um aumento geral de mais de 100% nesse período.

Há duas possíveis e concomitantes conclusões dessa análise comparativa. Primeiro, a tendência de queda do quadro de servidores técnicos-administrativos permanecerá nos próximos anos, em função de grande parte dos servidores atuais ocuparem cargos em extinção, ou seja, cargos que após as vacâncias não serão preenchidos por meio de concursos públicos, serão então extintos. Segundo, com a extinção dos cargos públicos e diante da necessidade de continuar com as atribuições realizadas por grande parte destes cargos, que não existirão mais, caberá à instituição recorrer cada vez mais à terceirização de sua força de trabalho. E como exposto também, sempre em casos de retração orçamentária ou outros casos fortuitos, como a

pandemia que o mundo vivenciou com mais intensidade nos anos 2020 e 2021, será nos contratos de mão de obra que a instituição recorrerá como meio de manobra orçamentária.

3.6. Os Dois Circuitos da Economia Urbana em Viçosa

Para compreender a cidade de Viçosa e relação dos trabalhadores terceirizados da UFV nesse espaço a partir de estudos da economia e geografia urbana é necessário considerar que a cidade não sofreu um crescimento gradual no último século, como outras cidades de sua microrregião. Uma vez que o potencial econômico agrícola que predominava a economia viçosense foi gradualmente sendo substituído pelas atividades de comércio e serviços ocasionado, principalmente, pela crise da produção cafeeira agravada no início do século passado no país.

É nesse contexto que, a partir da década de 1920, a urbanização de Viçosa foi muito influenciada por interesses externos, quando foi autorizada pelo governo do estado de Minas Gerais a construção da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV) na cidade, fortemente inspirada pelos *colleges* e *universities* estadunidenses, com unidades educacionais situadas nos limites da cidade, ou mesmo no campo, e na forma de campus universitário. No caso específico da ESAV, sua localização nos limites da cidade de Viçosa era também decorrente da necessidade de maior extensão de terra para os experimentos e práticas agrícolas. Mas, em geral, nesse modelo moderno de universidades,

[...] os campi tornaram-se verdadeiras cidades especiais cercadas, com o decorrer do tempo, pela malha urbana das cidades próximas existentes, mas, continuando fechadas, com seu território definido e limitado e com o privilégio de estabelecer, dentro de certos limites, suas normas, regras e padrões. O campus tornava-se o território de privilegiados: local destinado à formação de dirigentes, à pesquisa e à produção científica sem a interferência nefasta das cidades. Território independente, calmo, agradável e completamente equipado para cumprir seus objetivos. Nascia, assim, um novo território (BUFFA; PINTO, 2006).

A instalação da ESAV em Viçosa pouco influenciou na configuração urbana da cidade, mas foi o desenvolvimento dessa escola superior e sua mudança para a condição de universidade estadual e, principalmente, para universidade federal que impulsionou grandes transformações na produção do espaço urbano da cidade.

Com a federalização da UFV, em 1969, a expansão de cursos já existentes e a criação de novos cursos não veio acompanhada da expansão de moradias para o maior número de

trabalhadores, professores e principalmente de alunos que chegavam à Universidade. Esse contingente populacional precisou buscar residência na cidade de Viçosa e não mais no campus universitário, situação que intensificou a economia local, principalmente as atividades de comércio e serviços, reconfigurando a malha urbana e constituindo uma cidade universitária.

Posto isso é preciso compreender também a relevância do mercado imobiliário e das atividades de comércio e serviços para discutir a cidade de Viçosa enquanto espaço geográfico fortemente transformado pelo capital, espaço de interações dos processos sociais de escala local, regional, nacional e até global, espaço de constante fluxo de pessoas, mercadorias, bens e serviços.

Dessa forma, Santos (1979) defende uma teoria espacial fundamentada a partir da produção e do consumo, de forma que a produção tende a se concentrar em certos pontos do território e o consumo responde às forças de dispersão, havendo, porém, uma seletividade social quanto à qualidade e quantidade do que é consumido e por quais grupos é consumido. Assim também ocorre em Viçosa, a concentração do capital especulativo e dos produtos urbanos públicos e privados determinam uma especialização do uso e ocupação do solo para atividades de comércio e serviços que não são acessíveis, ao menos em sua funcionalidade, para a maioria da população.

Santos (1979) propôs ainda que, independentemente do nível de desenvolvimento, toda cidade possui a influência de uma realidade nova e “moderna” e de uma realidade tradicional, podendo ambas serem facilmente identificadas, uma vez que estes dois subsistemas interagem e se complementam na mesma cidade. Essa configuração da economia urbana em dois subsistemas é denominada por Milton Santos (1979) de circuito superior e circuito inferior da economia urbana.

O próprio Milton Santos se esforçou em esclarecer que essa nomenclatura é pela condição de um circuito estar estruturalmente subordinado às condições de modernização do outro circuito, são subsistemas em uma relação complementar de um com o outro. Assim, enquanto o circuito superior é originado de uma modernização tecnológica, com o essencial de suas relações ocorrendo fora da cidade e da região que os abrigam, com predomínio de capital intensivo em suas atividades, enquadrando os bancos, as indústrias, os serviços modernos e atacadistas; o circuito inferior é formado por atividades de pequena dimensão, com o essencial de suas relações ocorrendo em escala local e regional, de interesse principalmente das populações pobres que tem pouco ou nenhum acesso às atividades

econômicas do circuito superior, por falta de qualificação profissional, poder de compra e acesso às tecnologias.

Os circuitos da economia urbana se definem por um conjunto de atividades em um determinado contexto e por um setor da população que a ele se liga pela atividade e pelo consumo (SANTOS, 1979). E para que estes circuitos existam são necessárias duas condições, uma condição é a de produção, que envolvem as técnicas, o tipo de tecnologia empregada, a força de trabalho e o capital, e a outra condição é a de reprodução, que abrange os grupos populacionais por meio do consumo.

Percebe-se essa configuração em Viçosa de modo que o município conta com uma atividade agrícola pouco predominante e a industrial com um crescimento discreto, e ambas são responsáveis por empregar uma parcela consideravelmente reduzida da população ativa. Resta então as atividades de comércio e serviços, que impulsionado principalmente pela UFV, são responsáveis por empregar mais de 80% da população ativa da cidade, como observado na Tabela 2 a seguir, com dados extraídos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Previdência (MTPS), para o mês de julho de 2022. Os postos de trabalho terceirizados na UFV, com mais expressividade, e na cidade em geral, compõem também o setor de serviços em Viçosa.

Tabela 2: Empregados por Setor da Economia em Viçosa - MG

Setores	Número de Empregados
Agropecuário	294
Comércio	4.544
Construção	941
Indústria	1.616
Serviços	9.597
Total	17.042

Fonte: CAGED/MTPS (julho/2022)

Considerando a existência desses circuitos, os terceirizados revelam a essência do circuito inferior da economia urbana, de forma que há uma parcela desses trabalhadores que recebem salários muito baixos para prover uma família com mais dependentes. Conforme afirma Santos (1979) sobre esses sujeitos, ainda que tenham as mesmas necessidades por bens

e serviços comuns à toda a população, são impossibilitados de ter acesso permanente a estes bens e serviços dada sua condição no circuito urbano.

Sobre isso, Santos (1979) aborda que, dentre as alternativas que esses sujeitos da classe marginal adotam para se esquivar das dificuldades, estão o acesso a fazer compras de itens de alimentação e domésticos nos pequenos estabelecimentos comerciais e artesanais que oferecem crédito pessoal e venda a prazo a taxas usuárias e ainda há os que recorrem aos empréstimos por meio de bancos, agências de crédito e até mesmo de agiotas. Essa generalização de crédito às populações pobres possibilitou o acesso deles ao consumo de bens modernos, como os eletrônicos e automóveis, mas fez surgir também um novo mecanismo de empobrecimento dessa classe já pobre.

Tem-se assim que a marginalidade é tratada na geografia urbana como um termo empregado para definir uma realidade nova, referindo-se aos híbridos culturais, ao sujeito que vive à margem de duas culturas e de duas sociedades (SANTOS, 1979). A cidade de Viçosa é marcada por esses híbridos culturais, de modo que a infraestrutura urbana, a gestão do espaço, o cotidiano e a população que frequenta os espaços do campus universitário e do centro da cidade são fortemente distintos do que se observa nos bairros e distritos periféricos da cidade. E são nestes bairros e distritos periféricos que residem a maioria dos trabalhadores terceirizados da UFV, agentes urbanos que vivem assim à margem de duas culturas distintas.

Essa configuração atual de segregação do espaço urbano de Viçosa, iniciada nos anos 1970 a partir da federalização da universidade, é explicada pela contribuição de Castells (2000) ao afirmar que em uma sociedade onde se predomina o modo de produção capitalista, o sistema econômico é quem define a estrutura social e a organização do espaço. A expansão da Universidade, com sua federalização, despertou o interesse de especuladores imobiliários, reconfigurando a organização e transformando a paisagem de Viçosa e principalmente do centro da cidade. Singer (1982) contribui nesse raciocínio que o acesso ao solo urbano na cidade capitalista se faz mediante posse de renda monetária, o solo urbano como mercadoria *sui generis*, com preços regulados pelo mercado.

Concomitante a essa análise de Singer, Carlos (1999) cita ainda que o espaço, enquanto mercadoria, altera o uso que se faz dele e por consequência o acesso da sociedade a ele. Um exemplo marcante da mercantilização do espaço urbano de Viçosa, que reconfigurou sua paisagem urbana, é a verticalização. A construção de edificações verticalizadas, no caso de Viçosa com a maioria de função residencial, condiz com um esforço do capital especulativo de aumentar o potencial de uso e ocupação do solo urbano. Sobre isso Ramires

(1998) afiança que a verticalização não altera apenas as formas geográficas do local, ela muda também as funções e o conteúdo social do local.

Com a federalização da UFV, a urbanização de Viçosa deu-se pelo crescente contingente populacional, que migrou para a cidade, sendo este formado principalmente pelos estudantes universitários. A concentração espacial desses migrantes temporários na cidade ocorreu com mais expressão no centro de Viçosa por ser mais próximo do campus universitário e ainda por abrigar importantes fixos, como instituições bancárias, cartórios, sedes do governo municipal e comércios em geral.

Não obstante o processo de verticalização em Viçosa, outro processo que marcou a configuração urbana da cidade foi o loteamento e a construção dos condomínios horizontais fechados, habitados predominantemente pela elite local vinculada ao comércio, à atividade industrial e aos altos cargos públicos. Sendo o condomínio Acamari o primeiro construído, inaugurado já no início da década de 1980, seguido por outros como Parque do Ipê, Recanto da Serra, Jardins do Vale, Monte Verde e Caminho dos Lagos, todos estes localizados próximos à universidade.

Como visto, no início dos anos 2000 foram inauguradas a Faculdade de Viçosa (FDV) em 2001, Escola Superior de Viçosa (ESUV) em 2002 e o Centro Universitário de Viçosa (UNIVIÇOSA) em 2004, sendo estas duas últimas localizadas no distrito de Silvestre, próximas à BR 120, impulsionando mais um eixo de expansão da malha urbana de Viçosa, marcado por novos fluxos de migrantes temporários e também pela verticalização de edificações e pelos condomínios horizontais no entorno dessas instituições de ensino superior.

Seja pela verticalização ou pela horizontalização dos imóveis residenciais, a configuração urbana acompanha a segregação e a desigualdade social até os dias atuais em Viçosa. Situação visível na cidade pela atenção diferenciada do poder público com a infraestrutura urbana dos bairros centrais verticalizados e dos condomínios fechados comparado aos bairros populares e periféricos. Há uma discrepância do estilo de vida dos sujeitos ligados à UFV e, principalmente, da elite local, comparados à uma grande parcela dos viçosenses.

Essa discrepância ultrapassa o quesito de renda ao adentrar no acesso diferenciado dos diferentes agentes urbanos aos espaços e serviços ofertados pela cidade e pela Universidade. Essa condição desigual dentro do espaço urbano associa-se então ao espaço dividido por meio dois circuitos da economia urbana, conforme proposto por Milton Santos (1979), sendo eles o circuito superior e o circuito inferior. A questão trazida por Milton Santos por meio desses dois circuitos da economia urbana parte da condição da modernização desintegrar em

diferentes níveis a economia e a sociedade, uma vez que as atividades modernas são incapazes de fornecer empregos suficientes. Assim, aqueles que não encontram emprego, ou mesmo os que encontram um emprego com baixo salário, refugiam-se no circuito inferior da economia urbana.

Sobre esses indivíduos que se refugiam no circuito inferior, Milton Santos (1979) traz uma importante contribuição ao citar que o fato de existir um excedente de trabalhadores à procura de emprego não faz dessa parcela da população ser excessiva ou inútil do ponto de vista econômico, são apenas frutos de uma deformação do processo de desenvolvimento pela modernização tecnológica e desvia a participação de uma parte da população chamada de “protoproletariado” por McGee *apud* Santos (1979).

Santos (1979) defende ainda que esses sujeitos refugiados no circuito inferior, tido aqui como ‘pobres’, não são economicamente marginais, mas sim explorados, não são politicamente marginais, mas sim oprimidos. E é essa situação, segundo o geógrafo, a responsável pela criação ou pela manutenção do circuito inferior da economia urbana das cidades dos países “subdesenvolvidos”, onde a população pobre tem um acesso limitado, ou nem chega a ter, aos produtos modernos, como é percebido em Viçosa.

Assim, compreender os trabalhadores terceirizados da UFV a partir da teoria dos circuitos da economia urbana é compreender a relação de trabalho e o espaço de trabalho destes sujeitos como componente do circuito superior e a situação de atuação destes no espaço urbano de Viçosa como componente do circuito inferior. Por meio disso, é possível considerar o campus universitário da UFV estruturado por uma dimensão simbólica e cultural, em que coadunam no mesmo espaço as formas de expressão da modernização e agentes urbanos da periferia da cidade de Viçosa atuando nos serviços de apoio ao funcionamento da instituição.

Os trabalhadores terceirizados agem como um ponto de contato entre um espaço urbano moderno e um espaço urbano periférico, entre o espaço técnico-científico-informacional da Universidade e os bairros mais populares e menos assistidos pelo poder público da cidade. A relação que se estabelece entre esses trabalhadores terceirizados da UFV e os circuitos da economia urbana parte ainda da forma discrepante do acesso às tecnologias, aos capitais empregados na alocação dessa força de trabalho, à relação destes sujeitos com a informalidade do trabalho, com a informalidade da habitação e da relação deles com os demais sujeitos que vivenciam o espaço universitário.

Aplicando as palavras de Santos (1979), enquanto no circuito inferior há agentes urbanos trabalhando para sua subsistência, como é o caso de grande parcela dos trabalhadores terceirizados e tantos outros trabalhadores assalariados em Viçosa, há no circuito superior

agentes urbanos buscando desenfreadamente o acúmulo de riquezas, como os proprietários fundiários e os especuladores imobiliários da cidade, constituído pelas construtoras ou por investidores pessoas físicas. Ainda pelas palavras de Santos (1979), se é verdade que a população que consome, frequentemente, no circuito superior pode ter acesso fácil às mercadorias e serviços produzidos no circuito inferior, o oposto não ocorre em relevância. Nesse sentido, o que se tem é um espaço dividido, construído e desenvolvido desigual e combinadamente (SANTOS, 1979; SMITH, 1988).

Assim, Viçosa e a UFV mantém uma estreita relação com o circuito superior da economia, bem como a predominância do circuito inferior em seus limites. A presença de agências bancárias, de muitas cooperativas financeiras, mercados e supermercados, incubadoras tecnológicas, indústrias que, ainda em pequeno número, vêm alcançando mercados consumidores cada vez maiores e mais distantes, diversas empresas que celebram contratos, convênios e parcerias com a prefeitura e, principalmente, com a Universidade compõem o circuito superior da economia de Viçosa, caracterizado pelo capital intensivo, organização burocrática e que atende a população da cidade e ainda a população dos municípios próximos, recebendo diariamente pessoas desses municípios para consumir, vender, trabalhar na cidade ou na universidade e também os migrantes pendulares que, diariamente, vem estudar em uma das diversas instituições de ensino de Viçosa e retornam para suas cidades.

O circuito inferior de Viçosa, por sua vez, é presente em todos os bairros e distritos, a intensidade e complexidade deste circuito aumenta do Centro para os bairros e distritos periféricos. Em Viçosa observa-se ainda em seu circuito inferior práticas agrícolas rudimentares e familiares, em alguns bairros periféricos predominam-se casas com quintais em que as famílias cultivam hortaliças e criam animais de pequeno porte para corte ou postura, são comuns os pequenos comércios como mercearias, hortifrutigranjeiros, lojas de produtos agrícolas e de materiais de construção civil que ainda adotam o sistema de caderneta de compras, a adoção da máquina de cartão é uma prática recente para muitos desses comércios, sendo que ainda há os que resistem em sua utilização.

Esses pequenos comércios do circuito inferior também possuem um baixo estoque de produtos devido, principalmente, às limitações de espaço para armazenar ou mesmo de capital para maiores aquisições. A disponibilidade de crédito institucional é uma outra diferença marcante entre os dois circuitos da economia, como nos afiança Milton Santos (1979), “as pequenas atividades do circuito inferior não oferecem garantias suficientes para obter esse tipo de crédito, e o próprio princípio de seu funcionamento lhe veda qualquer pagamento de

títulos em datas fixas”. Já no circuito superior há maior acessibilidade de seus investidores ao crédito institucional, em decorrência principalmente do histórico de lucratividade, dos potenciais de expansão e da regularidade das empresas desse circuito, critérios estes não muito presentes nos pequenos comércios do circuito inferior.

Dessa forma, por contar predominantemente com pequenos comércios e pequenas produções agrícolas, o circuito inferior em Viçosa é responsável por empregar, formalmente, uma parcela menor da população economicamente ativa, uma vez que nesses serviços os próprios donos do comércio ou da produção agrícola, em muitos casos acompanhados de suas famílias, encarregam-se dos trabalhos, abrindo poucos postos de trabalhos formais. Assim, por não ter muitas oportunidades de trabalho nos bairros que residem, a população trabalhadora busca empregos, entre outros, nos componentes do circuito superior da cidade, sendo os comércios maiores localizados no centro e nos bairros próximos das instituições de ensino superior, nas poucas indústrias que Viçosa possui e na UFV que emprega aproximadamente 600 trabalhadores terceirizados por meio de contratos celebrados entre a instituição e empresas especializadas em dedicação exclusiva de mão de obra.

Contudo, uma análise da proposta de Milton Santos (1979) possivelmente aplicada para estudar a geografia econômica urbana de Viçosa, a partir dos dois circuitos da economia, o circuito superior e o circuito inferior, é de extrema relevância para compreender como os agentes urbanos do circuito inferior, no caso do presente estudo que enfatiza os trabalhadores terceirizados da Universidade Federal de Viçosa, atuam entre os espaços dos dois circuitos da economia da cidade, vivenciam diariamente entre o moderno e o tradicional dentro de uma totalidade que se complementa, mas também segrega.

3.7. Espaços de Exclusão na Cidade Educadora

Já dizia Santos (1988) que a produção do espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, através dos objetos, naturais e artificiais, e que estas ações de reciprocidade, de exploração, de cooperação, de dependência ou interdependência, de superioridade ou de inferioridade, consciente ou inconsciente, compõem as ações do ser sobre o ser. Tem-se assim que as ações do homem sobre o espaço variam de acordo com os conhecimentos e técnicas que cada grupo social possui, logo, a produção do espaço ocorre de forma desigual entre os distintos grupos sociais.

Na história do Brasil, desde o período colonial a sociedade brasileira é marcada por processos de dominação e exclusão de grupos sociais, seja os povos originários ou os

escravizados e, na sociedade capitalista moderna, as camadas pobres da sociedade são menos percebidas enquanto sujeitos e mais como subcidadãos, “expulsos não somente dos meios de consumo, bens e serviços, mas do gênero humano” (NASCIMENTO,1995).

Na cidade a produção do espaço também ocorre de forma desigual entre os distintos grupos sociais, marcada pelos processos de dominação de certos grupos e pela exclusão de outros. Como nos afirma Corrêa (2005), o espaço urbano é resultado dos diferentes usos do solo, que representam a organização espacial da cidade, assim, a cidade se apresenta fragmentada. As diversas áreas da cidade se distinguem em forma e conteúdo social em decorrência das variadas formas de atuação no espaço pelos agentes urbanos. O espaço urbano, assim como seus agentes, é mutável no tempo histórico, é um constante reflexo da sociedade em um dado contexto histórico.

A cidade reflete assim a sociedade por meio de sua estrutura social, de classes sociais que revelam a segregação e a desigualdade. Para Corrêa (2005), o espaço urbano é também simbólico por conter crenças, valores e mitos criados, uma dimensão simbólica criada pelos diferentes grupos sociais. E é também o espaço urbano um campo de lutas e conflitos sociais, uma vez que estes diferentes grupos visam o direito à cidade, à cidadania e a igualdade no acesso aos bens, espaços e serviços.

Diante desse exposto, esta seção esforça-se em compreender a dinâmica desigual de reprodução do espaço urbano da cidade de Viçosa e da universidade, a partir da segregação socioespacial e da exclusão percebidas pelos trabalhadores terceirizados da UFV. Pela segregação socioespacial entende-se a formação simbólica de áreas desiguais dentro da malha urbana da cidade e pela exclusão tem-se o acesso restrito a bens, serviços e espaços da cidade.

Partindo desse exposto, Castells (2000) afirma que dentro da esfera econômica a segregação é definida através da diferença entre os locais, como centro e periferia, mas é também definida pela capacidade de deslocamento e acesso dos moradores a determinadas localidades da rede urbana. O sociólogo defende ainda que na esfera política há o esforço dos governos locais em acentuar a segregação ao atender demasiadamente os interesses das elites.

Silva (2014) traz também que a segregação está intrinsecamente relacionada à divisão do trabalho e cita que as áreas segregadas possuem uma tendência a apresentar estruturas sociais marcadas pela semelhança entre seus moradores, tais como renda, ocupação, status social e processo de migração. Silva (2014) concebe então a periferia urbana como uma territorialidade da pobreza. A cidade é assim uma construção histórica, susceptível de mudanças, e sua configuração atual é resultado das ações de seus agentes no espaço urbano,

afinal, o espaço urbano nada mais é do que o espaço geográfico, produto da relação intrínseca da sociedade com o seu meio.

Dessa forma, as transformações ocorridas nas cidades capitalistas são propiciadas pelos agentes urbanos ou sociais, como afirma Corrêa (2005) ao abordar o potencial desses agentes em produzir e consumir o espaço urbano. Para o geógrafo “a ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que delas emergem” (CORRÊA, 2005).

Essa configuração da cidade capitalista é assim o espaço de manifestação das diversas ações praticadas pelos diferentes agentes urbanos em um dado contexto histórico. Porém, essas ações praticadas no espaço urbano têm evidenciado um movimento de segregação ao acentuar a influência e o poder econômico de determinados grupos sociais em detrimento de outros. Corrêa (2005) contribuiu de forma a categorizar estes agentes urbanos como proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos excluídos (CORRÊA, 2005).

Os proprietários dos meios de produção compõem as indústrias e empresas, são agentes que consomem grandes áreas do espaço urbano para executarem suas atividades; aos proprietários fundiários interessam o valor de troca e não o valor de uso do espaço urbano, são beneficiados pelas altas demandas por habitação ou mesmo para locação por curtos períodos em determinadas épocas do ano e ainda articulam pela conversão da terra rural em urbana, por ser esta mais valorizada.

Corrêa (2005) concebe os promotores imobiliários como o responsável pela transformação do capital-dinheiro em mercadoria, imóvel. A atuação destes agentes urbanos se dá de forma desigual ao criar e reforçar a segregação residencial, característica da cidade capitalista.

Quanto à influência do Estado na produção e reprodução da cidade, Corrêa (2005) reforça o papel do Estado nessa organização do espaço urbano enquanto Estado capitalista, por sua capacidade de atuar como grande industrial, consumidor do espaço e de localizações específicas, proprietário fundiário, agente de regulação do uso e ocupação do solo e alvo dos movimentos sociais urbanos. Há ainda a implantação de serviços públicos, como sistema viário, calçamento, água e esgoto, iluminação, coleta de lixo, entre outros, que interessam tanto à população geral como às empresas. Sobre isso Corrêa (2005) ainda chama a atenção para o desempenho espacialmente desigual por parte do Estado, enquanto provedor desses serviços públicos; de forma que o desequilíbrio social, econômico e espacial é marcado pelo

atendimento aos interesses de certos membros e grupos da sociedade em detrimento de outros, tendendo a privilegiar os interesses daquele segmento ou segmentos de classes dominante que, a cada momento, estão no poder. Assim, é evidente que “o Estado capitalista cria mecanismos que levam à segregação residencial e à sua ratificação” (CORRÊA, 2005).

É notável então que na sociedade capitalista, dividida em classes sociais, existe as diferenças entre essas classes quanto ao acesso à renda, bens e serviços. Dentro disso há, por fim, os grupos sociais excluídos. Para Corrêa (2005), é evidente o acesso seletivo à habitação de uma parcela enorme da população, principalmente dos países “subdesenvolvidos”, que não possui renda para pagar aluguel de uma habitação decente e menos ainda para compra de um imóvel. O quesito habitação é “[...] um dos sintomas de exclusão, que não ocorre isoladamente, correlatos a ela estão a subnutrição, as doenças, o baixo nível de escolaridade, o desemprego ou o subemprego e mesmo emprego mal-remunerado” (CORRÊA, 2005).

Para uma análise comparativa da configuração da cidade de Viçosa diante da atuação dos agentes urbanos que produzem e reproduzem o espaço urbano, proposta por Corrêa (2005), é necessário pensar a cidade, em questão, sendo influenciada por fatores externos. No caso de Viçosa ocorreu pela instalação de uma escola superior com ênfase em estudos agrários e agropecuários, no contexto de um país de forte economia agroexportadora e no contexto do estado de Minas Gerais com arrefecimento de seu desenvolvimento pela crise agrícola sofrida no início do século XX.

Assim, as grandes transformações percebidas no espaço urbano de Viçosa foram diretamente influenciadas pela ciência e modernidade. Soja (2001) atribui essa transformação urbana, vivida pelas cidades capitalistas, à chamada Revolução Urbana, que teve em sua essência o aumento acelerado da população urbana, decorrente principalmente da migração campo-cidade que transformou as formas de organização do trabalho, acentuou a divisão de classes e alterou a configuração espacial das cidades.

Ao transformar a terra em mercadoria o capitalismo alterou gradual e profundamente a proporção da população urbana frente à população rural, deslocando trabalhadores para os centros urbanos. E nessa evolução do capitalismo urbano-industrial o centro das cidades passou a ser muito visado e, conseqüentemente, muito valorizado, restando à população de baixa renda se abrigar às margens da cidade, constituindo espaços urbanos de segregação.

Assim, a urbanização se intensificou em Viçosa a partir dos anos 1970, com a federalização da então Universidade Federal de Viçosa. A grande demanda por habitação acelerou o crescimento do centro da cidade e fez surgir novos bairros e condomínios fechados. Com a expansão dos cursos e surgimento de novos, a UFV passou a contar com

uma crescente revitalização de sua estrutura, surgindo novas edificações e, conseqüentemente, necessitando de mais força de trabalho para suas atividades de apoio ao funcionamento da instituição, motivando assim a migração campo-cidade, a marca principal da Revolução Urbana.

Analisando a Tabela 3 a seguir, é possível perceber o aumento acelerado da população de Viçosa já na primeira década após a federalização da UFV, saltando de 25.777 habitantes em 1970 para 38.626 habitantes em 1980, um aumento de mais de 50% em dez anos. Ao analisar a evolução da população pelas últimas cinco décadas, há um aumento de mais de 300% de 1970 a 2020.

Tabela 3: Evolução da População de Viçosa – MG, década de 1970 a 2020.

População	1970	1980	1990	2000	2010	2020
Urbana	17.044	31.110	46.456	59.792	67.305	75.485
Rural	8.733	7.516	5.202	5.062	4.915	4.425
Total	25.777	38.626	51.658	64.854	72.220	79.910

Fonte: IBGE (2022)

Analisando ainda a evolução da população por zona de residência, vê-se que a população urbana de Viçosa teve um aumento de mais de 80% na primeira década de federalização da UFV. Enquanto em 1970 a população urbana representava 66,12% da população total, em 1980 ela já representava 80,54%, e para 2020 a população da zona urbana correspondia a 94,46% da população total.

Com esse crescimento urbano acelerado, acompanhado de uma maciça procura por habitação, os proprietários fundiários e promotores imobiliários de Viçosa e região aproveitaram do potencial lucrativo que os investimentos imobiliários poderiam trazer na cidade universitária que se consolidava e expandia. Estes agentes foram e ainda são, sobretudo, pessoas físicas atuando como autônomos no ramo imobiliário em Viçosa, principalmente comerciantes, fazendeiros e mesmo servidores do alto funcionalismo público da cidade e da universidade.

Foi visto nas seções anteriores que o movimento inicial foi o de verticalização nas áreas centrais da cidade, compondo moradias em edificações de forma a atender o público-alvo, os estudantes. Silva (2014) diz que “a expansão vertical se deu através da substituição dos casarões antigos por edifícios”. Como afirma Corrêa (2005), aos proprietários fundiários interessam o valor da troca e não o valor de uso do espaço urbano e aproveitam das altas

demandas por habitação, principalmente por meio de locação, como passou a ocorrer em Viçosa a partir da década de 1970.

Além da intensa verticalização dos bairros centrais de Viçosa, a cidade seguiu a tendência nacional pelos condomínios e loteamentos fechados horizontais, a partir também da década de 1970. A expansão horizontal da cidade foi marcada também por novos loteamentos nos bairros já existentes e ainda pelo surgimento de novos bairros por meio dos loteamentos de terras antes rurais, muitos deles de forma clandestina, destinados principalmente para a classe popular da cidade.

No caso dos condomínios horizontais de Viçosa, estes caracterizaram por se situarem nas proximidades da UFV, também em áreas anteriormente rurais do município, e para atender, principalmente, as classes média e alta. Sobre isso, Corrêa (2005) ressalta que os proprietários fundiários, enquanto agentes urbanos, articulam no sentido de converter a terra rural em terra urbana por esta ser mais valorizada.

Silva (2014) afirma que os condomínios fechados surgem como um novo produto do mercado imobiliário embutido da mercadoria segurança, uma opção de moradia mais segura às classes mais favorecidas economicamente. Caldeira (2000) refere-se a essa forma de segregação espacial, por meio de condomínios fechados, como enclaves fortificados, espaços controlados que impedem ou limitam a circulação de pessoas não residentes, ficando assim separados do restante da cidade.

Por essa complexa ação dos proprietários fundiários sobre o espaço urbano de Viçosa, Corrêa (2005) nos afiança que tais ações levam a um constante processo de reorganização do espaço pela incorporação de novas áreas ao espaço urbano, intensificação do uso do solo (como o processo de verticalização e construção dos condomínios fechados horizontais citados), realocação diferenciada da infraestrutura urbana e mudança do conteúdo social e econômico da cidade.

O Estado atuou e atua como um importante agente urbano na produção e reprodução do espaço urbano de Viçosa, seja por sua omissão ou por suas prerrogativas e interesses por meios de seus governantes. A exemplo dessa omissão ou atuação seletiva por parte do Estado, nesse caso da Prefeitura, há os loteamentos clandestinos que deram origem a novos bairros na cidade. Ribeiro Filho (1997) cita em seu trabalho que dos diversos projetos de loteamento, alguns foram aprovados e não executados, outros não foram aprovados e foram executados e ainda houve os aprovados, porém executados em inconformidade com a legislação.

Tratando assim dos loteamentos para abrigar a classe popular de Viçosa houve uma evidente omissão por parte do Estado, nesse caso da Prefeitura Municipal de Viçosa, enquanto

agente de regulação e fiscalização do uso e ocupação do solo, bem como no controle dos vários loteamentos clandestinos que se formavam na cidade.

Enquanto o Estado se omitia da fiscalização e da regulação dos loteamentos que se formavam, ele simultaneamente reorientou sua atenção para as áreas centrais da cidade, muito visadas com a então expansão da UFV. A partir dos anos finais da década de 1960 a Prefeitura realizou obras de pavimentação dessa porção central da cidade, em especial na Avenida P.H. Rolfs que liga a cidade à Universidade.

Logo, as classes média e alta locais procuraram habitar as áreas centrais de Viçosa nesta porção da cidade, seja pela proximidade com a UFV e ainda por dotar de maior infraestrutura. E o Estado, enquanto agente urbano regulador e fiscalizador, articulou de forma a impedir que as classes de baixa renda habitassem esta porção da cidade. Sobre isso Santos (1991) cita a lei nº 609 de 31 de dezembro de 1971, que proibia a construção de casebres nas áreas centrais de Viçosa.

Em meio a esse contexto, décadas de 1960 e 1970, surge Antônio Chéquer, um importante agente urbano que protagoniza a produção e reprodução do espaço urbano de Viçosa. Antônio Chéquer atuou como promotor imobiliário e ainda proprietário fundiário na cidade. Por meio de sua Construtora e Incorporadora Chequer destinou propriedades rurais para loteamentos destinados à crescente população de baixa renda em Viçosa. Conforme observou Corrêa (2005), a propriedade fundiária da periferia urbana constitui-se no alvo de atenção dos proprietários de terras por estarem submetidas ao processo de transformação do espaço rural em urbano. O interesse desses agentes urbanos é a valorização de suas terras, não importando a eles o valor de uso, ou seja, a habitação e a infraestrutura necessária em um loteamento.

Um importante loteamento promovido por Antônio Chéquer foi em uma de suas fazendas situada a quatro quilômetros do centro de Viçosa. Este loteamento veio a constituir o bairro Nova Viçosa, também para abrigar a crescente população de baixa renda da cidade. Além de atuar como proprietário fundiário na construção desse loteamento, Antônio Chéquer representou também o Estado, enquanto agente urbano, na figura de prefeito do município, realizando obras de infraestrutura básica, como calçamento, no que veio a ser o então bairro de Nova Viçosa.

Ainda que tenha doado e vendido os lotes a valores acessíveis para a então população economicamente vulnerável, o loteamento que originou o bairro Nova Viçosa foi visto como uma ação populista de Antônio Chéquer, o que lhe conferiu outros dois mandatos de prefeito de Viçosa, tendo sido então prefeito eleito em três ocasiões.

No entanto, seja por sua atuação como proprietário fundiário ou como Estado, enquanto prefeito, na produção e reprodução do espaço urbano de Viçosa, Antônio Chequer contribuiu na promoção da segregação residencial na cidade ao evidenciar os espaços “destes” e “daqueles” na cidade. O próprio Antônio Chequer confirmou em uma entrevista realizada por Santos (1991) que Viçosa demandou por habitações na década de 1970 e que a criação do bairro Nova Viçosa, nessa época, tirou a população de baixa renda das áreas centrais e evitou a favelização e a ocupação dessa população nas encostas e topos de morros da cidade.

Seguindo a mesma finalidade do loteamento que originou o bairro Nova Viçosa, Coelho (2013) afirma que outros loteamentos foram construídos e bairros formados no governo de Antônio Chequer, como os bairros Arduíno Bolívar (Amoras), Novo Silvestre, Santa Clara e Santo Antônio. Já os loteamentos que originaram os bairros Clélia Bernardes, Lourdes e Ramos, por localizarem mais próximos ao centro, foram destinados à população de classe média e alta da cidade.

Em meio a esse crescimento acelerado da população viçosense, Silva (2014) cita as ocupações e loteamentos irregulares que vieram a formar os bairros Bom Jesus, Estrelas, Sagrada Família e o Sagrado Coração de Jesus, este popularmente chamado de Rebenta Rabicho, sendo este último bem próximo ao centro da cidade. Silva (2014) comenta que desde o início da década de 1980 houve várias tentativas da Prefeitura em realocar a população do Rebenta Rabicho para o bairro Nova Viçosa, sob a alegação de risco de deslizamento de terras, situação que não aconteceu pela resistência e organização dos moradores em associação.

Há uma evidente atenção desigual nos espaços da cidade por parte do Estado. Pela falta de atenção do poder público com a infraestrutura e fiscalização no loteamento dos bairros periféricos, estes se distinguiram dos bairros centrais também pela falta de criação de espaços públicos, como os largos e as praças. Os poucos investimentos destinados aos bairros populares eram voltados para a infraestrutura estritamente básica (SILVA, 2014).

Corrêa (2005) já alertava que o desequilíbrio social, econômico e espacial é marcado pelo atendimento aos interesses de certos grupos sociais em detrimento de outros, de forma que as classes dominantes são as mais privilegiadas. Assim, o próprio Estado que deveria zelar pela qualidade de vida de seus habitantes e pela igualdade no fornecimento de serviços públicos básicos, acaba criando os mecanismos de segregação residencial e espacial na cidade.

Observa-se que os grupos excluídos são os agentes urbanos mais prejudicados nesse processo de produção e reprodução do espaço urbano. Corrêa (2005) cita os grupos excluídos

pelo acesso seletivo destes à habitação por não possuírem renda para locação ou compra de um imóvel com habitação decente e junto dessa deficiência social, esses grupos excluídos vivenciam situações de baixa escolaridade, subnutrição, doenças, desemprego, subemprego e empregos mal remunerados.

Sobre essa condição, Souza (2019) evidencia o desprezo e o descaso com a população pobre ao mencionar uma construção histórica da divisão entre gente e subgente, típica de países que adotaram a escravidão e nunca criticaram essa herança. Contim e Vieira (2021) citam ainda que os espaços urbanos periféricos e as pessoas marginalizadas constituem uma alteridade sem valor, gerando uma sensação de naturalização da imensa desigualdade social no Brasil.

É nesse contexto urbano que parte dos trabalhadores terceirizados a serviço da UFV se incluem, situação a ser explorada na próxima seção, por meio de categorias de análise a partir da caracterização social e espacial desses sujeitos, das suas condições de trabalho e qualidade de vida e do acesso aos serviços e espaços da cidade e da Universidade por eles. Informações estas extraídas por meio de pesquisa documental e por meio de entrevistas semiestruturadas realizada com uma parcela dos trabalhadores terceirizados.

SEÇÃO 4: TERCEIRIZAÇÃO: UM COMPONENTE DA EXCLUSÃO, DA SEGREGAÇÃO E DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

4.1. Análise e Tratamento dos Dados

Os dados para este estudo foram então levantados por meio da pesquisa documental e da pesquisa de campo por meio das entrevistas semiestruturadas. Pela pesquisa documental foram utilizados processos licitatórios de contratação de serviços com dedicação de mão de obra exclusiva, relatórios institucionais da Universidade Federal de Viçosa e fichas admissionais dos trabalhadores terceirizados, a serviço da UFV, disponibilizados pelas empresas contratadas pela instituição.

Para análise dos dados obtidos por meio das fichas admissionais dos terceirizados foi utilizada, primeiramente, a tabulação. Lakatos e Marconi (2002) define a tabulação como uma forma de dispor dados em tabelas, o que possibilita maior facilidade na verificação das relações entre eles, permite sintetizar os dados de observação, conseguidos pelas diferentes categorias, e ainda representá-los graficamente, permitindo ser melhor compreendidos e interpretados mais rapidamente.

Assim, os dados referentes ao cargo contratado, remuneração, benefícios e adicionais, jornada de trabalho, idade, gênero, cor declarada, estado civil, naturalidade e endereço de residência foram dispostos e organizados em tabelas, sendo uma tabela por contrato celebrado, totalizando doze tabelas. Apesar de ser uma técnica mais comum na pesquisa quantitativa, a tabulação na pesquisa qualitativa é uma forma de facilitar a análise de possíveis relações entre os dados e também de tornar mais clara suas informações para interpretação e compreensão.

Já para análise e interpretação dos dados e informações produzidos por meio da entrevista semiestruturada foi utilizada, além da tabulação, a categorização como procedimento de organização e a técnica de análise de conteúdo para a interpretação dos resultados. A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), e aplicadas com os critérios previamente definidos (BARDIN, 2011).

Nesse sentido, as informações produzidas pela entrevista semiestruturada foram organizadas em categorias de análise, com base nos elementos com características comuns dentro de cada bloco temático do roteiro da entrevista, sendo eles Identificação do Entrevistado, Precarização do Trabalho e Qualidade de Vida.

A técnica de análise de conteúdo utilizada na interpretação dos resultados é, para Marconi e Lakatos (2002), aplicada a documentos pessoais como diários, por exemplo, e visa aos produtos das ações humanas, voltadas para o estudo de ideias e não somente das palavras em si. Godoy (1995) contribui também ao definir que a técnica de análise de conteúdo é um instrumental metodológico possível de ser aplicado a temas diversos e a às diversas formas de comunicação.

Bardin (2011) recomenda que a análise de conteúdo seja organizada em três etapas: a primeira pauta-se em uma pré-análise, em que os dados são selecionados conforme os objetivos da pesquisa; a segunda consiste na exploração do material e das informações, utilizando-se, por exemplo, da contagem das palavras ou das unidades de análise; a última etapa é o tratamento e interpretação dos dados, nessa etapa os dados são transformados em informações a serem analisadas pelo pesquisador.

As entrevistas foram transcritas em arquivo de texto no Writer (processador de texto do Libre Office) e, posteriormente, os dados extraídos da transcrição foram organizados e tabulados em planilha no Calc (processador de planilhas do Libre Office). Foi criada uma pasta com quatro planilhas. A primeira planilha nomeada de “Caracterização Socioespacial” organizou informações como tempo de trabalho enquanto trabalhador terceirizado na UFV, experiências profissionais antes de ser trabalhador terceirizado, cidade de origem, entre

outros; a segunda planilha foi nomeada de “Condições de Trabalho” e sistematizou as informações referentes a renda familiar, realização de serviços no tempo livre, problemas de saúde, acidentes de trabalho, entre outros; na terceira planilha, nomeada de “Acesso a Serviços”, são descritas as informações referentes ao meio de transporte utilizado, atendimento escolar aos filhos, acesso a serviços públicos de saúde, acesso a serviços básicos de infraestrutura e saneamento básico no endereço de residência, acesso aos espaços de esporte, lazer e cultura da cidade e da universidade, entre outros; por fim, a última planilha, nomeada “Precarização e Subjetividade”, recorre-se a algumas perguntas tratadas nas planilhas anteriores e outras como os principais motivos de demissão na visão dos entrevistados, mudanças que poderiam ajudar as condições do trabalho, projetos para o futuro, entre outras.

Após tabulados, categorizados e analisados os dados e informações foi utilizada a triangulação para tratamento dos dados e informações categorizados, técnica essa que, segundo Triviños (1987), tem por objetivo básico abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo. Triviños afirma que “é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social, sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma macrorrealidade social” (TRIVIÑOS, 1987).

Partindo então da técnica da triangulação e considerando que o estudo está centrado em identificar como se caracterizam os trabalhadores terceirizados da UFV e investigar como eles se relacionam e acessam os espaços e serviços da cidade e da universidade, a análise deve estar dirigida em três eixos: Primeiro, o referencial teórico que embasa o estudo; posteriormente, os dados e informações produzidas por meio da pesquisa documental, e, por último, as informações produzidas por meio dos trabalhadores terceirizados a serviço da UFV através das entrevistas semiestruturadas.

4.2. Categorização dos Sujeitos: Um Olhar da Geografia Sobre os Trabalhadores Terceirizados da UFV

4.2.1. Caracterização Social dos Trabalhadores Terceirizados

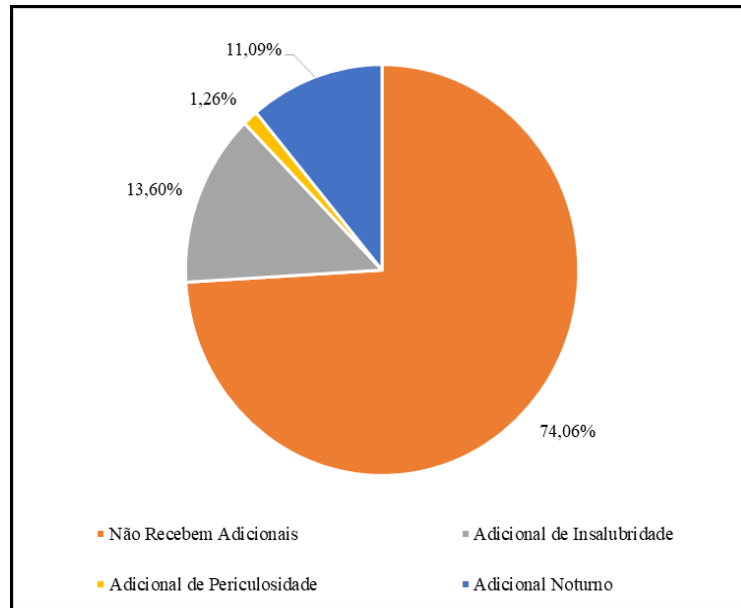
Para caracterizar os trabalhadores terceirizados a serviço da Universidade Federal de Viçosa a partir de componentes sociais é indispensável, inicialmente, ressaltar a variedade dos serviços contratados. Com isso o perfil dos trabalhadores de um contrato pode diferir consideravelmente do perfil dos trabalhadores de outros contratos. Ressalta-se então que a

UFV conta com doze contratos com dedicação exclusiva de mão de obra em atendimento ao campus sede, sendo eles os serviços de auxiliar agropecuário, auxiliar veterinário, contínuos e apoio administrativo, educação infantil, limpeza e conservação de edificações, jardinagem, manutenção predial, manutenção veicular, portaria e recepção, serviços gráficos, transporte de cargas e pessoas e o serviço de vigilância.

Para a caracterização do perfil social dos trabalhadores terceirizados essa subseção contou com a pesquisa documental realizada por meio das fichas de admissão dos trabalhadores contratados e também pela pesquisa de campo por meio das entrevistas semiestruturadas. Inicialmente foram analisadas as informações extraídas pelas fichas admissionais para posteriormente serem analisadas as informações obtidas pelas entrevistas semiestruturadas, que são aqui discutidos concomitantemente.

Posto isso, o componente inicialmente analisado é a remuneração dos trabalhadores terceirizados. Para fins de remuneração considera-se aqui o valor bruto (sem a dedução dos impostos e recolhimentos devidos) recebido pela soma do salário e eventuais adicionais que parte dos terceirizados recebem, desconsiderando os vales alimentação e transporte. Dos 477 trabalhadores, 354 não recebem nenhum tipo de adicional, número que corresponde a mais de 70% do quantitativo total, como é observado no gráfico 3 a seguir.

Gráfico 3: Adicionais Devidos aos Trabalhadores Terceirizados



FONTE: Pesquisa documental pelo autor

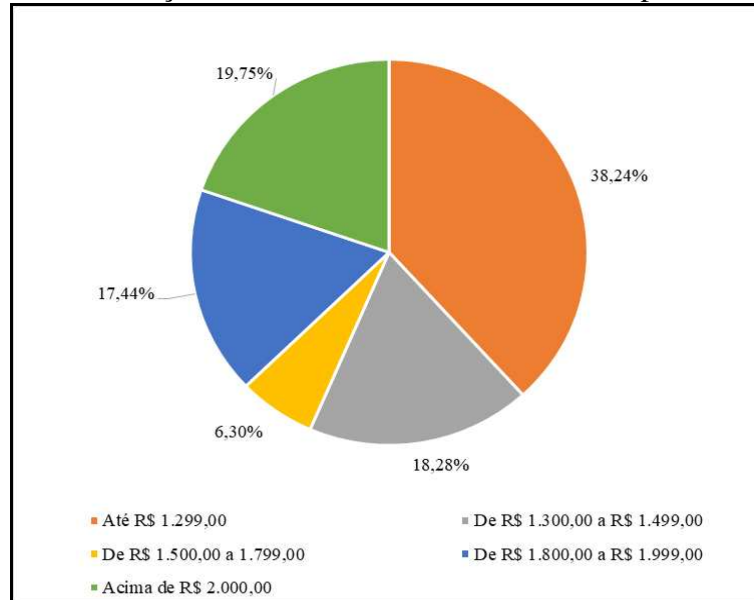
Sessenta e cinco terceirizados, o equivalente a 13,6%, recebem o adicional de insalubridade, sendo que trinta e oito deles recebem o adicional de insalubridade em grau máximo (40%) e vinte e sete recebem adicional de insalubridade em grau médio (20%). Os contratos em que há mais trabalhadores que recebem adicional de insalubridade são os de Auxiliar Agropecuário, Manutenção Predial, Limpeza e Conservação das Edificações e Manutenção Veicular. São cinquenta e três os trabalhadores terceirizados que recebem o adicional noturno, equivalente a 11,09%, sendo vinculados aos contratos de Manutenção Predial, Portaria e Recepção e de Vigilância em que há postos de trabalho noturnos. Somente dezesseis terceirizados recebem adicional de periculosidade, sendo 1,26% do quantitativo total, todos estes pertencem ao contrato de Manutenção Predial.

Apresentadas as quantidades de trabalhadores terceirizados que recebem os diferentes tipos de adicionais e os que não recebem, retoma-se ao componente remuneratório com as proporções da remuneração bruta percebida por estes trabalhadores. Ressalta-se que os valores apresentados aqui são do ano 2021. Posto isso, para estruturar a análise desse componente foram utilizadas cinco faixas de valores: Até R\$ 1.299,00; de R\$ 1.300,00 a 1.499,00; de R\$ 1.500,00 a 1.799,00; de R\$ 1.800,00 a 1.999,00 e acima de R\$ 2.000,00. Os valores em centavos foram arredondados para o número inteiro mais próximo.

Como observa-se no gráfico 4 a seguir, o maior grupo de trabalhadores terceirizados são da faixa mais inferior de remuneração, sendo 38,24% os que recebem até R\$ 1.299,00; em contraste, o segundo maior grupo é o da faixa mais elevada de remuneração, sendo 19,75% os

que recebem acima de R\$ 2.000,00; em seguida tem-se que 18,25% recebem entre R\$ 1.300,00 e 1.499,00. É possível perceber que mais da metade dos trabalhadores (56,49%) compõe as duas menores faixas de remuneração.

Gráfico 4: Distribuição dos Trabalhadores Terceirizados por Remuneração



FONTE: Pesquisa documental pelo autor

Analisando a remuneração dos trabalhadores por contrato foi observado que todos os trabalhadores dos contratos de Auxiliar Agropecuário, de Contínuos e Apoio Administrativo e de Jardinagem pertencem às duas faixas mais baixas de remuneração. Destacam-se ainda os contratos de Limpeza e Conservação de Edificações e o contrato de Portaria e Recepção em que 97% e 71%, respectivamente, do seu quadro de trabalhadores também pertencem às duas faixas mais baixas de remuneração.

Das duas faixas mais elevadas de remuneração há destaque nos contratos de Educação Infantil e de Vigilância em que todos os trabalhadores pertencem a estas duas faixas mais elevadas de remuneração. Nos contratos de Manutenção Veicular e Manutenção Predial 91% e 73,5%, respectivamente, de seus trabalhadores também estão nas faixas mais elevadas de remuneração, situação impulsionada principalmente pelos adicionais de insalubridade e periculosidade recebidos.

Percebe-se por meio dessa análise do componente remuneratório que os contratos que possuem trabalhadores que compõe as faixas mais elevadas de remuneração fazem parte de postos de trabalho que exigem a formação acadêmica de nível superior, como é o caso do contrato de Educação Infantil, e há também os postos de trabalho que exigem cursos

específicos e experiência comprovada na área, como é o caso do contrato de Vigilância, do contrato de manutenção veicular (para os postos de mecânico de máquinas pesadas, mecânico de automóveis, lanterneiro, eletricista de automóveis e operadores de máquinas de construção civil) e do contrato de manutenção predial (para os postos de trabalho melhores remunerados do contrato, sendo eles os eletricistas, carpinteiros, serralheiros, pedreiros e bombeiros hidráulicos).

Por sua vez, os contratos que possuem trabalhadores que compõe as faixas mais baixas de remuneração fazem parte de postos de trabalho que exigem escolaridade mínima e preferencialmente experiência de um ano no serviço a ser executado. Ou seja, como foi observado nos Termos de Referência dessas contratações, a experiência nesses contratos não é obrigatória e para alguns postos de trabalho, como os de Auxiliar Agropecuário, Auxiliar de Jardinagem e Servente de Limpeza é exigido somente o ensino fundamental incompleto.

Concomitante ao componente remuneratório, analisou-se também a cor declarada pelos terceirizados, inicialmente, por meio de suas fichas admissionais. Foi uma informação mais difícil de se adquirir do que o esperado. Primeiramente, em razão de duas empresas não constarem esse campo de informação a ser preenchido na ficha admissional de seus contratados e, também, mesmo após ser solicitada a fornecer essa informação sobre seu quadro de pessoal, uma respondeu justificando que como a cor declarada não havia sido solicitada ao trabalhador na sua ficha admissional não havia outros documentos e meios que pudessem constar esta informação e a outra empresa não respondeu até a realização da redação da dissertação. Assim, dos doze contratos analisados, quatro não possuem informação sobre a cor declarada pelos terceirizados, sendo eles os contratos de Auxiliar Agropecuário, Educação Infantil e Manutenção Veicular, todos estes sendo da mesma empresa, e o contrato de Manutenção Predial de outra empresa.

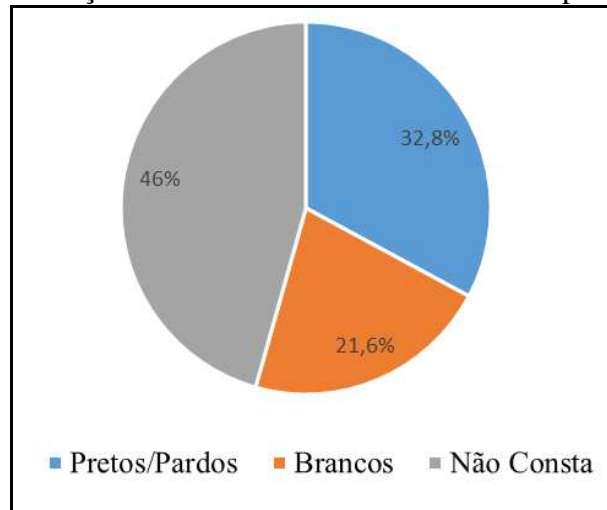
Assim, como pode-se observar pelo gráfico 5 a seguir, não consta informação registrada sobre a cor declarada de quase a metade (45,61%) dos trabalhadores terceirizados a serviço da UFV, pois ainda que somente quatro dos doze contratos não tenham essa informação, parte deles são contratos expressivos em quantitativo de trabalhadores, como é o caso dos contratos de Auxiliar Agropecuário e Manutenção Predial, com respectivamente 69 e 90 contratados cada.

Não obstante, dos documentos analisados que continham o campo 'cor' a ser preenchido pelo trabalhador no ato de sua admissão, houve ainda os que deixaram o campo sem preencher, que também foi contabilizado aqui como 'não consta'. Por esta razão, o componente cor não pode ser aqui analisado em sua totalidade sobre os doze contratos, o que

tornou a conclusão da análise parcial, uma vez que para esse componente foram considerados e analisados oito do total de doze contratos.

Ressalta-se também que, dos documentos em que o campo ‘cor’ foi preenchido, todos os trabalhadores terceirizados se autodeclararam como pretos/pardos ou brancos. Dessa forma, por não haver outra cor declarada, como amarela ou indígena, o gráfico 5 não as considerou.

Gráfico 5: Distribuição dos Trabalhadores Terceirizados por Cor Declarada

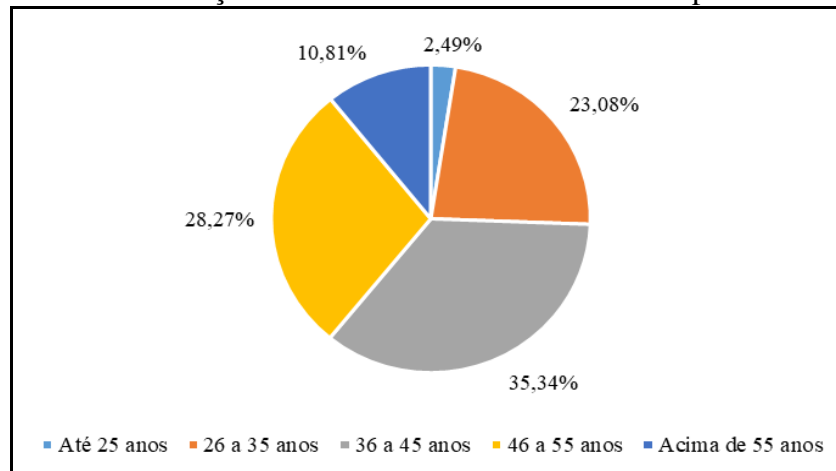


FONTE: Pesquisa documental pelo autor

Após o expressivo percentual de ‘não consta’, a proporção de pretos/pardos (32,8%) é predominante entre os trabalhadores terceirizados, restando 21,6% de declarados brancos. Em análise da cor declarada por contrato, observou-se que os contratos que possuem, proporcionalmente, mais trabalhadores declarados pretos/pardos são os contratos de Portaria e Recepção (85%), de Manutenção Veicular (72,7%) e o de Limpeza e Conservação (68,6%). Os contratos que possuem, proporcionalmente, mais trabalhadores brancos são o contrato de Contínuos e Apoio Administrativo (74%), o contrato de Vigilância (62%) e o contrato de Serviços Gráficos (50%).

Dando continuidade à caracterização social dos trabalhadores terceirizados, a serviço da UFV, foi analisado também o componente etário. Como é possível observar por meio do gráfico 6 a seguir, a maior parte dos trabalhadores contratados possuem entre 36 e 45 anos de idade (35,34%), seguido pelos trabalhadores que possuem entre 46 e 55 anos de idade (28,27%) e logo após dos que possuem entre 26 e 35 anos de idade (23,08%). É possível perceber que há uma predominância de trabalhadores com idades mais avançadas, uma vez que desses três grupos etários, os dois maiores grupos de 36 a 45 anos e 46 a 55 anos representam juntos 63,61% do total dos terceirizados.

Gráfico 6: Distribuição dos Trabalhadores Terceirizados por Faixa Etária



FONTE: Pesquisa documental do autor

Chama a atenção também as faixas etárias dos extremos pesquisados, ou seja, o grupo etário de até 25 anos de idade e o grupo de acima de 55 anos de idade. Como percebe-se no gráfico 6, o grupo etário de trabalhadores mais longevos (10,81%) representa quase o quádruplo dos trabalhadores mais jovens (2,49%), contribuindo para reforçar o predomínio de trabalhadores com idades mais avançadas.

Analisando ainda o componente etário por contrato, foi observado que os contratos de jardinagem, limpeza e conservação de edificações e o de manutenção predial possuem quase a metade do pessoal contratado com trabalhadores acima de 36 anos. Chama a atenção ainda os contratos de auxiliar veterinário e de serviços gráficos que possuem 75% dos contratados com idade superior a 46 anos. O contrato de educação infantil é o único que possui um quadro de trabalhadores mais jovens, sendo mais da metade deles com idade inferior a 35 anos.

Esse componente etário tem estreita relação com a qualificação e experiência esperadas pelo profissional a ser contratado, uma vez que, como visto anteriormente, para muitos cargos é exigida experiência comprovada no serviço a ser executado e no restante deles buscam-se preferencialmente trabalhadores com experiências nos serviços.

Concomitante ao componente etário, informação extraída pela pesquisa documental, tem-se uma pertinente observação percebida por meio de uma das questões do roteiro das entrevistas semiestruturadas realizadas. Foi perguntado aos entrevistados o tempo em que está trabalhando como terceirizado a serviço da UFV. Dos vinte entrevistados, somente um respondeu que está há menos de um ano, três responderam que estão entre 1 e 5 anos, oito responderam que estão entre 6 e 10 anos e os outros oito responderam que estão há mais de 10 anos, destacando aqui que há terceirizados com 12, 13, 14 e até 15 anos a serviço da UFV.

Quanto a isso é pertinente relembrar que um contrato celebrado entre uma empresa e a administração pública tem duração de doze meses, podendo, no interesse das duas partes, ser prorrogado a cada doze meses, sem exceder 60 meses (5 anos) de vigência, fazendo-se necessário, nesse caso, um novo processo de licitação. Posto isso, foi constatado por meio daquela pergunta, nas entrevistas realizadas, que mais de 75% dos terceirizados entrevistados já passaram por, pelo menos, dois contratos distintos celebrados entre uma empresa e a UFV. Oito trabalhadores entrevistados afirmaram já terem passado por quatro contratos celebrados entre empresas e a Universidade, quatro disseram ter passado por três contratos e cinco disseram estar no segundo contrato.

A relação observada por meio dessas informações extraídas das entrevistas semiestruturadas e do componente etário analisado ajuda a justificar a expressiva parcela de trabalhadores terceirizados com idades mais avançadas, uma vez que somados os três grupos etários mais longevos, tem-se uma parcela de 74,42% dos terceirizados com no mínimo 36 anos de idade e pelo que se observou com as entrevistas, mais de 75% dos entrevistados já passaram por mais de dois contratos celebrados entre uma empresa e a UFV. Por somarem a experiência pelo contrato a qual foi inicialmente contratado, muitos trabalhadores destacam-se e são chamados nas contratações posteriores, justamente por terem a experiência exigida ou recomendada.

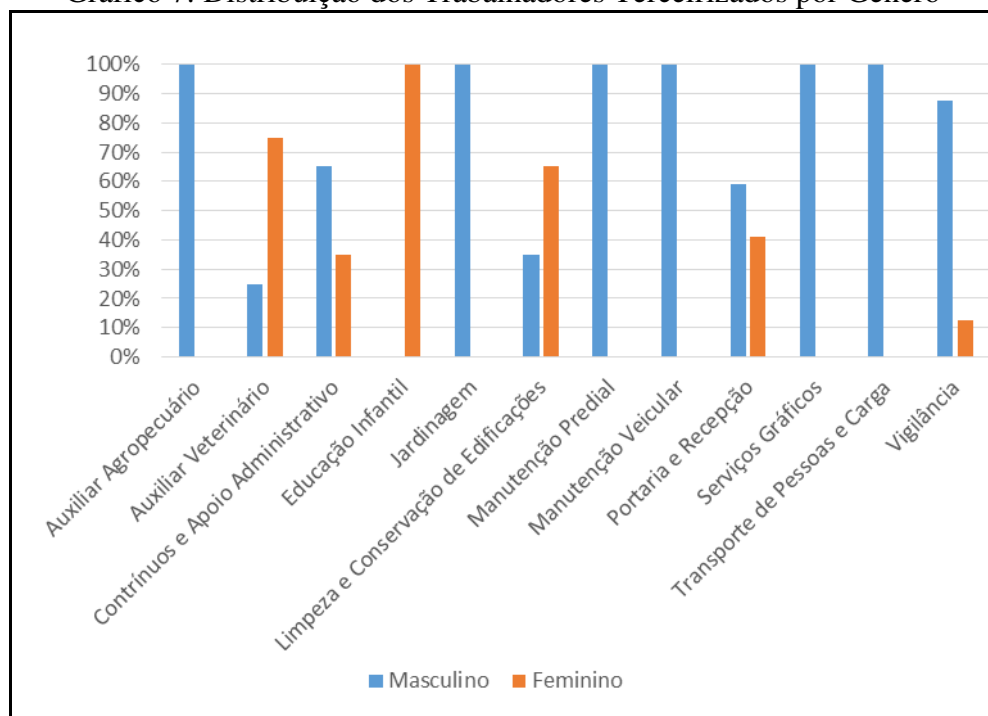
Conclui-se assim, possivelmente, que a explicação para o expressivo quantitativo de terceirizados com idades avançadas não se dá propriamente pela busca de contratar pessoas mais longevas, mas sim por reaproveitar os trabalhadores dos contratos vigentes para os contratos posteriores, por já conhecerem os serviços a serem prestados, por já serem trabalhadores de confiança dos servidores que acompanham os serviços, embora essa situação configura a pessoalidade e conseqüente descumprimento ao princípio da impessoalidade, esperado com a terceirização na administração pública.

Sobre essa situação da permanência dos trabalhadores na instituição pública, mesmo após o término de um contrato e o início da vigência de outro, Druck *et al* (2018) defendem que essa situação faz dos trabalhadores terceirizados serem permanentes na instituição sem de fato serem. A socióloga chama atenção ao fato de que há serviços que, ainda que sejam secundários, acessórios ou periféricos, são indispensáveis ao funcionamento da instituição. Se há a indispensabilidade da atividade a ser realizada, se o risco de paralisá-la compromete as atividades fins, terceirizar pode ter sido uma ação de risco ao bom andamento dos objetivos da administração pública (DRUCK *et al*, 2018).

Cabe ressaltar que a sequência de contratos, com o término de um e o início de outro, evita para a empresa contratante o cumprimento de uma série de direitos trabalhistas, como férias, caso fosse considerado o período completo pelo qual passam esses trabalhadores. Assim, os custos para a contratação diminuem, ao mesmo tempo em que os trabalhadores passam longos períodos sem férias e outros direitos trabalhistas.

Pela análise do componente de gênero, através das fichas admissionais dos trabalhadores terceirizados contratados, observou-se que todos se pautaram em responder serem do sexo masculino ou feminino, não houve outras respostas diferentes destas ou ainda abstenções de responder a esse campo na ficha de admissão. Posto isso, foi observado que do quantitativo total de trabalhadores terceirizados, a serviço da UFV, 77% são do sexo masculino e 23% do sexo feminino. A discrepância entre o pessoal contratado de ambos os sexos declarados se evidencia ainda ao analisar a distribuição por sexo e por cada um dos contratos de mão de obra terceirizada, como observa-se no gráfico 7 a seguir.

Gráfico 7: Distribuição dos Trabalhadores Terceirizados por Gênero



FONTE: Pesquisa documental do autor

Chama a atenção, em observação ao gráfico 7, primeiramente, o número de contratos que possuem todos os trabalhadores contratados do sexo masculino. São seis contratos do total de doze, sendo eles os de Auxiliar Agropecuário, Jardinagem, Manutenção Predial, Manutenção Veicular, Transporte de Cargas e Pessoas e Serviços Gráficos. Não obstante, há ainda outros contratos que possuem trabalhadores do sexo masculino em sua maioria, sendo

eles os de Vigilância (87,5%), o de Contínuos e Apoio Administrativo (65%) e o de Portaria e Recepção (59%). São três os contratos em que a maioria é do sexo feminino, sendo eles o de Limpeza e Conservação de Edificações (65%), o de Auxiliar Veterinário (75%) e por fim, há o contrato de Educação Infantil em que todo o quadro pessoal é do sexo feminino.

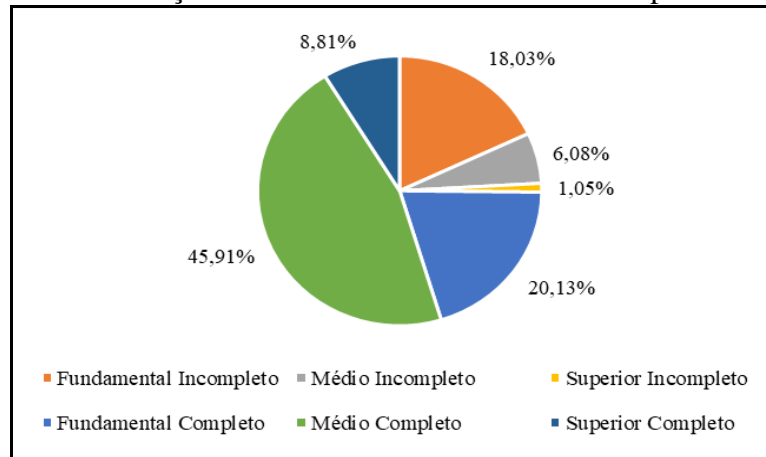
Ressalta-se que apesar do contrato de Educação Infantil ser preenchido somente por funcionárias do sexo feminino e ser um dos contratos em que todas as funcionárias estão nas faixas mais elevadas de remuneração, para os demais contratos a situação para as trabalhadoras é bem diferente. Como visto anteriormente, além do contrato de Educação Infantil, os contratos de Manutenção Predial, Manutenção Veicular e Vigilância são os que compõem as faixas mais elevadas de remuneração e desses três contratos, somente o de Vigilância possui funcionárias do sexo feminino, mesmo assim somente 12,5%, correspondente a oito trabalhadoras. Conclui-se com isso que a maioria das funcionárias terceirizadas estão em maior número nos postos de trabalho com remunerações mais inferiores, principalmente os contratos de Limpeza e Conservação de Edificações e o contrato de Portaria e Recepção.

Sobre isso Vasconcelos e Mascarenhas (2004) abordam que a justificativa dessa histórica desvalorização pelo trabalho feminino deve-se à tradição das mulheres em ocupar tarefas de apoio e de servir e ainda pelos eventos do casamento e gravidez que eram limitantes para a eficiência do trabalho feminino.

Concomitante à Vasconcelos e Mascarenhas (2004), percebe-se que há uma evidente e ultrapassada separação do trabalho a ser executado em relação ao sexo do trabalhador ou trabalhadora. Os postos de trabalho com serviços de maior esforço físico, como os de auxiliar agropecuário, manutenção predial, manutenção de veículos e de transporte de pessoas e cargas são destinados, exclusivamente, aos terceirizados do sexo masculino, enquanto os serviços de limpeza dos edifícios do campus e a educação infantil das crianças da creche da UFV são destinados em sua maioria e até na totalidade às trabalhadoras terceirizadas. É uma situação que nessa pesquisa ajudou a caracterizar socialmente os terceirizados a serviço da Universidade.

Em análise dos trabalhadores terceirizados pelo componente da escolaridade, foi observado que a maior parte destes sujeitos possui ensino médio completo (45,91%), seguido pelos que possuem ensino fundamental completo (20,13%) e pelos que possuem ensino fundamental incompleto (18,03%), como pode ser observado no gráfico 8 a seguir.

Gráfico 8: Distribuição dos Trabalhadores Terceirizados por Escolaridade



FONTE: Pesquisa documental do autor

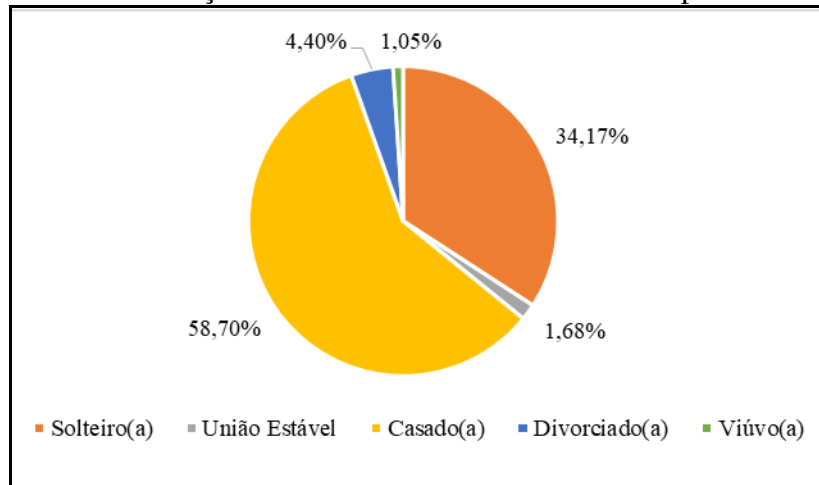
Tratando-se do nível de escolaridade superior incompleto e completo há 1,05% de trabalhadores terceirizados com superior incompleto e 20,13% com superior completo. Os terceirizados com ensino superior incompleto ou completo são mais encontrados nos contratos de serviços de Educação Infantil e de Vigilância, com destaque para o contrato de Educação Infantil que dos seus dezenove trabalhadores contratados, dezoito possuem ensino superior completo. Ressalta-se que esses dois contratos, que possuem mais trabalhadores com escolaridade superior, compõem as faixas de remuneração mais elevadas recebidas pelos terceirizados.

Quanto ao nível de escolaridade fundamental incompleto e completo, metade dos contratos de mão de obra terceirizada possuem a maioria dos trabalhadores contratados com um desses níveis de escolaridade, sendo eles os de Auxiliar Agropecuário, Jardinagem, Limpeza e Conservação de Edificações, Manutenção Predial, Manutenção Veicular e Transporte de Pessoas e Cargas. Essa situação vai de encontro à qualificação exigida nos cargos, abordada anteriormente, de forma que em muitos postos de trabalho é exigida somente a escolaridade mínima, por sua vez, são também os postos de trabalho com as faixas de remuneração mais baixas.

É possível observar, ainda pelo gráfico 8, que os trabalhadores terceirizados com níveis de escolaridade médio incompleto e médio completo compreendem juntos mais da metade de todo o pessoal contratado (51,9%). Em menor ou maior quantidade, estes dois níveis de escolaridade são os únicos presentes em todos os contratos, porém se destacam nos contratos de Portaria e Recepção (60,5%), de Vigilância (70%) e de Contínuos e Apoio Administrativo (87%).

Analisando o estado civil dos trabalhadores terceirizados observou-se uma predominância de casados, sendo esse segmento correspondente a mais da metade do quantitativo total de trabalhadores com 58,7%, seguido pelos solteiros com 34,17%. Em menor proporção há os divorciados (4,4%), em união estável (1,68%) e viúvos (1,05%), como observa-se no gráfico 9 a seguir.

Gráfico 9: Distribuição dos Trabalhadores Terceirizados por Estado Civil



FONTE: Pesquisa documental pelo autor

Com exceção do contrato de serviços gráficos que não há solteiros, todos os outros contratos possuem terceirizados casados e solteiros. Dentre os contratos em que a maioria de seu quadro de contratados são casados, destacam-se o contrato de Transporte de Pessoas e Cargas (76,5%), o de Serviços Gráficos (75%) e o de Auxiliar Agropecuário (62%). São três os contratos em que a maioria de seus trabalhadores são solteiros, sendo eles o de Contínuos e Apoio Administrativo (70%), o de Educação Infantil (56,5%) e o de Jardinagem (52%).

Diante da análise de todos esses componentes, o que se pode inferir dessa caracterização social dos trabalhadores terceirizados, a serviço da UFV, é uma possível distinção deles em dois grupos, como observa-se pela tabela 4 a seguir.

Tabela 4: Caracterização social dos Trabalhadores terceirizados por meio de grupos de análise

Componentes	Grupo 1	Grupo 2
Faixas de Remuneração	Menores faixas	Maiores faixas
Experiência	Apenas recomendada	Exigida
Escolaridade	Predominam trabalhadores com Ensino Fundamental Completo e Incompleto	Predominam trabalhadores com Ensino Médio e Superior
Adicionais	Minoria recebe	Maioria recebe
Cor Declarada	trabalhadores pretos/pardos predominam	Predominam trabalhadores brancos
Faixa Etária	trabalhadores de idades mais avançadas	trabalhadores mais jovens predominam neste grupo, porém a maioria é de idades mais avançadas
Gênero	Predominam trabalhadores do sexo masculino, porém a maioria das trabalhadoras do sexo feminino estão neste grupo	Predominam trabalhadores do sexo masculino

FONTE: Elaboração Própria

O Grupo 1 é composto por trabalhadores terceirizados que recebem as menores faixas de remuneração, que ocupam postos de trabalho que não exigem experiência, sendo esta apenas recomendada, a escolaridade mínima exigida para os postos de trabalho é o ensino fundamental incompleto, dessa forma, é nesse grupo que predominam os terceirizados com ensino fundamental incompleto e completo. Está neste grupo também a maioria dos trabalhadores declarados como pretos/pardos, predominam ainda os terceirizados com idades mais avançadas e a grande maioria das trabalhadoras do sexo feminino também compõe este segmento, apesar da maioria total dos terceirizados serem do sexo masculino;

Por outro lado, no Grupo 2, estão os trabalhadores terceirizados que recebem as maiores remunerações de todos os contratos de dedicação exclusiva de mão de obra, são trabalhadores que ocupam postos de trabalho que exigem, em sua maioria, escolaridade em nível médio e até superior ou postos de trabalho que exigem cursos específicos da área de atuação e experiência comprovada no determinado serviço, é em razão disso que nesse grupo está a maioria dos terceirizados com ensino superior completo ou incompleto. Há predomínio de trabalhadores do sexo masculino, é ainda nesse grupo que está a maioria dos terceirizados

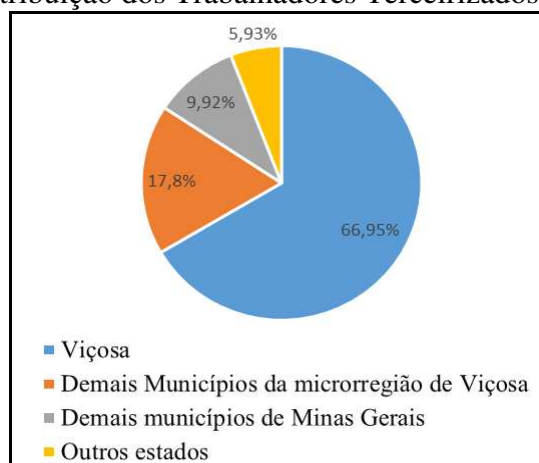
que recebem algum tipo de adicional, a maioria dos declarados como brancos e os mais jovens compõe também este grupo.

A conclusão geral que se tem ao caracterizar socialmente os trabalhadores terceirizados a serviço da UFV e partindo dessa situação de uma dupla segmentação desses sujeitos, percebe-se que os postos de trabalho com atribuições que exigem maior esforço físico serem os cargos menos valorizados, que não necessitam de experiência para contratação, exigem escolaridade mínima e são os postos em que predominam a presença dos terceirizados declarados como pretos, do sexo feminino e os mais longevos. E no caso dos postos de trabalho que suas atribuições envolvem maior relação com atendimento ao público ou mesmo serviços de esforço físico, mas que exigem conhecimento e experiência comprovada, são cargos melhores remunerados, que exigem escolaridade em nível médio ou superior, ou que exigem cursos e treinamentos específicos, são ainda postos de trabalho em que predominam a maioria dos trabalhadores declarados como brancos, do sexo masculino e são nesses postos que há predomínio dos terceirizados mais jovens.

4.2.2. Caracterização Espacial dos Trabalhadores Terceirizados

Para a caracterização espacial dos trabalhadores terceirizados, a serviço da Universidade Federal de Viçosa, foi analisado, primeiramente, o componente da naturalidade desses sujeitos. Foi observado, como mostra o gráfico 10 a seguir, que a grande maioria, correspondente a 66,95%, são naturais do município de Viçosa. Em seguida aparecem os trabalhadores naturais de outros municípios da microrregião de Viçosa, correspondente a 17,80%.

Gráfico 10: Distribuição dos Trabalhadores Terceirizados por Naturalidade



FONTE: Pesquisa documental pelo autor

Chama atenção nesse segmento que os trabalhadores terceirizados naturais de demais municípios da microrregião de Viçosa são, em grande maioria, dos municípios que pertenciam a Viçosa, como abordado na seção 3.1 desse trabalho com o tema: “Da Ermida à Urbe: A Geo-História de Viçosa”. Destaca-se entre estes os municípios de Cajuri, distrito de Viçosa até 1962, com vinte e um terceirizados naturais; Teixeiras, distrito de Viçosa até 1938, com dezessete; Canaã, distrito de Viçosa até 1953, com dez trabalhadores naturais; e São Miguel do Anta, também distrito de Viçosa até 1953, com oito naturais.

Há também a parcela de trabalhadores de outros municípios do estado de Minas Gerais, que corresponde a 9,32%. Por fim, há trabalhadores naturais de outros estados, esses equivalem a 5,93% do quantitativo total contratado. Nesse último segmento destacam-se os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, são respectivamente quatorze e nove terceirizados naturais destes estados. Os estados do Espírito Santo, Bahia, Pará, Pernambuco e Ceará possuem um trabalhador natural em cada.

Em análise da naturalidade dos trabalhadores terceirizados por contrato, observou-se que há, proporcionalmente, mais terceirizados naturais de outros municípios nos contratos de Auxiliar Veterinário (50%), Auxiliar Agropecuário (46,5%), Manutenção Predial (37%) e Limpeza e Conservação de Edificações (35%), todos estes apresentando os demais municípios da microrregião de Viçosa como o segundo maior segmento, seguindo a tendência apresentada no gráfico 10.

Dentro dessa discussão da naturalidade e da caracterização espacial dos trabalhadores terceirizados a serviço da UFV, uma das perguntas do roteiro da entrevista semiestruturada buscou informação sobre o meio em que o trabalhadores terceirizado cresceu, urbano ou rural. Dos vinte entrevistados, treze responderam ter nascido e crescido na cidade e os outros sete no campo. A segunda parte da pergunta indagou os entrevistados sobre as possíveis oportunidades de trabalho neste meio onde eles cresceram. Dos vinte trabalhadores entrevistados, treze responderam que não há oportunidades de trabalho de onde vieram, desses treze entrevistados, algumas respostas chamaram a atenção:

“Está muito ruim de oportunidade de trabalho, ajuda hoje em dia ter alguém para apadrinhar as oportunidades, seja aqui (na universidade) ou na cidade” (ENT18); “Não tem oportunidade de trabalho lá. É roça ou prefeitura e não tem pra todo mundo” (ENT19).

A primeira resposta, do Entrevistado nº 18, é involuntariamente consonante ao exposto em seções anteriores desse trabalho, à discussão sobre o longo período de permanência dos

trabalhadores terceirizados a serviço da UFV (que já passaram por dois, três e até quatro contratos distintos) e ainda consonante aos cargos destinados à terceirização em que não se exige qualificação técnica ou experiência. Ou seja, a fala do Entrevistado nº 18 refere-se às ocorrências de trabalhadores que são indicados (apadrinhados) às empresas pelos servidores do quadro de efetivos da UFV, situação que, como discutida anteriormente, configura em desacordo ao princípio da impessoalidade na administração pública.

A segunda resposta, do Entrevistado nº 19, refere-se às condições de trabalho oferecidas em uma pequena cidade da microrregião de Viçosa, que consistem, segundo ele, nas atividades de produção agrícola e pecuária no campo ou nos cargos públicos e postos de trabalho a serem oferecidos pelo poder público municipal, e como salienta o entrevistado, são oportunidades de trabalho aquém da quantidade de trabalhadores que as procura. A fala desse entrevistado representa o expressivo segmento de trabalhadores terceirizados naturais de outros municípios, sendo quase um terço do quantitativo total, como vê-se pelo gráfico 10, anteriormente apresentado, e que migraram para Viçosa, principalmente, na busca de oportunidades que não são muito ofertadas no município de onde veio.

Retomando à segunda parte da pergunta, que indagou os entrevistados sobre as possíveis oportunidades de trabalho do meio onde cresceram, três entrevistados responderam que há poucas oportunidades de trabalho de onde vieram, maioria destes destacaram somente as oportunidades de trabalho com atividades agrícolas e pecuárias, sendo que dois responderam que as oportunidades de trabalho se limitam ao período de colheita de café. Um outro entrevistado respondeu que: “Lá tem poucas opções de trabalho, mais é comércio que emprega pouco” (ENT11).

Quatro entrevistados responderam que tem oportunidades de trabalho de onde vieram, duas respostas destas chamaram atenção:

“Lá hoje é um dos maiores bairros da cidade, tem muitos comércios, lojas, mercados, farmácias, capaz de ser o bairro que mais emprega em Viçosa hoje” (ENT12); “Sou do João Brás. O bairro cresceu muito, hoje fica desempregado quem quer, lá tem opção de trabalho” (ENT16).

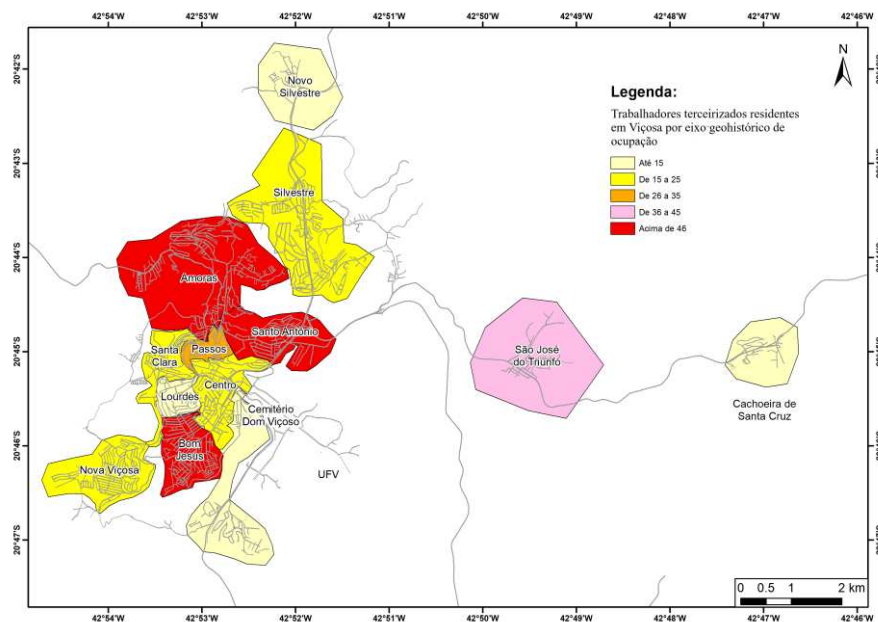
A primeira resposta refere-se ao bairro Santo Antônio, vizinho do bairro João Brás da Costa Val, citado na segunda resposta. Estes bairros tiveram uma forte reconfiguração de sua malha urbana, nas últimas duas décadas, decorrente da implantação das faculdades privadas de ensino superior no distrito de Silvestre, no início dos anos 2000, como visto na seção anterior: “Os Dois Circuitos da Economia Urbana em Viçosa”.

A instalação dessas faculdades, principalmente da UNIVIÇOSA, pelo seu expressivo e crescente número de cursos e estudantes, impulsionou um novo eixo de expansão da malha urbana de Viçosa, abrindo-se para condomínios horizontais e verticais nas proximidades das imediações da faculdade e, conseqüentemente, pela abertura de diversos pequenos e médios comércios e empresas com variadas prestações de serviços para atender a crescente população desse eixo urbano da cidade.

As respostas dos Entrevistados nº 12 e 16 contribuem para elucidar essa condição na qual seus respectivos bairros constituem esse novo eixo urbano de Viçosa, de forma que a expressiva procura por moradia motivou também a abertura de comércios e serviços variados, e com isso há uma considerável demanda por força de trabalho a fim de dar suporte a esses variados comércios e serviços.

Dentro dessa abordagem da caracterização espacial dos trabalhadores terceirizados a serviço da UFV é conveniente ilustrar, além da naturalidade, também o local onde os trabalhadores terceirizados residem na atualidade. Observa-se pela Figura 11 que estes sujeitos estão espacialmente e predominante distribuídos pelos bairros adjacentes ao Centro da cidade e nos bairros e distritos mais afastados do Centro e do campus da Universidade Federal de Viçosa.

Figura 11: Distribuição dos Trabalhadores Terceirizados pelos Bairros e Distritos de Viçosa

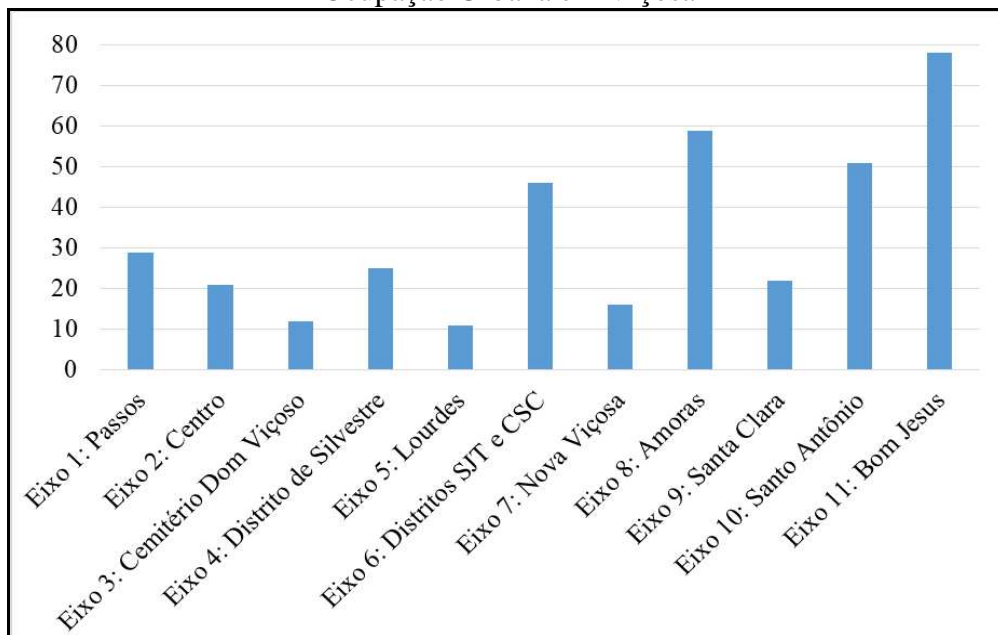


Fonte: ASSIS, Neuman Otávio Freitas (2022) / Edição: O autor

Para contribuir na interpretação dessa espacialização dos trabalhadores terceirizados pelos bairros e distritos de Viçosa é possível estabelecer e comparar essa distribuição pelo que se pode denominar, nessa subseção, de eixos geohistóricos de ocupação urbana em Viçosa, a partir da discussão sobre a evolução urbana do município nas seções anteriores. Assim, foram traçados para esse trabalho onze eixos geohistóricos a fim de compreender a espacialização dos trabalhadores terceirizados da UFV no município de Viçosa diante da evolução da ocupação urbana viçosense.

O primeiro eixo tem por referência a construção da primeira capela de Viçosa. Como visto na subseção “Da Ermida à Urbe: A Geo-História de Viçosa”, a capela foi construída em 1800 em homenagem à Santa Rita, hoje com o nome de Capela Nosso Senhor dos Passos, localizada na Rua dos Passos, bairro São Sebastião. À época de sua inauguração e funcionamento a ermida pouco contribuiu na urbanização de Viçosa, somente na segunda metade do século XX foi percebida uma expansão expressiva dessa região com os bairros São Sebastião, Vale do Sol, Sagrado Coração de Jesus, Fuad Chéquer, JK e Maria Eugênia. Do total de trabalhadores terceirizados que residem em Viçosa, vinte e nove ocupam os bairros desse eixo, como ilustra o gráfico 11 e representado como “Passos” a oeste do mapa na Figura 11, predominando nesse eixo terceirizados dos contratos de Limpeza e Conservação de Edificações, Portaria e Recepção e Serviços de Vigilância.

Gráfico 11: Distribuição dos Trabalhadores Terceirizados por Eixos Geohistóricos de Ocupação Urbana em Viçosa



FONTE: Elaboração Própria

O segundo eixo geohistórico de ocupação urbana em Viçosa abrange o centro da cidade e iniciou pela construção de moradias no entorno da primeira Matriz de Santa Rita de Cássia em 1813, estendendo-se para o entorno da antiga Igreja do Rosário (onde hoje é o antigo prédio da Prefeitura) construída em 1851 e demolida em 1965, estende-se também com a abertura da Avenida Santa Rita em 1900 e mais tarde com o desenvolvimento da Avenida P.H. Rolfs na década de 1960, que liga o Centro à Universidade, em meio à sua recente federalização. Por ser uma região da cidade com imóveis altamente valorizados há somente vinte e um terceirizados residentes, como observa-se pelo gráfico 11 e representado como “Centro” e disposto na porção centro-oeste do mapa na Figura 11. Predominam no Centro de Viçosa os trabalhadores dos contratos de Contínuos e Apoio Administrativo, Manutenção Predial, Portaria e Recepção e Serviços de Vigilância.

Sobre esse número reduzido de terceirizados residentes no centro de Viçosa, retoma-se as palavras de Carlos (1999) ao discutir que o espaço, enquanto mercadoria, altera o uso que se faz dele e por consequência da sociedade a ele. Em Viçosa, o uso e ocupação excessivo do solo urbano, em especial do centro da cidade, é marcado pela verticalização. Com as edificações verticalizadas o objetivo era e ainda é de dispor moradias, em especial aos estudantes da UFV, dada a proximidade do centro da cidade com a Universidade.

Ramires (1998) afiança sobre essa discussão ao trazer que a verticalização não altera apenas as formas geográficas do local, ela muda também as funções e o conteúdo social do local, uma vez que a população naturalmente viçosense foi gradualmente buscando residências nos bairros mais periféricos da cidade e o centro foi sendo ocupado, principalmente, pelos estudantes universitários.

O terceiro eixo é marcado pela construção do Cemitério Dom Viçoso em 1865, ainda que, à princípio, a instalação do cemitério tenha estendido a região central da cidade em sua direção, um novo eixo de urbanização se estendeu a partir dele em sentido ao município vizinho de Paula Cândido, representado como “Cemitério Dom Viçoso” no centro-sul do mapa na Figura 11. Nesse sentido foram sendo abertos e ocupados os bairros Bela Vista, Acamari, Romão dos Reis e Paraíso. Nesse eixo residem doze trabalhadores terceirizados distribuídos pelos bairros citados, predominando neles os trabalhadores dos contratos de Auxiliar Agropecuário, Limpeza e Conservação de Edificações e Manutenção Predial.

O quarto eixo envolve a instalação da primeira estação de trem em Viçosa em 1885, um trecho da Estrada de Ferro Leopoldina, onde atualmente é o distrito de Silvestre. Assim como o primeiro eixo, motivado pela construção da primeira capela em Viçosa, esse eixo também teve uma discreta ocupação com a instalação da estação de trem. Silvestre só sentiu

um aumento de sua urbanização na segunda metade do século XX, sendo reconhecido como distrito em 1992, vindo intensificar a ocupação de seu espaço a partir dos anos 2000 com a instalação das faculdades de ensino superior privadas, UNIVIÇOSA e ESUV. Esse eixo abrange também os bairros João Braz da Costa Val, Julia Mollá, Liberdade e, um pouco mais afastado, o Novo Silvestre. No mapa na Figura 11 esse eixo aparece representado ao norte por “Silvestre e Novo Silvestre” e conta com vinte e cinco terceirizados residindo em seus bairros, principalmente em Silvestre, destacando neles os trabalhadores dos contratos de Contínuos e Apoio Administrativo, Limpeza e Conservação de Edificações, Manutenção Predial, Transporte de Cargas e Pessoas, Portaria e Recepção e Serviços de Vigilância.

O quinto eixo, representado como “Lourdes” a oeste no mapa na Figura 11, foi impulsionado pela instalação de uma nova Estação de Trem, em 1914, dessa vez próximo da Matriz Santa Rita de Cássia, e conseqüentemente pela abertura da Avenida Bueno Brandão em 1919, paralela à estação. Apesar de ter contribuído também pela extensão do Centro da cidade, a abertura da Avenida Bueno Brandão impulsionou a expansão de bairros de classe média e classe média alta, como os bairros Betânia, Clélia Bernardes, Lourdes e Ramos. Por serem bairros com imóveis de alto valor agregado, esse eixo conta com a menor parcela de terceirizados residentes nesses bairros, sendo somente onze trabalhadores, predominantemente dos contratos de Educação Infantil e de Portaria e Recepção.

O sexto eixo abrange a criação dos distritos de São José do Triunfo e Cachoeira de Santa Cruz em 1962, representados homonimamente a leste no mapa na Figura 11. Ambos os distritos são mais isolados do distrito sede de Viçosa, situados a sete e doze quilômetros, respectivamente, do centro da cidade, em direção ao município limítrofe de São Miguel do Anta. Há um expressivo número de trabalhadores terceirizados residentes nesse eixo, sendo quarenta e seis distribuídos nos dois distritos, predominando entre os contratos de Auxiliar Agropecuário, Contínuos e Apoio Administrativo, Jardinagem, Limpeza e Conservação de Edificações, Manutenção Predial, Transporte de Cargas e Pessoas e Portaria e Recepção.

O sétimo eixo abrange o loteamento que veio a constituir o bairro Nova Viçosa na década de 1970, bairro criado para abrigar a população de baixa renda que chegava à Viçosa nessa época e ainda para realocar da região central da cidade as famílias pobres que lá residiam. O então eixo envolve, além do bairro Nova Viçosa, também o bairro Posses. No mapa da Figura 11 este eixo aparece a sudoeste, representado por “Nova Viçosa”. Neste residem dezesseis trabalhadores distribuídos por estes dois bairros, em sua maioria no bairro Nova Viçosa. Predominam-se nele os trabalhadores dos contratos de Jardinagem, Limpeza e Conservação de Edificações, Transporte de Cargas e Pessoas e Vigilância.

Os eixos seguintes, oitavo, nono e décimo, seguiram a mesma finalidade que levou a abertura do bairro Nova Viçosa por meio de loteamentos realizados na década de 1970. Assim, o oitavo eixo abrange parte da abertura do bairro Arduíno Bolívar (mais conhecido por Amoras) e se estende aos bairros Barrinha, Boa Vista, Cidade Nova, Floresta, Inácio Martins, Nova Era, São José e Vau Açu, representado por “Amoras” a noroeste no mapa na Figura 11. Esse eixo conta com expressivo cinquenta e nove trabalhadores distribuídos por esses bairros, predominando entre eles os terceirizados dos contratos de Manutenção Predial, Portaria e Recepção e Serviços de Vigilância.

Por sua vez o nono eixo abrange a abertura do bairro Santa Clara e estende pelos bairros posteriormente criados, sendo eles Coelhas e Morada do Sol, representado como “Santa Clara” a oeste no mapa na Figura 11. Esse eixo conta com vinte e três trabalhadores terceirizados nele residentes, distribuídos por estes três bairros, principalmente pelo bairro Santa Clara, nestes bairros predominam os terceirizados dos contratos de Auxiliar Agropecuário, Limpeza e Conservação de Edificações, Manutenção Predial e Transporte de Cargas e Pessoas.

O décimo eixo envolve unicamente o bairro Santo Antônio (conhecido também por Cantinho do Céu), representado homonimamente na porção central do mapa na Figura 11. O então bairro já contava inicialmente com uma vantagem geográfica ao localizar-se próximo a BR 120 que corta o município de Viçosa. No entanto, a motivação maior de sua intensa urbanização ocorreu a partir dos anos 2000, em primeiro momento pela instalação das faculdades de ensino superior privadas, ESUV e UNIVIÇOSA, em 2001 e 2004 respectivamente, no bairro vizinho, Silvestre. Em segundo momento, pela abertura da via alternativa da UFV à Avenida Humberto Marechal Castelo Branco, em 2007, tornando o bairro Santo Antônio estrategicamente próximo e entre os polos educacionais de ensino superior de Viçosa, ESUV e UNIVIÇOSA localizados em Silvestre e o campus da UFV. O então eixo conta com cinquenta e um trabalhadores terceirizados nele residentes, todos no bairro Santo Antônio. Predominam neste bairro os trabalhadores dos contratos de Auxiliar Agropecuário, Educação Infantil, Limpeza e Conservação de Edificações, Manutenção Predial, Manutenção Veicular, Transporte de Cargas e Pessoas, Portaria e Recepção e Serviços de Vigilância.

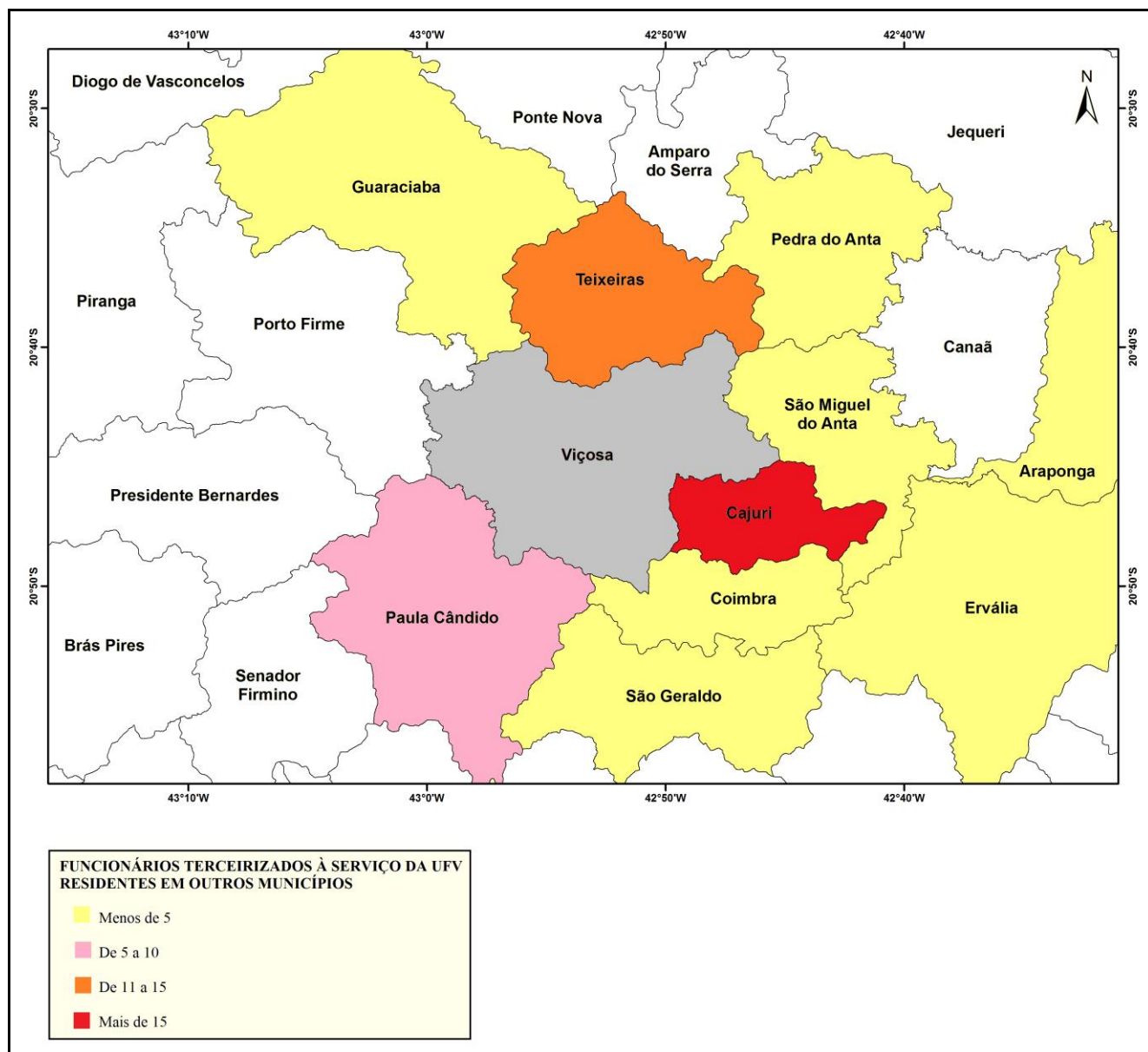
O décimo primeiro e último eixo geohistórico de ocupação em Viçosa abrange bairros oriundos de loteamentos irregulares também a partir da década de 1970, sendo eles o Bom Jesus, Estrelas e Sagrada Família e abrange ainda os bairros de Fátima e Rua Nova. Aparecem ao sul no mapa na Figura 11 representado por “Bom Jesus”. Esses bairros, principalmente os

oriundos de loteamentos irregulares, são relativamente próximos ao campus da UFV e possuíam, no contexto de formação, valores de imóveis acessíveis à população de baixa renda, fatores estes que ajudam a justificar ser o eixo que apresenta mais trabalhadores terceirizados residentes, totalizando setenta e oito, o que corresponde a 21% do total de trabalhadores terceirizados que residem em Viçosa. Nos bairros desse eixo há trabalhadores de quase a totalidade dos contratos, destacando os contratos de Auxiliar Agropecuário, Educação Infantil, Limpeza e Conservação de Edificações, Manutenção Predial, Transporte de Cargas e Pessoas, Portaria e Recepção e Serviços de Vigilância.

Contudo, há ainda uma pequena parcela de terceirizados que residem na zona rural do município, do quantitativo total de trabalhadores residentes em Viçosa, somente dezesseis não moram na cidade, o equivalente a 4,1%. Estes estão distribuídos pelas chamadas comunidades rurais de Pau de Cedro (saída para divisa com Guaraciaba), Colônia Vaz de Melo (saída para divisa com Porto Firme), Comunidade Juquinha de Paula (saída para divisa com Paula Cândido), Comunidade Quilombola Buieié (saída para divisa com Teixeiras), Comunidade Zig Zag (saída para divisa com Teixeiras), Palmital (saída para divisa com Paula Cândido) e Violeira (saída para divisa com Teixeiras). Destacam-se entre estes residentes na zona rural, os trabalhadores dos contratos de Auxiliar Agropecuário, Jardinagem e Limpeza e Conservação de Edificações.

Por fim, há também uma considerável parcela de trabalhadores terceirizados a serviço da UFV que residem em municípios próximos de Viçosa e diariamente, ou em dias alternados para a jornada de trabalho 12x36 horas, se deslocam para o trabalho. Do quantitativo total de terceirizados, sessenta e seis residem em outros municípios, correspondente a 14,4% do total e estão distribuídos pelos municípios de Araponga, Cajuri, Coimbra, Ervália, Guaraciaba, Paula Cândido, Pedra do Anta, São Miguel do Anta e Teixeiras, como observa-se pelo mapa da Figura 12 a seguir. Neste segmento destacam-se os trabalhadores dos contratos de Auxiliar Agropecuário, Jardinagem, Manutenção Predial e Portaria e Recepção.

Figura 12: Trabalhadores Terceirizados Residentes em Outros Municípios



Fonte: ASSIS, Neuman Otávio Freitas (2022) / Edição: O autor

Observa-se que as cidades de Cajuri, Teixeira e Paula Cândido são as que possuem mais trabalhadores terceirizados em migração pendular para Viçosa. Somente Cajuri conta com vinte e sete trabalhadores terceirizados que nela residem, situa-se a somente 13 km do centro de Viçosa; Teixeira conta com quinze terceirizados residentes no município, situada a 14 km do centro de Viçosa; e Paula Cândido conta com oito trabalhadores que nela residem, situada a 25 km do centro de Viçosa.

Os demais municípios em que residem trabalhadores terceirizados contam com menos de cinco residentes em seus limites. Sendo o município de Coimbra o mais próximo, situado a

15 km do Centro de Viçosa, contando com quatro terceirizados. O município mais distante é Araponga, situado a 51 km do centro de Viçosa, porém os três terceirizados que nele residem trabalham em Unidades Experimentais de Pesquisa e Extensão (UEPE) em fazendas pertencentes à UFV, localizadas mais próximas do município de Araponga.

Por esse esforço de caracterizar espacialmente os trabalhadores terceirizados, a serviço da UFV, é possível concluir, primeiramente, que embora a maioria dos trabalhadores terceirizados sejam naturais do município de Viçosa, mais da metade dos trabalhadores naturais de outras localidades são oriundos de municípios da microrregião viçosense, e ainda, predominantemente, de municípios que já vieram a ser distritos de Viçosa.

Observou-se, também, por meio das entrevistas semiestruturadas que aproximadamente 65% dos terceirizados cresceram no espaço urbano, enquanto os demais, aproximadamente 35% foram criados no meio rural. Chamou atenção, nesta parcela de trabalhadores terceirizados com vivência na zona rural, o fato da maioria ocuparem postos de trabalho de atividades também comuns do meio que viveram, assim, a maioria destes terceirizados, a serviço da UFV, ocupam postos de auxiliar de jardinagem, auxiliar agropecuário e servente de limpeza. Esse fato evidencia a redução de oportunidades de emprego no campo e acentua a migração definitiva ou pendular desses trabalhadores rumo à cidade.

Semelhante ao que ocorre no meio rural ocorre também nos municípios da microrregião de Viçosa, onde residem parte dos trabalhadores. Estes municípios também oferecem poucas oportunidades de trabalho, contam com discretas atividades industriais e as oportunidades com a produção agrícola e o setor de serviços não é suficiente para empregar toda a população economicamente ativa. Diante disso, muitos trabalhadores desses municípios migram para outras localidades da própria região ou até mais distantes, em busca de trabalho. Assim, considerando que 17,8% dos trabalhadores terceirizados, a serviço da UFV, são naturais de outros municípios da microrregião de Viçosa e que 14,4% ainda residem nesses municípios, percebe-se uma tendência desses trabalhadores pela faculdade de manter residência em sua terra natal e migrar, diariamente, para Viçosa para prestar seus serviços. Ou seja, enquanto a maioria dos trabalhadores naturais de outros municípios da microrregião de Viçosa optaram por essa migração pendular, a minoria decidiu por migrar definitivamente para Viçosa.

Analisou-se ainda a distribuição dos trabalhadores terceirizados pelo município de Viçosa, sendo identificada a concentração desses sujeitos nos bairros e distritos periféricos. Enquanto somente 33 terceirizados residem nos bairros da região central da cidade, composto

pelos eixos geohistóricos de ocupação urbana “Centro” e “Lourdes”, há 355 trabalhadores residentes nos demais eixos e na zona rural de Viçosa. Essa situação ilustra o que Silva (2014) afirma sobre a segregação está intrinsecamente relacionada à divisão do trabalho, uma vez que as áreas segregadas tendem a apresentar estruturas sociais marcadas pela semelhança entre seus moradores, tais como renda familiar, escolaridade e processo de migração, concebendo a periferia como uma territorialidade da pobreza.

Essa situação reforça mais uma vez uma distinção desses sujeitos em dois grupos, de modo que nos bairros da região central da cidade e mais próximos do campus da UFV residem, predominantemente, trabalhadores que ocupam postos de trabalho das faixas de remuneração mais elevadas. De forma que, por outro lado, nos bairros mais afastados do centro e distantes da UFV, e ainda na zona rural, predominam, como residentes, os terceirizados dos postos de trabalho das faixas de remuneração mais baixas.

A distribuição dos trabalhadores terceirizados pelo município de Viçosa evidencia a configuração da produção do espaço urbano de Viçosa, seja pelos primórdios da ocupação de suas terras e, principalmente, com a federalização da Universidade Federal de Viçosa. A segregação residencial percebida, resultante dessa produção do espaço urbano, é marcada pela discreta atenção e investimentos provenientes do poder público aos bairros populares e comunidades rurais, quando comparados aos bairros da porção central e proximidades das instituições de ensino superior, onde situam os diversos condomínios residenciais verticais e horizontais.

Por fim às conclusões dessa caracterização espacial dos sujeitos, chamou atenção também o bairro Santo Antônio como um expoente da urbanização recente em Viçosa. Por localizar-se entre os dois polos educacionais da cidade, UNIVIÇOSA e UFV, e ainda próximo à BR 120. O então bairro sofreu um forte crescimento urbano nas últimas duas décadas, e hoje conta com variados tipos de comércios e serviços para atender uma diversa parcela da população da cidade. Diversa, pois o bairro abriga em seu espaço segmentos das classes baixa e média, sendo o eixo geohistórico de ocupação analisado onde mais residem trabalhadores de contratos distintos, abrigando, predominantemente nesse espaço, terceirizados de oito dos doze contratos com dedicação exclusiva de mão de obra da UFV.

4.2.3. Condições de Trabalho e Qualidade de Vida

Para discutir as condições de trabalho e a qualidade de vida dos trabalhadores terceirizados, a serviço da UFV, foram utilizadas informações da pesquisa documental e, principalmente, as informações levantadas por meio das entrevistas semiestruturadas. E para iniciar essa subseção é importante retomar as informações sobre o componente remuneratório discutidas na subseção anterior.

Foi visto que mais da metade dos trabalhadores terceirizados (56,94%) são os que recebem as duas menores faixas de remuneração pelos seus trabalhos, não excedendo R\$ 1.499,00 mensais. De outro lado, em uma situação um pouco mais favorável, 37,22% dos terceirizados estão nas duas faixas mais elevadas de remuneração, são os que recebem acima de R\$ 1.800,00 mensais, sendo mais da metade dessa porção os que recebem acima de R\$ 2.000,00 mensais. Foi visto também que estes trabalhadores são de postos de trabalho que exigem formação acadêmica de nível médio ou superior, ou que exigem cursos específicos e/ou ainda experiência comprovada na área, são também predominante nessas faixas os trabalhadores do sexo masculino e da cor declarada como branco; enquanto aqueles trabalhadores com remuneração inferior são de postos de trabalho que exigem escolaridade mínima, a experiência não é exigida, apenas recomendado que se tenha e predominam nessas faixas de remuneração os trabalhadores negros e pardos e a maioria das trabalhadoras do sexo feminino, ainda que a maioria do quantitativo total de todas as faixas de remuneração seja composta de terceirizados do sexo masculino.

Sobre a remuneração, uma das perguntas do roteiro das entrevistas semiestruturadas indagou sobre a parcela da remuneração recebida pelos trabalhadores terceirizados destinada para as despesas mensais. Dos vinte terceirizados entrevistados, quinze disseram destinar mais de 90% de sua remuneração para as despesas, quatro disseram destinar entre 70 e 90% e somente um disse que destina entre 50 e 70% do que recebe mensalmente para esse fim.

Indagados também sobre receberem os salários e benefícios, como vale alimentação e vale transporte, dentro do prazo determinado (até quinto dia útil do mês), a maioria dos entrevistados disseram receber o salário e os benefícios em dia e quatro disseram que há atrasos frequentes, principalmente do vale-alimentação. Sobre isso algumas falas se destacaram:

“[...] com a empresa atual há atraso de salários e vale-alimentação, principalmente do vale” (ENT8); “Já atrasaram muitas vezes para pagar o vale alimentação e transporte” (ENT14); “Em empresas anteriores já tive problemas de atraso frequentemente. A empresa

Modern Service não acertou a rescisão com a gente, tivemos que entrar na justiça pra receber o FGTS” (ENT17).

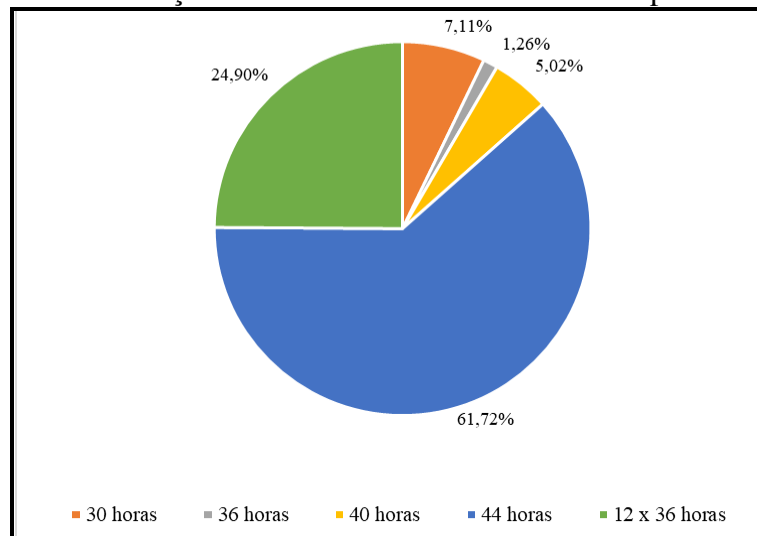
Os atrasos dos vales alimentação e transporte e, principalmente, do salário trazem prejuízos e dificuldades para os trabalhadores em diferentes proporções. Os atrasos dos vales transporte e/ou vale alimentação fazem com que o terceirizado recorra a seu salário para cobrir os custos com transporte e as despesas com alimentação, reduzindo assim seu montante em dinheiro que seria destinado para despesas que ele não consegue quitar com os cartões de recarga do vale transporte e vale alimentação, como faturas de água, de luz e de eventuais cartões de crédito.

Por sua vez, o atraso no pagamento dos salários é ainda mais prejudicial ao trabalhador, pois as despesas fixas de um cidadão, como as citadas faturas de água, luz, internet e cartão de crédito possuem datas de validade para o pagamento, e após o vencimento são aplicados a multa e os juros de mora por dia de atraso. No entanto, nas situações de atraso no pagamento dos salários, citados pelos trabalhadores entrevistados, as empresas não repassaram as multas pelo tempo do atraso.

Posto isso e em meio a essa discussão sobre a remuneração e seu pagamento nos prazos determinados é indispensável trazer a jornada de trabalho para a abordagem das condições de trabalho e qualidade de vida dos terceirizados, uma vez que o tempo de permanência no trabalho é um fator que afeta a qualidade de vida do trabalhador.

Como pode-se observar pelo gráfico 12, mais de 60% dos terceirizados tem a jornada de trabalho de 44 horas por semana, seguido dos trabalhadores com jornada de 12x36 horas, que consiste no trabalho de 12 horas em horário corrido, sem intervalo intrajornada, e 36 horas de descanso, sendo estes 24,9% do total dos contratados. Em menor proporção há os terceirizados com as jornadas semanais de 40 horas (5,02%), 30 horas (7,11%) e 36 horas (1,26%).

Gráfico 12: Distribuição dos Trabalhadores Terceirizados por Jornada de Trabalho



FONTE: Pesquisa documental pelo autor

Analisando a situação da jornada de trabalho por contrato, foi observado que dos doze contratos de mão de obra terceirizada da UFV, oito contratos têm colaboradores na jornada de 44 horas semanais, destes oito, quatro tem todos seus colaboradores contratados para a jornada supracitada, sendo estes os contratos de Jardinagem, Limpeza e Conservação de Edificações, Manutenção Veicular e Transporte de Cargas e Pessoas. A grande maioria dos trabalhadores dessa jornada cumprem o expediente de segunda à sexta-feira, nos turnos da manhã e tarde.

Pelo gráfico 12 vê-se também que a jornada 12x36 horas é a segunda mais expressiva em quantidade de trabalhadores terceirizados contratados. Os postos de trabalho 12x36 horas são necessários para serviços em que não pode haver interrupção, mesmo em finais de semana e feriados. O contrato de Vigilância é o único que possui todos seus contratados nesta jornada, seguido pelo contrato de Portaria e Recepção com mais da metade do seu pessoal contratado com a escala 12x36 horas.

Com menos trabalhadores há os postos com esta jornada também nos contratos de Auxiliar Agropecuário e Manutenção Predial. Naquele, a necessidade do posto dá-se pelo manejo contínuo de plantas e principalmente de animais que não pode ser interrompido em finais de semana e feriados; e no contrato de Manutenção Predial a necessidade dá-se para que eletricitistas e bombeiros hidráulicos fiquem sempre à disposição para os casos de quedas e outros problemas na rede de distribuição de energia elétrica que abastece o campus e nos casos de problemas com a rede hidráulica.

Dentro dessa análise da remuneração e jornada de trabalho, uma das perguntas do roteiro da entrevista semiestruturada indagou os trabalhadores terceirizados sobre o uso do seu tempo de descanso do trabalho na UFV para realizar outros serviços. Assim, dos vinte entrevistados, quatorze disseram realizar frequentemente outros serviços em seu tempo de descanso do trabalho da UFV, dois entrevistados disseram trabalhar no seu tempo de descanso esporadicamente e quatro disseram não usar do seu tempo de descanso para fazer outros serviços remunerados.

O motivo de trabalhar no tempo que deveria ser destinado ao descanso, ao tempo com a família e às atividades de esporte, lazer e cultura, são justificados com unanimidade: “complementar a renda”. Pelas entrevistas foi visto que esses trabalhadores que realizam outros serviços nesse tempo executam mais os serviços como de faxineiros, serventes de obra, garçons e revendedores de produtos cosméticos.

Outro ponto importante a ser discutido sobre as condições de trabalho e qualidade de vida dos trabalhadores terceirizados diz respeito aos serviços de maior esforço físico, objeto de execução de grande parte dos doze contratos, somados às suas extensas jornadas de trabalho. Postos de trabalho como dos contratos de Auxiliar Agropecuário, Jardinagem, Limpeza e Conservação de Edificações, Manutenção Predial, Manutenção Veicular e Transporte de Cargas e Pessoas, exigem constante movimentação de seus contratados e tarefas de esforço físico.

Sobre essa situação, pelo roteiro de entrevista semiestruturada, os terceirizados entrevistados foram questionados sobre já terem sentido algum mal-estar durante seu expediente, se já tiveram ou ainda tem algum problema de saúde e se já se afastaram dos serviços para tratamento de saúde. No caso de respostas afirmativas, para uma ou todas dessas três situações, os entrevistados foram indagados ainda se o trabalho que realiza pudesse ter relação com a situação apontada por eles nas entrevistas.

Dos vinte entrevistados, seis afirmaram não ter sentido nenhum mal-estar no trabalho que possa ter sido causado pelo serviço prestado. Seis trabalhadores afirmaram já terem manifestado somente algumas situações de um cansaço excessivo e quatro responderam já terem sofrido estresse. Chamou a atenção que todos eles responderam sem dar a devida importância às manifestações de cansaço e estresse, como se fosse algo natural e esperado de acontecer. Dois responderam sentirem dores na coluna, um entrevistado que respondeu sentir dores musculares e um entrevistado que relatou uma reação alérgica com um produto que manuseava diariamente para a realização do serviço.

Perguntados se tem ou já tiveram algum problema de saúde que possa ter sido causado pelo trabalho realizado, dezoito trabalhadores entrevistados responderam não terem doenças que possam ter disso causadas pelos serviços prestados e dois responderam que apresentam problemas de dores frequentes na coluna causadas pelo esforço que seus postos de trabalho exigem.

Quanto às ocorrências de afastamento do trabalho para tratar da saúde, onze entrevistados disseram jamais terem se afastado do trabalho, apesar de já terem ausentado esporadicamente para a realização de consultas e exames médicos. Nove entrevistados responderam já terem se afastado, oito destes afirmaram não haver relação com o trabalho que realiza e o Entrevistado nº 17 afirmou ter se afastado por mais de um ano para tratar de um coágulo na perna, situação que, segundo ele, foi causada por ficar muito tempo em pé no trabalho.

Também por meio das entrevistas semiestruturadas os trabalhadores entrevistados foram indagados quanto à ocorrência de acidentes no trabalho. Importante salientar primeiramente que, conforme o artigo 19 da Lei nº 8.213 de 1993, o acidente de trabalho “[...] é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou de empregador doméstico ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII do art. 11 desta Lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho”. Pela mesma lei considera-se também como acidente de trabalho o ocorrido em “[...] percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado” (BRASIL, 1991).

Posto isso, dos vinte terceirizados entrevistados, dezesseis responderam não ter sofrido acidente de trabalho, quatro entrevistados, correspondente a 20%, responderam já terem sofrido acidente dessa natureza. Destaca-se entre esses quatro entrevistados a resposta do Entrevistado nº 11:

“Já sofri acidente com uma lâmina de roçadeira que quebrou e bateu no meu pé, se eu não tivesse com EPI’s teria machucado, apenas ficou inchado com a pressão no local. Chegou a cortar a perneira e a botina” (ENT11).

A resposta do Entrevistado nº 11 chama a atenção por evidenciar a indispensabilidade do uso dos equipamentos de proteção individual (EPI’s) pelos trabalhadores e a importância da empresa em dispor de tais equipamentos, treinar seus trabalhadores quanto ao uso correto e fiscalizar constantemente quanto ao uso devido a fim de se evitar os acidentes de trabalho.

Sobre as ocorrências de acidente de trabalho, retoma-se aqui o exposto na seção introdutória, em que foi mencionada a ocorrência dos dois últimos acidentes fatais com trabalhadores terceirizados a serviço da UFV, ambos no ano de 2017. A infeliz perda dos dois trabalhadores impulsionou uma atenção maior, tanto por parte das empresas contratadas, com maior atenção ao fornecimento dos equipamentos de proteção individual e treinamentos quanto ao uso, como também por parte da UFV, enquanto tomadora dos serviços e responsável subsidiária pelos trabalhadores terceirizados, reforçando a fiscalização sobre os trabalhadores terceirizados quanto ao uso de tais equipamentos.

Ora situação pertinente às condições de trabalho e à qualidade de vida dos trabalhadores terceirizados, a serviço da UFV, diz respeito a um possível sentimento de instabilidade quanto à permanência no emprego. Sobre isso, os entrevistados foram questionados dos motivos que consideram mais comuns de acarretar na demissão de trabalhadores terceirizados e se já foram ou se sentiram ameaçados com a demissão.

Sobre esse questionamento as respostas foram bem diversificadas e muitos trabalhadores responderam mais de um motivo que enseja demissão: faltas ao trabalho, insubordinação com os superiores, desrespeito aos servidores e estudantes da UFV, desobediências às normas e término da vigência do contrato. Houve também três entrevistados que responderam ser o “orçamento” um dos grandes causadores de demissão, situação que coincide com as informações observadas na subseção “A Evolução da Terceirização na Universidade Federal de Viçosa”, em que foram apresentadas reduções nos quantitativos dos contratos com dedicação exclusiva de mão de obra em quatro momentos distintos, sendo dois deles, em 2014 e 2019, decorrentes de cortes nos orçamentos nas instituições federais de ensino superior.

No entanto, a resposta que mais predominou entre os entrevistados foi a baixa produtividade e não cumprir os serviços com qualidade. Mais da metade dos trabalhadores entrevistados trouxeram esse motivo como causa de demissão, dentre estes destaca a fala do Entrevistado nº 06,

“Eu acho que quando o funcionário fica “malandrando” no serviço e não muda mesmo após chamado atenção. E é muito comum o funcionário relaxar no departamento que atende, o departamento não é da gente, nossa casa que é. Eu não tenho que criar vínculos com o pessoal do departamento, estou lá pra trabalhar” (ENT06).

O Entrevistado nº 06 elenca em sua resposta dois elementos importantes e muito comuns nos contratos de dedicação exclusiva de mão de obra. Primeiro, o trabalhador ser

remanejado para outro local de trabalho por ter apresentado baixa produtividade ou baixa qualidade no serviço no local onde trabalhava ou mesmo podendo ser demitido; e, segundo, de ter que evitar criar vínculos com o pessoal que trabalha em determinado setor, uma vez que essa situação também pode acabar ensejando seu remanejamento para outro local, uma vez que há um senso comum de que a formação de vínculos dos trabalhadores terceirizados com os servidores dos setores e departamentos acarreta em vícios que afetam a qualidade do serviço, como, por exemplo, o trabalhador terceirizado prestar favores fora de suas atribuições a servidores e/ou estudantes em seu horário de trabalho,

A fim de evitar essas situações a empresa terceirizada tende a tratar os trabalhadores contratados com certa indiferença e impessoalidade, de forma que se esforça para estender essa indiferença e impessoalidade também para os locais de prestação dos serviços desses trabalhadores. Sobre isso, e como visto em seções anteriores, Salvino e Ferreira (2009) abordam que a “pessoalidade não pode estar presente na terceirização, elemento que também caracteriza a relação de emprego”, assim a contratante mantém a impessoalidade ao tratar os terceirizados como postos de trabalho.

Sobre essa situação, Antunes e Druck (2015) citam o plano da subjetividade dos trabalhadores terceirizados ao ser evidenciada uma condição de isolamento, de falta de vínculos ou de inserção, onde a perspectiva de identidade se enfraquece, resultante da descartabilidade, da desvalorização e da discriminação a que estão submetidos.

Dessa forma, um determinado setor não possui um trabalhador terceirizado específico, ele possui o posto de trabalho de um cargo que pode ser ocupado por um trabalhador um dia, por um outro no dia seguinte, bem como outro na semana seguinte. Para o terceirizado essa situação corrobora no sentimento de inferioridade e de instabilidade quanto à sua permanência em um determinado setor ou mesmo no emprego.

Ainda que o trabalhador se conforme com essas políticas típicas das empresas prestadoras de mão de obra, a situação acaba por afetar sua forma de relacionar com os demais sujeitos que vivenciam o mesmo espaço, reforçando uma subjetividade de excluído. É por razões como essa que Diniz e Campos (2017) salientam que o trabalho atual produz implicações na subjetividade do trabalhador ao negar o seu jeito singular de fazer o trabalho, suas histórias, seus desejos, bem como seus sentimentos e as falhas humanas.

Por fim, dois entrevistados responderam que, dentre outros motivos, há também a perseguição com alguns terceirizados que pode ensejar a demissão. Sobre essa situação chama atenção a resposta do Entrevistado nº 18:

“Há perseguição! O próprio funcionário, às vezes não faz o serviço de acordo, mas há situações que o funcionário é perseguido. Há servidor, professor, gente da empresa aqui dentro que quer colocar gente deles nos cargos” (ENT18).

Esta resposta, novamente, reforça as ocorrências de descumprimento ao princípio da impessoalidade na administração pública, em que há tratativas personificadas para com determinados terceirizados e ainda por haver a indicação de pessoas, com vínculos pessoais com representantes da empresa contratada ou com servidores professores e técnicos-administrativos da UFV, para admissão nos postos de trabalho dos contratos de dedicação exclusiva de mão de obra.

Perguntados também se já foram ou se sentem ameaçados com a demissão, quatro entrevistados responderam que já sofreram ameaças diretas de demissão, três delas vindas de seus superiores nas empresas e um entrevistado afirmou ter sido ameaçado por servidor da UFV, mas não quis detalhar o ocorrido. Dezesesseis trabalhadores entrevistados responderam que não se sentem ou já se sentiram ameaçados, no entanto, três deles ressaltaram em suas respostas a incerteza da permanência no emprego nos casos de término da vigência dos contratos, como pode-se observar a seguir:

“A gente fica insegura com a troca de empresas, igual teremos rescisão de contrato agora em agosto e uma nova licitação, a gente confia que dará certo, mas fica a insegurança” (ENT09); “Nunca fui ameaçado com demissão, mas sinto ameaçado com as reduções no contrato por conta de orçamento ou na mudança de empresas após vencer o contrato” (ENT10); “[...] Apenas fico com medo de quando a empresa está perto de sair e se a nova vai contratar a gente” (ENT20).

Por meio dessas respostas é relevante pontuar, inicialmente, o sentimento de uma ameaça subjetiva de demissão, pois, ainda que muitos terceirizados não tenham sofrido uma ameaça direta por parte de outrem, existe, de fato, uma ameaça que parte do próprio formato da execução do contrato de dedicação exclusiva de mão de obra, há uma ameaça estrutural e subjetiva que independe do bom trabalho e dedicação pelo terceirizado.

É dentro dessa ameaça estrutural e subjetiva da demissão que Lobato (2017) cita que a terceirização acarreta, inevitavelmente, na precarização do trabalho, afetando todos os segmentos da sociedade. Situação essa que gera instabilidade na vida econômica e social do trabalhador que na grande maioria das vezes não encontra outras alternativas, senão a de se sujeitar a estas condições de instabilidade da permanência no emprego e para isso se sujeitar também às diversas formas de exploração do trabalho (LOBATO, 2007).

O trabalhador deve-se mostrar constantemente produtivo e eficaz ou será substituído. Sobre isso, Alves (2011) afirma que esse formato contemporâneo do trabalho é marcado ainda pelas perdas de direitos trabalhistas, levando o trabalhador a se submeter a trabalhos precários. Diniz e Campos (2017) comentam que o trabalhador se torna um corpo útil, submisso aos interesses de seu contratante, o que o torna um objeto manipulado. Alvarez (2017) trata o assunto como componente da precarização do trabalho, “[...] uma manifestação contemporânea da produção e reprodução social baseada na instabilidade, transformação frequente e uso descartável do trabalho vivo” (ALVAREZ, 2017).

As respostas desses três entrevistados contribuem para evidenciar uma outra situação, também abordada na subseção anterior, quando se observou o expressivo quantitativo de trabalhadores terceirizados com idades mais avançadas. Situação essa que decorre do costume de se contratar grande parte dos trabalhadores dos contratos encerrados para os novos contratos celebrados. Porém, como também apresentado anteriormente, esta situação pode configurar indícios de descumprimento ao princípio da impessoalidade na administração pública.

Nesse momento da realização das entrevistas os trabalhadores entrevistados foram indagados também se já foram tratados de forma diferenciada ou se já sofreram algum constrangimento pelo trabalho que exercem, seja dentro ou fora do campus da Universidade. As respostas foram equilibradas, dez entrevistados responderam que já passaram por essas situações e os outros dez responderam jamais terem passado por algo dessa natureza.

Dos que responderam que já passaram por situações de certo constrangimento, destacaram respostas em que a situação foi causada por meio de “brincadeiras” e piadas. Dentre essas respostas chama a atenção o momento da fala do Entrevistado nº 20: “Ainda que não me afeta diretamente, eu vejo comentários e brincadeiras que eu levo na esportiva”, a resposta em si soa modesta, no entanto, o semblante do entrevistado nesse momento da fala era claramente de desconforto com os “comentários” e “brincadeiras” mencionados por ele, reação inversa das percebidas pelo entrevistador nas demais perguntas, em que o então entrevistado transparecia maior descontração nas respostas.

Destaca-se também a resposta do Entrevistado nº 17 ao desabafar que “[...] o servidor deixa de fazer o serviço dele e deixa tudo para o terceirizado, fica tudo pra gente e dizem isso: «deixa que o terceirizado faz». Teve um servidor que por eu ser terceirizado me humilhava”. Outra situação que chamou atenção quanto ao tratamento diferenciado e que foi evidenciada nas respostas partiu de três entrevistados do contrato de Limpeza e Conservação de Edificações:

“[...] os alunos mesmo olham pra gente diferente, nunca fui destrutada, mas a gente percebe um certo olhar de nojo com nós da limpeza” (ENT02); “Já fui tratada de forma diferente sim, mas é mais quando eu era da limpeza. Era uma sensação ruim, éramos tratados de forma diferente, era uma indiferença com a presença nossa no setor (ENT13)”; “É uma sensação ruim, de passarem por nós e nem cumprimentar, olhar como se nem estivesse ali e às vezes como se tivéssemos incomodando o lugar com nossa presença (ENT19)”.

Tais respostas evidenciam as ocorrências de invisibilidade e indiferença desses trabalhadores no seu ambiente de trabalho, principalmente dos responsáveis pela limpeza, como se além de suas atribuições de deixar os espaços limpos, outra função devesse ser também a de realizar os serviços sem prejudicar as atividades e interagir com as pessoas ali presentes. Ainda sobre a invisibilidade, uma resposta marcante foi de uma funcionária entrevistada que comentou, apesar de não fazer questão de comemorar seu aniversário, sentia-se diferente por todos de um setor comemorarem os aniversários dos que ali trabalhavam, menos o dela que sequer sabiam a data.

É nesse sentido que, como visto em seções anteriores, Godoy, Mascarenhas e Pinto (2007) afirmam que o trabalho terceirizado é uma realidade social que acaba por discriminar e desvalorizar os trabalhadores no dia a dia, em qualquer ambiente e de diferentes maneiras. Na palavra dos autores “os demais membros da sociedade dirigem a eles um tratamento de desvalorização que se manifesta, no mínimo, pela indiferença, e que pode chegar ao destrato com palavras e ações” (GODOY; MASCARENHAS e PINTO, 2007).

Essas situações de indiferença, inferioridade e invisibilidade sofrida por parcela dos terceirizados influenciam na forma com que eles relacionam em seu espaço de trabalho e com os demais sujeitos nele presentes. Pois, apesar da passividade imposta pelo formato do trabalho terceirizado, a conformação dos trabalhadores por estas situações não exclui suas frustrações. Essa conformação corrói a dignidade do sujeito, enquanto trabalhador, e afeta sua qualidade de vida e sua forma de se relacionar nos espaços de seu trabalho e da cidade.

Os trabalhadores entrevistados foram indagados a comparar também as condições diferenciadas de trabalho que possuíam nas experiências anteriores com o trabalho atual, enquanto trabalhador terceirizado a serviço da UFV. Cinco entrevistados citaram condições diferenciadas que possuíam no trabalho anterior ao da terceirização, quatro deles evidenciaram melhor remuneração e um evidenciou melhor estrutura no ambiente de trabalho. Todos os entrevistados responderam condições diferenciadas que o trabalho atual, enquanto terceirizado a serviço da UFV, lhes proporciona, com exceção de dois entrevistados que não tiveram experiência profissional anterior à terceirização. Ressalta-se que muitos entrevistados

citaram mais de uma condição diferenciada em suas falas, razão pela qual o número de respostas ultrapassarem o número de entrevistados.

Posto isso, das respostas evidenciando as condições diferenciadas no trabalho atual enquanto terceirizado a serviço da UFV, seis entrevistados responderam a jornada fixa de trabalho somada ao tempo estabelecido de descanso do trabalho; seis responderam o recebimento do benefício mensal do vale-alimentação; seis responderam o trabalho em melhor estrutura do espaço físico e melhor ambiente organizacional; quatro responderam trabalhar com mais tranquilidade, menos pressão e mais confiança por parte dos encarregados e chefias dos setores; um respondeu o diferencial da remuneração fixa e um outro respondeu que a remuneração é maior na condição de terceirizado.

Sobre essa discussão, os entrevistados foram indagados também a responder sobre o que poderia contribuir para possíveis melhorias nas condições do trabalho, seja pela prestação dos serviços, pelas relações trabalhistas, entre outros. Assim, três entrevistados responderam que gostariam de ter oportunidades de promoção ou mudança de cargo dentro dos contratos de dedicação exclusiva de mão de obra da UFV; três entrevistados responderam que seria oportuno maior valorização pelo trabalho prestado; outros três responderam que há necessidade de aumentar o quadro de terceirizados para alguns postos, em decorrência da sobrecarga de trabalho. Sobre isso destacou a resposta do Entrevistado nº 16 ao mencionar que: “O pessoal do quadro vai aposentando e não colocam mais funcionários por conta do orçamento, mas aumenta serviço pra quem fica”.

A situação apresentada por este entrevistado, também discutida nas seções anteriores, refere-se aos cargos em extinção na administração pública, em que à medida que ocorre a vacância, ocorre a extinção do cargo, sem a possibilidade de abertura de concurso público para provimento efetivo. A tendência com essa situação é destinar o serviço daquele cargo extinto para a terceirização, no entanto, como bem cita o Entrevistado nº 16, isso nem sempre ocorre com a agilidade que se espera, seja por razão orçamentária, como trazida por este, ou ainda pelo período de planejamento da contratação que pode levar alguns meses, e essa situação gera uma sobrecarga do serviço que passa a ser distribuído para os servidores do quadro da UFV ainda ativos e, principalmente, para os trabalhadores terceirizados.

Retomando às respostas dos entrevistados sobre o que poderia contribuir para possíveis melhorias nas condições do trabalho, dois entrevistados responderam que gostariam de mais autonomia e confiança pelos superiores na execução dos serviços. Sobre isso o Entrevistado nº 13 respondeu que: “Ficamos muito engessados em algumas demandas, simples de resolver, por ter que passar pelos superiores”.

O relato do Entrevistado nº 13 é pertinente ao expor o trabalho já estabelecido a ser executado pelos trabalhadores, que pouco ou nada permite a eles sugerir mudanças na forma de conduzir o trabalho. Sobre isso Dufour (2005) aborda que na sociedade contemporânea ocorre a morte da teoria do trabalhador, ao perder seus direitos e sua narrativa o trabalhador fica cada vez mais aprisionado no trabalho, vai se perdendo a capacidade de sentir, pensar e inventar no trabalho. Alves (2011) contribui nessa discussão ao afirmar que o trabalho nesse formato tira a subjetividade do trabalhador ao controlar seu modo de ser, adaptando-o às regras, reduzindo-o à sua mera força de trabalho, a um corpo que deve apenas executar, desconsiderando seu potencial criativo e pensante.

Retomando à questão, outros dois entrevistados responderam que gostariam que lhes fossem devidos o adicional de insalubridade pelo trabalho que realizam. Destaca-se aqui, que um deles recebe o adicional de insalubridade em grau médio, mas que acredita lhe ser devido o referido adicional em grau máximo, situação que lhe proporcionaria um acréscimo mensal de 20% sobre o valor do salário mínimo.

Dados importantes fornecidos pelo Serviço de Gestão de Contratos da UFV sobre essa situação de discordância dos trabalhadores terceirizados quanto ao não recebimento de adicionais, sejam eles de insalubridade, periculosidade ou noturno, já rendeu à Universidade Federal de Viçosa, enquanto responsável subsidiária nos contratos celebrados com dedicação exclusiva de mão de obra, um total de 46 ações reclamationárias na Justiça do Trabalho impetradas por ex-empregados terceirizados de contratos celebrados com a Universidade, entre 2019 e 2021. Dessas ações, 42 foram reclamando o adicional de insalubridade, três reclamando o adicional de periculosidade e um reclamando o adicional noturno. Analisando pelos contratos de serviços, 24 ações são de ex-funcionários do contrato de Limpeza e Conservação de Edificações, 16 são de ex-funcionários do contrato de Manutenção Predial, duas ações do contrato de Auxiliar Agropecuário, sendo uma de ex-funcionário e outra de um contratado no atual contrato do referido serviço e um de ex-funcionário do antigo contrato de Portaria e Zeladoria.

Nota-se que das 46 ações reclamationárias somente uma refere-se a terceirizado que mantém vínculo empregatício com empresa atualmente contratada, nas demais ações reclamationárias todos os reclamantes são ex-funcionários terceirizados. Há um evidente receio dos trabalhadores contratados em reclamar na justiça do trabalho o direito de receber algum dos adicionais pelo trabalho que realiza e com isso poder ser rescindido do contrato e o levar ao desemprego.

Assim, a ameaça da demissão contribui para as diversas formas de precarização do trabalho, pois a iminência do desemprego resulta em situações propícias para que tanto a instituição contratante ou a empresa contratada pressionem a classe trabalhadora quanto à aceitação pelas condições de trabalho. Como visto em seções anteriores, a flexibilização do trabalho ocorre também para minimizar as formas de resistência do proletariado, deixando-o motivado a aceitar condições diversas de precarização.

Dessa forma, os terceirizados, inconformados com o não reconhecimento de algum adicional, esperam haver a rescisão de seus vínculos empregatícios para assim reclamar o direito na justiça do trabalho. Sobre isso, é importante ressaltar que o trabalhador tem o prazo de dois anos após seu desligamento na empresa para reclamar seus direitos na justiça, decorrido esse prazo ocorre a prescrição, ou seja, a perda do direito de impetrar com a ação na justiça.

No entanto, como após o término de um contrato muitos trabalhadores são contratados no novo contrato celebrado, o receio de impetrar com a ação reclusat6ria sobre a empresa anterior prevalece, de forma que a parte contratante, nesse caso a Universidade Federal de Viçosa, por sua responsabilidade subsidiária nesses contratos de dedicaç6o exclusiva de m6o de obra, 6 tamb6m citada na aç6o trabalhista como segunda reclamada. Ou seja, caso o terceirizado ingresse com a aç6o trabalhista, a Universidade Federal de Viçosa ser6 notificada do processo, situaç6o essa que inibe o trabalhador terceirizado de reclamar seus direitos, que podem assim prescrever ap6s o prazo de dois anos.

Retomando, novamente, 6s respostas dos entrevistados quanto 6 discuss6o de condiç6es que poderia tornar melhor o trabalho, um entrevistado respondeu que seria oportuno terem um acompanhamento m6dico e psicol6gico frequente. Apesar de somente um terceirizado entrevistado ter apresentado essa resposta, ela aborda uma relaç6o muito estreita entre as condiç6es do trabalho e a qualidade de vida do trabalhador terceirizado, tema central dessa subseç6o. A complexidade dessa estreita relaç6o est6, principalmente, no componente da sa6de f6sica e psicol6gica de um trabalhador implicar diretamente na qualidade do seu trabalho e conseqüentemente de sua perman6ncia no emprego, uma vez que, para o formato da terceirizaç6o do trabalho n6o 6 conveniente um trabalhador ausentar frequentemente do trabalho para licenç6as e afastamentos para tratar da sa6de ou ainda que, no exerc6cio de suas atribuic6es, tenha queda de produtividade e de qualidade pelo serviç6o prestado em raz6o de problemas de sa6de.

O mais perverso sobre essa situaç6o, dentro do formato da terceirizaç6o do trabalho, consiste no fato de que ao persistir os problemas de sa6de, sejam eles f6sicos ou psicol6gicos,

inclusive quando também causados pelas próprias condições do trabalho, o terceirizado pode vir a ser rescindo do seu emprego. A fala do entrevistado, colocando como sugestão um acompanhamento médico e psicológico frequente, seria certamente uma oportuna ação que mitigaria problemas mais graves de saúde, muitas vezes detectados somente em estágios mais avançados, e que poderia também reduzir moléstias laborais. E pelo acompanhamento psicológico o trabalhador poderia ser assistido para lidar melhor com situações de desgaste emocional no trabalho e na sua vida pessoal e social, ou seja, uma ação que contribuiria simultaneamente em melhores condições de trabalho e ainda na qualidade de vida do trabalhador.

Retomando às respostas dos entrevistados quanto à discussão de condições que poderia tornar melhor o trabalho, um outro entrevistado respondeu que ajudaria ter uma estrutura melhor no seu ambiente de trabalho, pois, segundo ele “[...] precisa de banheiro e cozinha mais próximos, é muito distante do galpão onde trabalho” (ENT17). Outro entrevistado respondeu que seria oportuno ter maior instrução quanto aos serviços que realizam. Por fim, um entrevistado relatou que tornaria seu trabalho melhor se seus superiores tivessem uma tratativa mais cordial com os trabalhadores, em suas palavras o Entrevistado nº 13 disse que “[...] a forma de tratamento dos encarregados... às vezes chamam atenção de uma forma ruim, isso desmotiva a gente”.

Os trabalhadores entrevistados foram indagados também se há alguma vantagem que os servidores efetivos da UFV possuem que eles gostariam de ter. Muitos entrevistados responderam mais de uma vantagem, razão pela qual o número de respostas ter ultrapassado o número de entrevistados.

Assim, nove entrevistados responderam que gostariam de ter a cobertura de um plano de saúde, no entanto, é importante ressaltar que não há um operador de planos de saúde específico para os servidores públicos civis da União ou mesmo para os servidores da UFV. O que existe, de fato, é um benefício de natureza indenizatória, chamado de saúde suplementar, concedido pela União aos seus servidores públicos ativos e inativos e seus dependentes legais. Para isso o servidor deve estar vinculado a um operador de planos de saúde, devidamente regularizado pela ANS (Agência Nacional de Saúde), por meio de convênio ou contrato, e assim receber o suplemento de acordo com sua faixa etária e faixa remuneratória.

Colocadas essas observações, outros sete entrevistados responderam que a estabilidade é uma vantagem que os servidores da UFV possuem e que gostariam de ter. Essa resposta em comum é o reflexo da insegurança e incerteza desses sujeitos quanto à sua permanência no

emprego, principalmente nas situações de reduções do orçamento da instituição e nos meses finais de vigência dos contratos.

Outros cinco entrevistados responderam que gostariam de ter uma remuneração melhor, nas palavras de um deles: “O terceirizado é um cara que está no setor e trabalha mais que os servidores para ganhar um terço do que eles ganham” (ENT07). De fato, ainda que os servidores públicos civis da União tenham percebido o último reajuste em seu plano de carreira somente em 2016, eles recebem atualmente entre o dobro e o triplo, variando pelo cargo, comparado ao salário que o trabalhador terceirizado recebe para realizar as mesmas funções.

Outros quatro trabalhadores responderam à questão colocada que gostariam de ter acesso à Divisão de Saúde, sobre isso, o Entrevistado nº 15 respondeu que: “Uma vez deram uma carta que dizia que não podíamos ter acesso à Divisão de Saúde, uma vantagem seria poder ser atendido lá”. A Divisão de Saúde da UFV é vinculada à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e presta assistência médica, odontológica, nutricional, fisioterápica e fonoaudióloga, promovendo ações de prevenção de doenças e promoção a saúde da comunidade acadêmica da UFV, conta ainda com laboratórios de análises clínicas, radiografia, enfermagem, salas de vacina e cuidado especializado com curativos. No entanto, os serviços ofertados pela Divisão de Saúde restringem-se aos estudantes, servidores da UFV e eventuais grupos de determinados perfis da sociedade para projetos de extensão. Ou seja, os trabalhadores terceirizados não são abrangidos pelos serviços ofertados pela Divisão de Saúde, situação de evidente insatisfação entre eles.

Outros dois entrevistados responderam que gostariam de não ter o vale-alimentação descontado sobre o dia não trabalhado. Essa situação do desconto do vale alimentação, sobre o dia não trabalhado, consiste nos casos em que a Administração da UFV autoriza o recesso ou o ponto facultativo para seus servidores em determinados dias, como, por exemplo, o feriado religioso de Corpus Christi que sempre ocorre em uma quinta-feira, com isso, é comum a Administração autorizar o recesso ou ponto facultativo na sexta-feira subsequente ao feriado.

Esse fato resulta na suspensão das atividades acadêmicas e administrativas da instituição naquele determinado dia e, conseqüentemente, não é necessária a prestação dos serviços de grande parte dos contratos de mão de obra terceirizada. Sobre isso, muitas convenções coletivas de trabalho estipulam a faculdade ao empregador em descontar o vale alimentação e o vale transporte sobre o dia em que o trabalhador não tiver expediente. Assim, ainda que o expediente tenha sido suspenso por motivos de força maior, ou seja, independente

da vontade do terceirizado, o desconto sobre os vales alimentação e transporte também são devidos. E esta situação não ocorre com os servidores do quadro de efetivos, pois, além destes receberem o auxílio-alimentação, benefício de natureza indenizatória, em pecúnia, eles ainda recebem o valor fixo mensalmente, independente do expediente suspenso, afastamentos e licenças.

Por fim às discussões que essa questão trouxe ao estudo, chamou atenção o fato de somente um trabalhador entrevistado ter respondido negativamente ao ser questionado se há alguma vantagem que os servidores da UFV possuem e que ele gostaria de ter. Em suas palavras o Entrevistado nº 18 respondeu sucintamente que: “São condições diferentes, então não vejo por onde ter uma vantagem dos servidores”. Ao mesmo tempo que o momento dessa fala expôs uma autoconsciência do entrevistado, a forma com que esta foi dita transpareceu uma conformidade por um contexto de poucas ou nenhuma perspectiva de melhora, como se já fosse o suficiente estar na situação que se encontra.

Uma outra pergunta do roteiro de entrevista semiestruturada indagou os trabalhadores entrevistados quanto aos seus projetos e pretensões pessoais para o futuro. Muitos entrevistados citaram mais de uma pretensão/projeto, razão pela qual o número de respostas ultrapassaram o número de entrevistados. Assim, nove entrevistados responderam que pretendem ou tem a vontade de estudar, no entanto as respostas variaram entre elas, pois há trabalhador que têm vontade de terminar o ensino básico, outros responderam a vontade de cursar uma graduação, outros a pretensão de fazer cursos sobre sua área de atuação profissional e ainda os que citaram a vontade de se preparar para concursos públicos.

Seis entrevistados responderam a vontade de realizar uma obra, seja de construção de uma casa própria ou de reforma/ampliação da residência que já possui. Outros seis entrevistados citaram a vontade de realizar uma viagem, um dos entrevistados, de idade mais avançada e que já está em seu terceiro contrato como trabalhador terceirizado a serviço da UFV, respondeu: “Quero conhecer o mar” (ENT08). O próprio entrevistado explicou ter conhecimento da existência de litoral a poucas horas de Viçosa, mas que com suas despesas altas ele ainda não consegue planejar uma viagem, ainda que de curta distância e duração.

Cinco entrevistados responderam que suas pretensões é dar conforto, segurança e um futuro melhor, principalmente para seus filhos. Quatro entrevistados responderam que almejam abrir um negócio próprio, sobre isso o Entrevistado nº 07 cita sua intenção em: “abrir um próprio negócio, porque não podemos contar muito com o emprego aqui, há mudanças de empresas aqui, há o risco de não voltar”. O entrevistado citado reforça em sua

resposta a insegurança e o receio quanto à permanência no emprego, principalmente com as mudanças de contrato.

Outra pergunta do roteiro da entrevista semiestruturada tinha por finalidade levantar informações sobre o meio de transporte que o trabalhador terceirizado utiliza, o tempo de trajeto de sua residência para o trabalho e as possíveis dificuldades com o meio de transporte utilizado. Sobre o meio de transporte utilizado, muitos entrevistados citaram mais de um modal, razão pela qual o número de respostas ultrapassarem o número de entrevistados.

Posto isso, quatorze entrevistados responderam usar de veículos próprios, sendo que oito fazem uso de motocicleta, quatro fazem uso de bicicleta e dois fazem uso de carro; sete entrevistados se deslocam caminhando para o trabalho no campus da Universidade e seis utilizam de transporte coletivo. Nove entrevistados responderam levar menos de 20 minutos como tempo de trajeto, cinco responderam ter de 20 a 30 minutos destinados ao trajeto e seis disseram precisar de mais de 30 minutos para chegar ao trabalho.

Dos trabalhadores entrevistados que transitam em veículos próprios, carro e motocicletas, três disseram enfrentar como dificuldade a alta do combustível, situação esta sofrida pela população brasileira em meio à pandemia do novo coronavírus e a guerra na Ucrânia e só amenizada pelo governo federal a partir de julho de 2022, a pouco mais de três meses das eleições gerais no Brasil, por meio da Lei Complementar nº 194, de 23 de junho de 2022, que limitou a aplicação das alíquotas do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), tributo estadual que incide, dentre outros, sobre combustíveis, gás natural, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo, que passam a ser classificados por esta lei como essenciais e indispensáveis.

Outros cinco entrevistados responderam enfrentar dificuldades quando chove, por utilizarem motocicletas e bicicletas no trajeto. Dos que utilizam transporte público as dificuldades citadas foram variadas, três responderam o atraso dos ônibus, dois responderam ter sofrido com a redução de horários de circulação que iniciou na pandemia e ainda perdura, dois alegaram terem sido prejudicados com a alteração das rotas de algumas linhas que também iniciou no período pandêmico e ainda perdura, tendo com isso que andar mais até o novo ponto de parada do transporte coletivo, dois citaram também os problemas de engarrafamento no trânsito nos horários de pico e um citou a superlotação do ônibus.

Contudo, as conclusões percebidas na análise das condições de trabalho e qualidade de vida dos trabalhadores terceirizados, a serviço da UFV, consistem, primeiramente pela desvalorização pelos serviços por ele prestados, principalmente nos últimos anos em que o salário mínimo não sofreu aumento real desde 2019. A situação que leva à redução do poder

de compra do trabalhador acaba por levá-lo a prestar outros serviços remunerados em seu tempo livre do trabalho terceirizado. Ocorre que mais de 80% dos trabalhadores terceirizados cumpre jornadas de trabalho mais extensas, de 44 horas semanais e de 12x36 horas, e a grande maioria dos postos de trabalho de jornadas extensas são de serviços que exigem maior esforço físico. Assim, a grande maioria dos trabalhadores laboram uma jornada de trabalho extensa, com serviços de esforço físico e ainda prestam outros serviços remunerados em seu tempo extra.

Por meio dessa combinação exaustiva, as limitações físicas e emocionais do corpo humano do trabalhador são ultrapassadas ao se evidenciar as reclamações por moléstias profissionais, e o trabalhador ainda deve se ater para que tais moléstias não prejudiquem seu trabalho, sob o risco de demissão.

Sobre a então demissão, os trabalhadores terceirizados têm, no geral, a ciência de que a baixa produtividade e qualidade dos serviços são determinantes para acarretar em rescisão do contrato. No entanto, eles têm conhecimento também da possibilidade da demissão ocorrer em casos de retração orçamentária na Instituição ou de casos fortuitos, como a pandemia provocada pelo novo coronavírus em 2019, que reduziu o quadro de terceirizados pelos anos de 2020 e 2021.

Assim, ainda que a maioria dos terceirizados não tenha sofrido ameaças diretas de demissão, há uma ameaça subjetiva em decorrência dos fatores de força maior que podem levar à demissão de parcelas de terceirizados, independente da boa qualidade e produtividade dos serviços prestados. Esta instabilidade quanto à permanência no emprego prejudica a qualidade de vida do trabalhador, ao afetar sua forma de se relacionar com os demais sujeitos que vivenciam seu espaço de trabalho, ficando ainda limitado a pensar e executar projetos de longo prazo que necessite de recursos financeiros.

Não obstante, a subjetividade de excluído afeta a qualidade de vida e o componente humano do trabalhador também pelas situações de constrangimentos em razão da relação de trabalho a qual está sujeito. Esses trabalhadores são muitas vezes invisibilizados, tratados com indiferença e ainda absorvem a grande maioria dos trabalhos de maior esforço físico e de maior risco, ficando, conseqüentemente, mais propensos às ocorrências de acidentes no trabalho.

Para melhorar sua qualidade de vida, dentro e fora do espaço do trabalho, os trabalhadores terceirizados esperam por oportunidades de promoção ou mudança para outro posto de trabalho de maior remuneração ou, ainda, que sejam mais valorizados pelo trabalho que realizam, sendo pagos além do piso salarial estabelecido pelas convenções coletivas de

trabalho. Por fim, percebe-se que esses sujeitos buscam o mínimo para uma vida digna e de qualidade. A instabilidade na permanência do emprego é o epicentro das condições de trabalho que afetam a qualidade de vida, adjacente a isso estão o anseio por maior valorização, pela cobertura por um plano de assistência à saúde do trabalhador e sua família, pelo reconhecimento da importância dos serviços que executam e pelo respeito à relação de trabalho a qual estão.

4.2.4. Acesso aos Serviços e Espaços da Cidade e da Universidade

Para uma abordagem do acesso pelos trabalhadores terceirizados aos serviços e espaços da cidade e da Universidade foram utilizadas informações das entrevistas semiestruturadas. E para iniciar essa subseção é salutar retomar a subseção anterior trazendo para a discussão desta o acesso e utilização pelos trabalhadores terceirizados do transporte público coletivo.

Foi visto que do total de vinte trabalhadores entrevistados, seis utilizam do serviço de transporte público coletivo e todos eles citaram a precariedade do serviço ofertado há décadas pela empresa União em Viçosa, entre atrasos, redução de horários de circulação e superlotação dos veículos, principalmente nos horários de pico. O Entrevistado nº 04 cita em sua resposta parte desses problemas ao responder que:

“Antes vinha de ônibus, mas com a pandemia reduziram horários e passei a vir a pé e voltar de ônibus. A pé levo cerca de 25 minutos. Já com ônibus, às vezes atrasa, direto fica garrado com trânsito e ainda muito cheio” (ENT04).

Similar ao Entrevistado nº 04, outros dois entrevistados responderam que,

“Venho a pé ou de lotação, mais de lotação. De lotação costumo demorar mais que vindo a pé, uns 40 minutos por causa do trânsito. A dificuldade é o trânsito e os atrasos do ônibus” (ENT06); “Venho de moto, às vezes de lotação. [...] com ônibus os horários são ruins, ele atrasa, a linha não leva até perto de onde trabalho e demora pra chegar” (ENT14).

O Entrevistado nº 14 citou ainda o problema das linhas não abrangerem seu setor de trabalho dentro do campus da Universidade, com isso é necessário descer em um ponto menos distante e terminar o trajeto caminhando. Sobre essa questão das rotas, outros entrevistados relataram também o descaso da empresa ao alterar a rota de algumas linhas durante o auge do período da pandemia em 2020 e até a data da realização das entrevistas, junho de 2022, a

empresa ainda não ter retomado com as rotas e linhas como nos tempos de regularidade anterior ao período pandêmico. Sobre isso a Entrevistada nº 05 menciona que:

“Antes eu vinha mais de ônibus, mas com a pandemia a lotação parou de passar lá perto de casa, daí passei a vir a pé. A pé levo cerca de 40 minutos. O problema é mais se chover, aí chamo um livre” (ENT05).

Situação similar a do Entrevistado nº 14, o relato do Entrevistado nº 05 evidencia a dificuldade com o acesso ao transporte coletivo por seu local de residência não ser mais abrangido pelas rotas das linhas de circulação. A dificuldade é ainda acentuada nas ocorrências de chuva, situação em que o entrevistado cita sua opção por “chamar um livre”, referindo-se ao aplicativo de mobilidade urbana para transporte particular de passageiros que atende em Viçosa.

O descaso simultâneo, seja por parte da União, enquanto empresa operadora de transporte público coletivo na cidade, ou por parte do poder público municipal, enquanto fiscalizador e contratante do serviço, é evidenciado para o que Castells (2000) chama atenção para a segregação que ocorre, não somente através da diferença entre os locais da cidade, como centro e periferia, mas também pelas dificuldades de acesso vivenciadas por moradores de determinadas localidades a outras localidades do espaço urbano.

Uma outra questão trazida pelo roteiro de perguntas da entrevista semiestruturada, dentro da discussão de acesso aos serviços e espaços da cidade e da universidade pelos trabalhadores terceirizados, indagou os entrevistados quanto à oferta de escolas e creches para seus filhos. Situação indispensável à vida do trabalhador, uma vez que é preciso, simultaneamente, pensar a educação escolar dos filhos e também um espaço com condições favoráveis e seguras a deixá-los enquanto estiver cumprindo sua jornada no trabalho.

Desse modo, inicialmente, foi perguntado aos trabalhadores entrevistados se possuíam filhos em idade escolar ou em período de amamentação. Assim, dos vinte entrevistados, três afirmaram não ter filhos ou não os ter em idade escolar ou em período de amamentação e os outros dezessete afirmaram ter filhos nessas condições.

Na segunda parte, dessa mesma questão, foi perguntado aos entrevistados, que tem filhos em idade escolar ou em período de amamentação, se no bairro ou nas proximidades de sua residência havia escola ou creche para seu (s) filho (s). Dos dezessete entrevistados que possuem filhos, cinco responderam não haver em seu bairro, ou proximidades, instituições escolares ou de educação infantil, como creches e berçários. Sobre a carência da oferta de escolas e creches destaca-se as respostas dos entrevistados a seguir:

“Tenho dois filhos em idade escolar. No meu bairro só tem escolinha, então eles estudam em outro bairro” (ENT05); “A minha caçula está em idade escolar. No bairro que moro não tem escola para o ensino médio, então ela estuda em outro bairro” (ENT07); “Tenho filha de 1 ano e 4 meses. Ela fica na creche do bairro vizinho, a do meu bairro não tinha vaga” (ENT12).

Os relatos dos Entrevistados nº 05 e 07 são similares, as instituições presentes em seus respectivos bairros não abrangem a idade escolar de seus filhos. Esta situação é, em parte, resultado de ações do Governo Federal que estabeleceu por meio do Art. 11º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que é incumbência do município oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas e, com prioridade, o ensino fundamental (BRASIL, 1996). Por sua vez, o Art. 10º da referida lei cita a incumbência do estado em assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem (BRASIL, 1996).

Por meio dessa situação, o poder municipal de Viçosa tem orientado suas ações em ofertar creches por quase a totalidade dos bairros e também escolas com ensino fundamental em bairros estratégicos, onde não há escolas estaduais com oferta de ensino fundamental, para assim atender também outros bairros próximos que não possuem escolas. Há, então, os bairros em que não há a oferta de ensino fundamental, seja pelo município ou pelo estado, como é o caso relatado pelo Entrevistado Nº 05.

Pelo caso do relato do Entrevistado nº 07, a situação dá-se então pelo fato da oferta do ensino médio ser prioridade da rede estadual e somente sete escolas estaduais do município ofertarem o ensino médio. Não há problema com falta de vagas, no entanto, os problemas são relativos com a distância da escola até a residência do estudante e, assim, da situação do transporte até à instituição. Sobre isso a Entrevistada nº 13 relata que:

“Tenho filho de 17 anos, estuda no Effie Rolfs. [...] A dificuldade tem sido dele chegar na escola às 07 horas, pois a lotação sempre atrasa e ele chega entre 7h15 e 7h20” (ENT13).

Esse relato revela assim a falta de oferta do ensino médio no bairro ou em locais mais próximos, e ainda aborda, novamente, os problemas com o transporte coletivo ofertado pela empresa União contratada para fornecer o serviço de transporte público coletivo em Viçosa.

Posto isso, e retomando a segunda parte da questão. Dos dezessete trabalhadores entrevistados que possuem filhos em idade escolar ou em amamentação, doze responderam que há em seus bairros instituições que oferecem a modalidade de educação que abrange a idade de seus filhos. No entanto, chamou a atenção, observada pelo relato dos entrevistados, a

opção deles em matricular os filhos em outra instituição pública da cidade, em razão desta ter uma fama popular da qualidade do ensino. Sobre isso, destacam-se as respostas dos Entrevistados nº 17 e nº 18:

“Tenho uma filha de 14 anos, lá no bairro tem escola, mas ela não tem uma fama boa, aí minha esposa e eu preferimos o Effie Rolfs” (ENT17); “[...] estuda no Effie Rolfs, lá no bairro tem escola, mas das públicas o Effie Rolfs é melhor falada” (ENT18).

A Escola Estadual Effie Rolfs, citada por três entrevistados ao longo dessa pesquisa, e em especial pelos Entrevistados nº 17 e nº 18, tem sua mencionada “boa fama”, principalmente, pela localização desta escola. A Escola Estadual Effie Rolfs situa-se dentro do campus universitário da UFV, em terreno cedido por esta instituição para a construção da referida escola, recebendo seu nome em homenagem à Effie Rolfs, esposa do primeiro diretor da ESAV, o professor Peter Henry Rolfs.

Os entrevistados foram questionados também se já recorreram aos serviços públicos de saúde e odontológicos, de seu bairro ou da cidade em geral, quando precisaram. Todos os entrevistados responderam que já recorreram e ainda recorrem aos serviços públicos de saúde e odontológicos sempre que necessitam.

Perguntados da qualidade do atendimento e da resolução do problema que os levou à procura do serviço, dos vinte entrevistados, sete responderam que foram bem atendidos e que o problema foi resolvido. Dentre estes destacam as falas dos Entrevistados nº 01, nº 04 e nº 07:

“Já precisei sim. Considero bom atendimento, trato glaucoma” (ENT01); “Já precisei sim. No PSF sou bem atendida, o pessoal lá preocupa, corre atrás da gente, de exames e consultas quando precisamos” (ENT04); “Procuro o PSF lá do bairro, sou bem atendido” (ENT07).

Chama a atenção na fala dos entrevistados a menção positiva ao Programa Saúde da Família (PSF), implantado pelo Ministério da Saúde do Brasil em 1994, mas que, atualmente, passou a ser tratado como Estratégia de Saúde da Família (ESF), por não ser somente mais um programa. As ESF's partem de um processo de “desospitalização” do Sistema Único de Saúde, em que a atenção é orientada para tratar os aspectos que influenciam na saúde e bem-estar das pessoas fora do ambiente hospitalar. Dentre as ações das ESF's incluem a promoção da saúde, intervindo sobre fatores de risco aos quais a população está exposta, humanização das práticas de saúde através do vínculo entre os profissionais da saúde e a população (como nota-se na fala do Entrevistado nº 04), fazer com que a saúde/doença seja reconhecida como um direito de cidadania e, portanto, expressão da qualidade de vida, dentre outras ações.

Retomando à segunda parte da pergunta, em que os entrevistados foram indagados da qualidade do atendimento e da resolução do problema que os levou à procura do serviço, seis entrevistados responderam que o atendimento foi razoável, entre eles predominou a resposta de que o problema que os levou a buscar o serviço foi resolvido, no entanto tiveram que esperar muito tempo, como observa-se pela fala dos entrevistados a seguir:

“Das vezes que precisei, foi bem lento o atendimento, mas resolveram o problema” (ENT15); “Já precisei, resolveu o problema, mas foi bem demorado pra ser atendido” (ENT17); “Já precisei sim. O atendimento é demorado. Depois que é atendido, resolvem” (ENT18).

As razões com a demora dos atendimentos são variadas: número restrito de médicos, principalmente para certas especialidades, equipe reduzida de outros profissionais, como pessoal administrativo e enfermeiro, falta ou disponibilidade reduzida de equipamentos e instrumentos necessários para consultas, exames e procedimentos e, para a situação de Viçosa, o município conta com somente dois hospitais para atender, além de sua população de quase 90 mil habitantes incluindo os estudantes, também as populações dos municípios de sua microrregião.

Outros sete entrevistados responderam que o atendimento que precisaram ao recorrer aos serviços públicos de saúde ou odontológicos foram ruins e não resolveram o problema que os levaram à procura do serviço. Dentre estes, chamou atenção os relatos dos Entrevistados nº 05 e nº 16:

“Já precisei sim, não gostei, uso mais o PSF e demora muito, dependendo do que for compensa mais pagar particular” (ENT05). “Já precisei quando machuquei o pé e dentista também já precisei. Mas é muito demorado, prefiro gastar e pagar plano de saúde” (ENT16).

O relato destes dois entrevistados evidencia a descrença com os serviços públicos de saúde e a faculdade por buscar o serviço privado de assistência médica, seja de forma direta, recorrendo ao serviço de saúde privado somente quando necessitar, conforme observa-se na fala do Entrevistado nº 05, ou de forma permanente, recorrendo à contratação de um plano de saúde particular, como visto pela fala do Entrevistado nº 16.

Os entrevistados foram questionados também quanto ao fornecimento de serviços públicos básicos, como os de saneamento básico e infraestrutura, em seus bairros. Dos vinte entrevistados, quatorze afirmaram serem atendidos em seus bairros pelos serviços de água encanada, iluminação pública e asfaltamento/calçamento. Seis afirmaram não contar com ao menos um desses serviços básicos, dentre eles destaca a fala do Entrevistado nº 20:

“Como lá é comunidade rural a estrada devia ser calçada ou pelos menos mais cascalhada, fica muito ruim em época de chuva. Iluminação pública só tem até certo ponto da comunidade. E o transporte coletivo que passa poucas vezes, com poucos horários” (ENT20).

O relato do Entrevistado nº 20 evidencia o descaso do poder público com as comunidades rurais que sofrem pelo isolamento da atenção das políticas e ações do poder municipal, situação que vai se revertendo à medida que se aproxima da zona urbana da cidade e principalmente de seu centro.

Ainda nessa questão, os entrevistados foram indagados também sobre os serviços públicos que poderiam ser melhorados, revitalizados ou, ainda, algum serviço que não há em seu bairro e que gostariam que tivesse. Alguns entrevistados citaram mais de um serviço, razão pela qual o número de respostas ultrapassarem o número de entrevistados.

Assim, dois serviços foram igualmente os mais citados por sete entrevistados, os serviços de limpeza urbana e serviço de asfaltamento/calçamento. Desses sete, três entrevistados responderam simultaneamente a necessidade de melhora de ambos os serviços, como observa-se pelas suas falas:

“Lá não tem ruas asfaltadas, somente calçadas. Prefeitura lá não tem feito capina, percebo falta de atenção da prefeitura com isso” (ENT04); “Não há asfaltamento, gostaria que tivesse o asfalto, é perigoso até para idosos caminharem e também mais limpeza urbana, capina nos lotes abandonados [...]” (ENT06); “Lá falta asfaltamento em algumas partes do bairro, incluindo minha rua. O asfalto faz muita falta, ainda mais na época de chuva. E limpeza urbana também, principalmente capina” (ENT07).

Ambos os serviços, de limpeza urbana e de asfaltamento/calçamento, se apresentam mais precários no município de Viçosa em seus bairros mais afastados do centro. Há uma clara diluição da atenção e de investimentos do poder público por esses serviços, de forma que, enquanto o centro da cidade e os bairros de classe média, como Ramos, Lourdes e Bethânia, captam maior atenção e investimentos, os bairros cada vez mais afastados vão sofrendo mais por essa falta de atenção e de investimentos do poder público na prestação dos serviços citados.

Sobre isso, e como visto nas seções anteriores, Corrêa (2005) chama a atenção para o desempenho espacialmente desigual por parte do Estado, enquanto provedor desses serviços públicos. De forma que o desequilíbrio social, econômico e espacial é marcado pelo atendimento aos interesses de certos membros e grupos da sociedade em detrimento de outros, tendendo a privilegiar os interesses daquele segmento ou segmentos de classes dominante.

Assim, é evidente que “o Estado capitalista cria mecanismos que levam à segregação residencial e à sua ratificação” (CORRÊA, 2005).

Essa condição desigual e atenção diferenciada dada pelo poder público no espaço urbano de Viçosa associa-se, também, ao que Milton Santos (1979) aborda enquanto espaço dividido por meio dos dois circuitos da economia urbana, sendo eles o circuito superior e o circuito inferior, como discutido na seção anterior. Assim, no circuito inferior da cidade estão abrigados aqueles que não encontram emprego ou mesmo os que encontram um emprego com baixos salários.

Retomando a questão tratada na entrevista, outros dois entrevistados responderam que gostariam de ter em seus bairros espaços de lazer, como observa-se nos relatos dos Entrevistados nº 10 e nº 14:

“Sinto falta de uma melhoria da praça, um espaço de convivência e lazer, com jardins” (ENT10); “Falta coisa de lazer para as crianças, não tem nada por lá” (ENT14).

Para entender a falta de espaços de lazer nos bairros, relatada por estes entrevistados, retoma-se à subseção “Espaço de Exclusão na Cidade Educadora” anteriormente discutida neste trabalho, em que foram citados os diversos loteamentos que originaram em muitos bairros. Porém, o poder público municipal de Viçosa se omitiu em sua função de agente regulador e fiscalizador do uso e ocupação do solo nesses loteamentos, seja dos loteamentos regulamentados ou dos clandestinos.

Assim, enquanto o Estado se omitiu da fiscalização e da regulação dos loteamentos que se formavam, ele reorientou sua atenção para as áreas centrais da cidade, muito visadas com a então expansão da UFV. Com essa omissão do poder público com os bairros populares que se constituíam, os loteamentos, que originaram tais bairros, não contaram com espaços públicos para construção de largos e praças. Os poucos investimentos destinados a esses bairros periféricos e populares eram voltados estritamente para a infraestrutura básica.

Dois entrevistados responderam também que seus bairros carecem de melhorias e revitalização na iluminação pública. Outros dois entrevistados citaram a precariedade ou falta do serviço de drenagem e manejo de águas pluviais e relataram problemas como enchentes em algumas ruas e erosão das ruas provocadas pela correnteza da água em períodos de chuva. Por último, o Entrevistado nº 17 citou problema com segurança pública, nas palavras dele: “Falta segurança, carro de polícia nem passa lá. Passam na avenida principal, mas nas ruas não” (ENT17).

Fato é que as classes dominantes são as mais privilegiadas. O próprio Estado que deveria zelar pela qualidade de vida de seus habitantes e pela igualdade no fornecimento de serviços públicos acaba criando os mecanismos de segregação residencial e espacial na cidade. Observa-se que os grupos excluídos são os agentes urbanos mais prejudicados nesse processo de produção e reprodução do espaço urbano.

Ainda dentro dessa análise do acesso pelos trabalhadores terceirizados da UFV aos serviços e espaços da cidade e da universidade, uma outra questão da entrevista semiestruturada teve por objetivo analisar se esses sujeitos frequentam espaços de esporte, lazer e cultura de Viçosa e da UFV. Dos vinte entrevistados, dois responderam que já frequentaram em outras épocas esses espaços, mas que ultimamente não frequentam mais e outros treze entrevistados responderam que não frequentam. Quanto a isso, duas respostas chamaram atenção:

“Acho que o terceirizado quase não tem direito aqui na UFV. Já frequentei o futsal no campo sintético, mas da pandemia pra cá não deixaram mais” (ENT07); “Infelizmente não frequento, por falta de tempo, a gente trabalha aqui e não passeia aqui” (ENT08).

O relato do Entrevistado nº 08 contribui na compreensão da vida social do trabalhador na modernidade, em que sua jornada de trabalho, longa e exaustiva, combinada com as tarefas domésticas a serem feitas no tempo de descanso do trabalho e ainda de outros serviços extras remunerados, reduzem o tempo de socialização, de práticas de esporte e momentos de lazer do trabalhador. Por sua vez, o relato do Entrevistado nº 07 revela uma situação ainda mais delicada ao apontar a limitação do acesso aos espaços de esporte da UFV. De fato, com o retorno das atividades acadêmicas presenciais da Universidade, após o auge do período da pandemia provocada pelo novo coronavírus, a Instituição restringiu o acesso aos seus espaços de esporte aos estudantes e servidores por meio de programas de extensão e das associações atléticas acadêmicas, além das atividades acadêmicas, excluindo os trabalhadores terceirizados e a comunidade local sem vínculo com a UFV.

Outros dois entrevistados responderam usar esporadicamente os espaços de esporte, lazer e cultura da cidade ou da Universidade. Outros dois também afirmaram frequentar esses espaços, destaca-se a seguir seus relatos:

“Da UFV tem bem tempo que não uso, mas eu jogo bola e uso essas academias a céu aberto, ando de bicicletas com minha menina aqui na universidade” (ENT16); “Frequento aqui para caminhar e na cidade frequento campos *society* particular, não tem opções de espaços públicos na cidade” (ENT18).

Em ambos os relatos dos Entrevistados nº 16 e nº 18 nota-se que utilizam do espaço público e aberto da UFV para andar de bicicleta e caminhar, práticas muito comuns entre a população viçosense residente, principalmente, nos bairros mais próximos da Instituição. Os usuários utilizam dos estacionamentos vazios aos finais de semana e das pistas destinadas aos pedestres no entorno das lagoas represadas do campus da Universidade, para a práticas das respectivas atividades.

Por fim à discussão dessa subseção, uma última questão apresentada aos entrevistados os indagou sobre suas participações em eventos e festividades que ocorrem periodicamente na cidade e na Universidade. Um entrevistado respondeu já ter frequentado, mas que não se interessa em participar mais. Outros dois entrevistados responderam que esporadicamente frequentam os eventos e festividades que ocorrem. Treze entrevistados relataram participar desses eventos e festividades, destes treze, a fala do Entrevistado nº 18 destacou ao apontar que:

“A prefeitura quase não faz eventos e quando faz não confio na segurança. Das festas que UFV faz costume vir na Semana do Fazendeiro” (ENT18).

O relato do Entrevistado nº 18 chama atenção para duas situações, a primeira dá-se pelas reduzidas ações do poder público municipal em oferecer à população eventos, festividades e apresentações artísticas e culturais ao longo do ano. Dos eventos e festividades promovidos pela Prefeitura Municipal de Viçosa, o mais amplamente divulgado e frequentado pela população trata-se das comemorações pelo aniversário do município. O então entrevistado relata também seu desinteresse em frequentar os eventos e festividades promovidos pela Prefeitura por não confiar na segurança.

O Entrevistado nº 18 faz menção ainda à sua participação nas edições da Semana do Fazendeiro, no entanto, a Semana do Fazendeiro não se trata de uma festa, mas de um tradicional evento de extensão promovido pela Universidade Federal de Viçosa, com a finalidade de promover o diálogo com a sociedade. O evento conta com diversos cursos técnicos de aperfeiçoamento e inovações em práticas agrícolas e pecuárias do pequeno ao grande produtor rural, estandes técnicos que oferecem consultorias com especialistas das ciências agrárias, conta ainda com a Troca de Saberes, o Torneio Leiteiro, as feiras agrícolas e de artesanatos, leilão de bovinos e equídeos, minifazenda, exposição de máquinas, praça de alimentação e apresentações artísticas e musicais por artistas e músicos da cidade e região (UFV, 2002).

Retomando à questão da participação dos terceirizados entrevistados em eventos e festividades que ocorrem na cidade e na Universidade, quatro responderam que não participam. Destes quatro, destacam-se as respostas dos Entrevistados nº 02, 04 e 07 apresentadas a seguir:

“Só participei da Semana do Fazendeiro para trabalhar” (ENT02);
“Venho na Semana do Fazendeiro para trabalhar somente. [...] a cantata de natal só fiquei sabendo há pouco tempo que tem todo ano” (ENT04); “Não participo desses eventos, fico cansado para voltar na UFV” (ENT07).

Os Entrevistados nº 02 e nº 04 citam também suas participações na Semana do Fazendeiro, no entanto, suas participações no referido evento de extensão da UFV ocorrem por prestarem seus serviços e não pela participação em momentos de lazer e distração. Como o evento conta com milhares de pessoas transitando, diariamente, pelo campus da Universidade, há uma intensificação pelos serviços prestados, principalmente dos serviços de Conservação e Limpeza das Edificações, de Jardinagem que inclui a limpeza das áreas externas, de Transporte de Pessoas e Cargas, de Manutenção Predial e de Vigilância.

Quanto a essa intensificação dos serviços durante os eventos e festividades que ocorrem na UFV ou mesmo durante o serviço cotidiano que também já causa uma considerável exaustão, parte dos trabalhadores terceirizados ficam desmotivados em retornar à Universidade para aproveitar o evento, situação esta que é confirmada pelo relato do Entrevistado nº 07.

Outro ponto que chamou a atenção foi o relato do Entrevistado nº 04 ao mencionar que teve conhecimento recente de que a Cantata de Natal ocorria anualmente. A Cantata de Natal é um evento promovido pela UFV desde 2013, ocorre nos meses de dezembro e conta com a participação de corais da Universidade e da cidade, bem como de grupos de manifestação da cultura popular brasileira. No evento há apresentações das tradicionais músicas natalinas. A Cantata de Natal é gratuita e aberta ao público, no entanto, a fala do Entrevistado nº 04 revela uma divulgação não tão ampla do evento a ponto de não ser do conhecimento de parte dos trabalhadores que prestam seus serviços no local do evento.

Contudo, observa-se que o acesso pelos trabalhadores terceirizados aos serviços e espaços da cidade e da UFV ocorrem de forma precária, limitada, restrita ou mesmo inexistente. A exemplo tem-se os espaços estruturados para atividades de esporte e lazer que inexistem em muitos bairros de Viçosa, muitos deles sequer possuem praças, sendo estas mais presentes em bairros da porção central da cidade e adjacentes.

Dos serviços precários esse sujeitos sofrem com o transporte coletivo que os faz gastar mais tempo com esse modal do que ir caminhando para o trabalho, sofrem com redução de horário de circulação dos ônibus, com alteração das linhas e rotas, e ainda com a superlotação dos veículos; a precariedade do serviço de saúde envolve, principalmente, a concentração de demandas sobre os dois únicos hospitais que tem na cidade, que acarreta em longa espera para o atendimento pelo usuário; são precários também os serviços de limpeza urbana, asfaltamento e calçamento, drenagem e manejo de águas pluviais e de segurança pública, a reclamação é constante sobre tais serviços à medida que se afasta dos bairros da porção central da cidade com sentido aos bairros periféricos.

De forma limitada há a oferta de creches e escolas, porém, em muitos casos é necessário recorrer a instituições escolares de outros bairros por não haver no bairro que se reside a oferta de instituição escolar que abranja a etapa escolar do filho. Quanto a presença desses trabalhadores nos eventos, festividades e demais opções de lazer que ocorrem na cidade e na Universidade, não há uma limitação quanto ao acesso pelos terceirizados, a limitação ocorre pelo próprio formato do trabalho exaustivo e desvalorizado que estão submetidos, somado ainda à prestação de serviços extras ou das tarefas domésticas feitos no tempo extra do trabalho, todos esses fatores inviabilizam uma vida social mais efetiva. Assim, a presença discreta dos trabalhadores terceirizados em eventos, festividades e espaços de lazer da cidade, como o cinema, não é uma limitação imposta, mas está intrínseca à terceirização, à precarização e desvalorização do trabalho em sua totalidade.

Os espaços e serviços ofertados pela UFV predominam pelo seu uso restrito, ou seja, espaços como as quadras de esporte e as piscinas e serviços como os ofertados pela Divisão de Saúde e Divisão Psicossocial são destinados restritamente aos estudantes e servidores da Universidade, algo semelhante ocorre com os serviços ofertados pela Biblioteca da Instituição, ainda que qualquer pessoa possa entrar e pegar um livro para ler em seu interior, somente estudantes e servidores podem reservar livros e trazê-los para sua casa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da segunda metade do século XX em diante o mundo sofreu e ainda percebe grandes e contínuas transformações. Se até a Segunda Guerra Mundial, ou mais ao passado com a Primeira Revolução Industrial, as mudanças foram tão vagarosas e pontuais, o pós-guerra em diante ficou marcado pela intensidade e pela rápida difusão das mudanças, mudanças em

todos os aspectos da vida humana, na cultura, na comunicação, no transporte, na produção, no comércio, na sociabilidade, na organização da cidade e do trabalho.

O modelo fordista de produção, predominante na intensa acumulação de capital percebida na primeira década do século XX, mostrou-se um modelo ultrapassado em meio a forte crise do capital na década de 1970. Era necessário o capital se reestruturar e conseqüentemente era necessário um modelo inovador de acumulação a fim superar o já ultrapassado modelo fordista, o novo modelo deveria otimizar a força de trabalho, flexibilizar as formas de contrato dos trabalhadores e aprimorar a tecnologia na produção.

A essência desse novo modelo foi a acumulação flexível, apoiada na flexibilidade do trabalho, na subcontratação dos trabalhadores, no trabalho temporário e na redução de direitos trabalhistas. Nesse novo modelo o trabalhador deve ser multifuncional e constantemente produtivo.

Foi a partir desse modelo inovador de organização e gestão da produção e do trabalho que ascendeu a terceirização. O discurso que veio disfarçado de reorientar a atenção da empresa em sua especialização produtiva, e para isso terceirizar suas atividades de apoio, não passou de um esforço a mais na acumulação de capital sobre a exploração da força de trabalho.

No caso do Brasil, nesse mesmo período, a terceirização tomou forma e se expandiu por meio das diretrizes neoliberais. Antunes (2009) nos afiançou que os capitais globais exigiam o desmonte da legislação trabalhista pelos governos nacionais, a fim de se flexibilizar a legislação trabalhista para então promover maiores mecanismos de exploração do trabalho.

Mesmo com o fim do período ditatorial, com a redemocratização do país e com a promulgação da Constituição Federal em 1988, os ideais neoliberais se intensificaram no Brasil, pregou-se o enxugamento da máquina e reformas administrativas, como a Reforma Gerencial de 1995 no governo FHC. Por essa reforma os cargos públicos foram reduzidos dando espaço à terceirização que cada vez mais se expandia pelo país.

De fato, a terceirização remete à redução de custos com a força de trabalho e com a redução de custos vem a precarização do trabalho. A alteração da legislação trabalhista, nesse novo quadro, é acompanhada da flexibilidade do trabalho, da dispensa do trabalhador, da terceirização dos riscos e do enfraquecimento e pulverização das representações sindicais.

Ampliando a escala de análise desse estudo, foi visto que a terceirização do trabalho adentrou a Universidade Federal de Viçosa em 2007, após ter sentido os efeitos dos decretos de extinção de cargos e os decretos de suspensão de cargos para provimento efetivo por meio de concurso público. Com isso, observou-se que do ano de 2007 em diante há uma tendência de alta do quantitativo de trabalhadores terceirizados a serviço da UFV, enquanto o

quantitativo de servidores técnicos-administrativos apresenta uma tendência de queda nos últimos anos. O cálculo é simples, ao considerar que grande parte dos servidores ocupam cargos em extinção e que estes cargos não serão mais ocupados por meio de concursos públicos, caso a necessidade dos serviços desse cargo permaneçam após a saída do servidor, a tendência é daquele serviço tornar-se um posto de trabalho terceirizado.

No entanto, a proposta desse estudo consistiu mais em investigar os trabalhadores terceirizados a serviço da UFV do que, propriamente, a terceirização do trabalho em sentido estrito. Buscou-se identificar como esses sujeitos se caracterizam e ainda como eles acessam os espaços e serviços da cidade e da Universidade. Ou seja, a motivação para a realização desse trabalho pode ser entendida como uma necessidade de conhecer os trabalhadores terceirizados a serviço da UFV, refletir sobre a qualidade de vida desses sujeitos e pensar a cidade por meio da relação desses trabalhadores com o espaço urbano.

O esforço em realizar essa abordagem partiu de inquietações e questionamentos do olhar de um pesquisador que vem acompanhando, nos últimos anos, o formato, a gestão e o cotidiano dos contratos com dedicação exclusiva de mão de obra da Universidade Federal de Viçosa e dos trabalhadores terceirizados a eles vinculados.

Pela abordagem então apresentada, pensar a cidade foi compreender as transformações que nelas ocorreram nas últimas cinco décadas, uma vez que a organização espacial urbana separou os espaços da cidade conforme as condições sociais e econômicas de seus habitantes. Essa moderna e desigual configuração do espaço urbano é marcada pela perda da qualidade de vida dos grupos excluídos, como é percebido pelo acesso limitado ou mesmo pela falta do acesso a serviços públicos básicos ou pela ausência dos grupos excluídos em determinados espaços da cidade.

A cidade mineira de Viçosa, abordada neste estudo, é marcada por uma reorientação de sua atividade econômica, sendo predominantemente agrícola em seus primórdios e se destacando na modernidade com o setor de serviços a fim de atender o polo educacional instalado em seus limites e que faz dela uma cidade média de características ímpares na região.

A federalização da UFV no final da década de 1960 contribuiu na intensificação de uma configuração urbana, a qual Milton Santos (1979) veio a definir por meio de dois subsistemas que se interagem e se complementam no espaço urbano, o circuito superior e o circuito inferior. É a influência de uma realidade nova, a instituição de uma universidade federal, em uma cidade do interior de Minas Gerais marcada por uma realidade tradicional.

Se o circuito superior é caracterizado pela modernização e pela busca desenfreada pelo acúmulo de riquezas, o circuito inferior é marcado por atividades de pequena dimensão e por

agentes urbanos trabalhando para subsistir. Ao compreender o terceirizado, a serviço da UFV, interagindo com esses dois subsistemas, ou circuitos da economia urbana, chega-se à uma condição em que o sujeito vive à margem de duas culturas e duas sociedades, como nos afiançou Milton Santos (1979). E é essa condição que implica nesses sujeitos particularidades em seu componente social e humano, justamente por relacionar com os distintos espaços e subsistemas.

Viçosa, como uma cidade capitalista, apresenta então uma dinâmica desigual de reprodução do espaço urbano que se intensificou com a federalização da UFV, acentuando a formação de espaços segregados e ainda pela exclusão de parcelas da sociedade a serviços e espaços minimamente dignos a serem ofertados pelo poder público. Essa configuração urbana foi propiciada por diferentes agentes urbanos, como nos mostrou Corrêa (2005) ao contribuir para o estudo sobre o potencial desses agentes em produzir e consumir o espaço urbano.

Foi observado que as ações praticadas no espaço urbano evidenciam um movimento de segregação, uma vez que há influência e poder econômico de certos grupos sociais em detrimento de outros. São proprietários fundiários interessados em converter a terra rural em terra urbana, promotores imobiliários se aproveitando do potencial lucrativo dos imóveis urbanos de Viçosa, o Estado atuando de forma omissa e seletiva conforme interesse de certos grupos e indivíduos, reorientando sua atenção para áreas específicas da cidade e os grupos excluídos como os mais afetados pelas ações mercenárias e excludentes dos agentes urbanos anteriormente citados.

Por conseguinte, o então estudo se estruturou em uma categorização dos sujeitos, os trabalhadores terceirizados a serviço da UFV, a fim de se alcançar o objetivo da pesquisa. A pesquisa documental e as entrevistas semiestruturadas realizadas deram suporte para que fossem então analisados e discutidos a caracterização social e espacial dos trabalhadores terceirizados, as condições de trabalho e qualidade de vidas desses sujeitos, bem como o acesso destes aos serviços e espaços da cidade e da Universidade.

Pela caracterização social dos trabalhadores terceirizados percebeu-se uma possível segmentação em dois grupos com suas especificidades que predominam mais em um segmento em relação ao outro e vice-versa. Não há nessa investigação uma pretensão em discriminar essa classe de trabalhadores, a conclusão é puramente analítica ao ter sido trabalhado dados e informações dos componentes sociais relativos aos sujeitos supracitados.

Constatou-se então que os postos de trabalho que exigem maior esforço físico são os menos remunerados e neles predominam os terceirizados de baixa escolaridade, predominam também os terceirizados que se declararam pretos, os do sexo feminino e os mais longevos.

Por outro lado, observou-se que os postos de trabalho com atribuições mais voltadas ao atendimento ao público ou ainda com atribuições de esforço físico que exigem maior conhecimento e experiência, são melhores remunerados, nesses postos predominam os trabalhadores com nível médio e superior de escolaridade, predominam a maioria dos declarados brancos, do sexo masculino e é nesse segmento que há maior presença dos terceirizados mais jovens.

Pela caracterização espacial foi visto que a grande maioria dos trabalhadores terceirizados, a serviço da UFV, é natural de Viçosa e de municípios de sua microrregião, a maioria provém do meio urbano, enquanto a menor parte, proveniente da zona rural, é composta por trabalhadores que ocupam postos de trabalho de atividades comuns desse espaço, como os auxiliares de jardinagem, os auxiliares agropecuários e os serventes de limpeza. Como a grande maioria dos terceirizados residem no município de Viçosa, observou-se uma forte concentração desses sujeitos nos bairros e distritos mais periféricos. Constatou-se também que a pequena parcela dos trabalhadores residentes nos bairros da porção central do município são os que ocupam, predominantemente, os postos de trabalho mais remunerados.

Analisadas as condições de trabalho e qualidade de vida dos trabalhadores terceirizados, a serviço da UFV, foi visto que a desvalorização do trabalho prestado motiva a maioria dos terceirizados a buscar serviços informais remunerados em seu tempo de descanso para complementar a renda mensal familiar, situação que reduz seu tempo que poderia ser destinado à família, ao lazer, à prática de esporte, entre outras atividades. Considerando ainda que a maioria desses trabalhadores cumprem jornadas de trabalho mais extensas e trabalham com tarefas que exigem maior esforço físico, conseqüentemente, ficam mais propensos às moléstias profissionais, não obstante já ficarem mais propensos aos acidentes de trabalho.

A instabilidade no emprego é um outro agravante na qualidade de vida do trabalhador terceirizado, uma vez que a ameaça subjetiva da demissão decorre do medo em ser demitido por fatores que independem da alta produtividade e qualidade dos serviços, como as situações de reduções no orçamento da Universidade. Soma-se a isso os casos não isolados de constrangimento que sofrem no exercício do trabalho, foram nítidas as declarações que remetem à invisibilidade, à indiferença e à inferioridade por eles relatadas, ou desabafadas, situações essas que corroboram na subjetividade de excluído por esses trabalhadores, afetando seu componente humano e sua qualidade de vida.

Ao explorar o acesso dos terceirizados aos serviços e espaços da cidade e da Universidade constou-se que a relação deles com esses espaços e serviços ocorrem de forma precária, limitada, restrita ou inexistente. Inexistente pelo fato de muitos bairros não terem

espaços próprios para atividades de esporte e lazer, alguns sequer possuem praças. Foi relatada por muitos trabalhadores a precariedade com o transporte público coletivo, com os serviços de saúde pública, em especial o ofertado pelos dois únicos hospitais de Viçosa e ainda com os serviços de limpeza urbana, asfaltamento e drenagem e manejo de águas pluviais que ficam mais precários quanto mais afastado do centro for o bairro ou o distrito. É limitada a oferta de instituições escolares para os filhos dos trabalhadores que, muitas vezes, precisam recorrer a instituições de outros bairros.

Observou-se que a presença limitada desses sujeitos nos eventos, festividades e demais opções de lazer oferecidos pela cidade e pela Universidade ocorre pelo próprio formato do trabalho precarizado por eles vivenciados e que, somado aos serviços prestados em seu período de descanso, inviabilizam uma vida social mais efetiva. Assim, não há nesse caso uma limitação imposta, mas uma limitação intrínseca à relação de trabalho precarizada a qual estão vinculados.

O acesso restrito foi percebido pelos espaços e serviços fornecidos pela UFV, que são em sua maioria destinados aos estudantes e servidores da Instituição. A indignação maior, e claramente percebida pelos trabalhadores terceirizados, ocorre pela restrição deles ao uso dos serviços ofertados pela Divisão de Saúde da Universidade. Em muitos a insatisfação se evidencia mais pelo tratamento diferenciado do que por não ter o acesso aos serviços.

Observou-se, contudo, que a conformação dos terceirizados pelas condições de trabalho, pelo sentimento de inferioridade e de exclusão, pela dificuldade no acesso a certos espaços e serviços reforçam sua subjetividade de excluído, mas não elimina suas frustrações. A conformação, a subjetividade de excluído, afeta a dignidade do trabalhador, afeta sua qualidade de vida e sua forma de se relacionar nos espaços de seu trabalho e da cidade.

Não se pretende aqui fazer uma crítica depreciativa à UFV ou a administração pública em geral, como contratante dos serviços, quanto à uma esperada obrigatoriedade de inserir de forma mais efetiva o pessoal terceirizado em seu planejamento institucional, mas não se dispensa o chamado para uma reflexão da relevância que poderia ser para a própria Instituição promover uma integração e introdução desses sujeitos aos espaços e serviços por ela ofertados e simultaneamente pensar práticas que possam contribuir na qualidade de vida desses sujeitos.

Espera-se que este trabalho tenha contribuído para o reconhecimento dos trabalhadores terceirizados que prestam serviço à UFV, para a compreensão das situações de trabalho e da relação desses trabalhadores com o meio que interagem cotidianamente e da situação quanto ao acesso destes, algumas vezes conflituoso, aos serviços e espaços da cidade e da Universidade. De forma a apreender tais conflitos territoriais como decorrentes da atuação de

diferentes agentes urbanos que agiram e agem, direta ou indiretamente, prejudicando o acesso dos grupos excluídos aos espaços e serviços mencionados, bem como na condição de moradia e da estrutura dos bairros e comunidades que residem grande parte dos terceirizados.

Por fim, a caracterização espacial realizada sobre esses trabalhadores ilustrou, nessa investigação, a forma como o espaço urbano de Viçosa foi sendo produzido, em especial com a federalização da UFV. Evidenciou-se a partir desse marco histórico na cidade uma segregação socioespacial pela formação simbólica de áreas desiguais dentro do espaço urbano, uma segregação residencial pela atenção diferenciada do poder público aos bairros populares comparados aos bairros da porção central ou ainda pelos numerosos condomínios residenciais verticais e horizontais localizados, principalmente, nas proximidades das grandes instituições de ensino superior da cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, Luis Francisco Abreu. **O marco normativo da precarização do trabalho no Brasil: Entre a contenção e a permissão**. Juiz de Fora: Revista Discentes do Programa de Pós-Graduação em História – UFJF, vol. 3. 2017.

ALVES, Giovani. Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho – o Brasil nos anos noventa. In: TEIXEIRA, F. J. S.; OLIVEIRA, M. A. de. (Org.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. Fortaleza: Cortez, 1998.

_____. **Terceirização: o futuro do trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Trabalho, Educação e Saúde, 2017.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith.; GEWANDSZNAJDER, Fernando. Revisão da bibliografia. In: **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2002.

AMORIM, Helder Santos. **Terceirização no serviço público: uma análise à luz da nova hermenêutica constitucional**. São Paulo: LTr, 2009.

ANDRADE, Ítala Luzia de. **Aplicação do modelo de zoneamento morfológico-funcional para o estudo do espaço intraurbano de cidades médias: análise da cidade de Viçosa-MG**. 75p. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Curso de Geografia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Viçosa (MG), 2015.

ANTUNES, Ricardo. **Século XXI: Nova era da Precarização estrutural do Trabalho?** São Paulo: Fundacentro – Seminário Nacional de Saúde Mental e Trabalho, 2008.

_____. **Adeus ao Trabalho: ensaios sobre as metamorfoses e centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: CORTEZ Editora, 1995.

_____. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

_____.; DRUCK, Graça. **A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra**. Rio de Janeiro: O Social em Questão, 2015.

BARDIN, Laurance. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, Samarane Fonseca de Souza. **Análise comparativa de três cidades médias mineiras: Ponte Nova, Viçosa e Ubá no contexto da rede urbana da Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora/MG**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Juiz de Fora, Departamento de Geociências. Juiz de Fora, 2020.

BRASIL. **Decreto nº 2.271, de 07 de julho de 1997**. Dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2271.htm>. Acesso em 07 de junho de 2021.

_____. **Decreto nº 9.262, de 09 de janeiro de 2018**. Extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal, e veda abertura de concurso público e provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9262.htm>. Acesso em 08 de junho de 2021.

_____. **Decreto nº 9.741, de 29 de março de 2019**. Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo Federal para o exercício de 2019 e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9741>. Acesso em 11 de agosto de 2021.

_____. **Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967**. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm>. Acesso em 26 de maio de 2021.

_____. **Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970**. Estabelece diretrizes para a classificação de cargos do Serviço Civil da União e das autarquias federais e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5645.htm>. Acesso em 26 de maio de 2021.

_____. **Lei nº 6.019, de 03 de janeiro de 1974**. Dispõe sobre o Trabalho Temporário nas Empresas Urbanas e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6019.htm>. Acesso em 26 de maio de 2021.

_____. **Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983**. Dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7102>. Acesso em 27 de maio de 2021.

_____. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefício da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm>. Acesso em 23 de junho de 2021.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em 06 de setembro de 2022.

_____. **Lei nº 9.632, de 07 de maio de 1998.** Dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19632.htm>. Acesso em 07 de junho de 2021.

_____. **Lei Complementar nº 194, de 23 de junho de 2022.** Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), para considerar bens e serviços essenciais os relativos aos combustíveis, à energia elétrica, às comunicações e ao transporte coletivo, e as Leis Complementares nºs 192, de 11 de março de 2022, e 159, de 19 de maio de 2017. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp194.htm>. Acesso em 27 de outubro de 2022.

_____. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.** Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf>>. Acesso em 06 de junho de 2021.

_____. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017.** Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20239255/do1-2017-05-26-instrucao-normativa-n-5-de-26-de-maio-de-2017-20237783>. Acesso em 24 de agosto de 2021.

BITOUN, Jan. **Tipologia das cidades brasileiras e políticas territoriais: pistas para reflexão.** In: BITOUN, Jan; MIRANDA, Lívia. (Orgs.). Desenvolvimento e cidades no Brasil: contribuições para o debate sobre as políticas territoriais. Recife: FASE, 2009, p. 17-44.

BUFFA, Ester; PINTO, Gelson de Almeida. **Arquitetura, Urbanismo e Educação: Campi Universitários Brasileiros.** Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, Brasil, Artigo científico, p. 03-14, 2006.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros; Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo.** São Paulo, SP: Editora USP, 2000.

CARELLI, Rodrigo de Lacerda. **Terceirização e direitos trabalhistas no Brasil.** In: DRUCK, G; FRANCO, T. (Org.). A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização. São Paulo. Boitempo, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandrini. **O Consumo do Espaço.** In: Novos Caminhos da Geografia. São Paulo: Contexto, 1999.

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva.; MATOS, Ralfo Edmundo da Silva. **A geografia histórica da ocupação da Zona da Mata mineira: acerca do mito das “áreas proibidas”.**

In: Anais do Seminário de Diamantina, 2010. Disponível em: <<https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2010/D10A081.pdf>>. Acessado em 28 mai. de 2022.

CARVALHO, Laura. **Valsa Brasileira: Do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 1ª ed., 2018.

CARVALHO, Vanderlei Souza. **Imprensa e neoliberalismo no Brasil (1995-1998): o posicionamento da revista Veja no primeiro governo FHC**. 2002. Dissertação (Mestrado) – Unicamp, Campinas, 2002.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. Trad. Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316. (Coleção Sociologia).

Centro de Promoção do Desenvolvimento Sustentável-CENSUS. **Retrato Social de Viçosa V**. Disponível em: <<https://silo.tips/download/retrato-social-de-viosa>>. Acesso em 05 de maio de junho de 2021.

Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística-IBGE *População ocupada*: IBGE, Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) 2019 (data de referência: 31/12/2019), IBGE. **Estimativa da população 2019 com data de referência 01 de julho de 2019**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/vicosa/panorama>>. Acesso em 18 de julho de 2021.

CHESNAIS, François. **A mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COELHO, D. D. **Da fazenda ao bairro: a construção de uma nova Viçosa (1970-2000)** 2013, 113p. Dissertação (Monografia em Geografia) Curso de Geografia. Departamento de Geografia, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2013.

CONTIM, Ana Luisa; VIEIRA, Érico Douglas. **Expressões do Sofrimento dos Invisíveis: Subjetividade e Exclusão Social**. Goiânia: Revista UFG, v.21: e21.70348, 2021.

CORIAT, Benjamin. **Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização**. Rio de Janeiro: Revan/UFRJ, 1994.

CORRÊA, M. B. **Reestruturação produtiva e industrial**. In: A. D. Cattani (Org.). *Trabalho e Tecnologia*: Dicionário Crítico. Petrópolis: Vozes, 1997.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 6ª edição. São Paulo: Ática, 2005.

DARDOT, Pierre.; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Frank Stephen. **Terceirização e multifuncionalidade: idéias práticas para a melhoria da produtividade e competitividade da empresa**. São Paulo: STS, 1992.

DELGADO, G. N. **Terceirização: paradoxo do direito do trabalho contemporâneo**. São Paulo. LTr, 2003.

DELGADO, G. N. e AMORIM, H.S. **Os Limites Constitucionais da Terceirização**. São Paulo: LTR, 2014.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Os trabalhadores frente à terceirização**. Pesquisa Dieese, n.7. São Pulo: Dieese, 1993.

_____. **Rotatividade e políticas públicas para o mercado de trabalho**. São Paulo: Dieese, 2014. Disponível em: < <https://www.dieese.org.br/livro/2014/livroRotatividade.pdf>>.

DIRETORIA DE GOVERNANÇA INSTITUCIONAL. **Gestão de Contratos – Controle de Contratos Ano 2021**. Disponível em: <<https://dgi.ufv.br/gestao-de-contratos/>>. Acesso em 10 de outubro de 2022.

DINIZ, Leidiane Francisco; CAMPOS, Maurício. **O trabalho contemporâneo e a subjetividade do trabalhador**. Goiânia: Revista UFG, v. 17, n. 21, 2017.

DIRETORIA DE MATERIAL. **Download de contratos de mão de obra exclusiva**. Disponível em: <<https://www.dmt.ufv.br/download-de-contratos-de-mao-de-obra-exclusiva/>>. Acesso em 16 de janeiro de 2022.

DRUCK, Marias das Graça. **Terceirização: (des)fordizando a fábrica; um estudo do complexo petroquímico**. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. **A terceirização no serviço público brasileiro: instrumento de privatização do Estado**. Cadernos da Reforma Administrativa, Caderno nº 17. Brasília: Fonacate, 2021.

_____. **O Estado neoliberal no Brasil: a ideologia do empreendedorismo e o fim dos servidores públicos**. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 11, n. 3, set. - dez. 2021, pp. 821-844.

_____. **Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?** Caderno CRH (Centro de Recursos Humanos), Salvador, vol. 24, n 1, 2011, p. 37-57.

_____; BRASUALDO, Victoria; DROPPA, Alisson. **As Metamorfoses da Terceirização da América Latina: uma abordagem interdisciplinar sobre os conceitos, a partir de distintas realidades empíricas**. Caderno CRH, vol. 34. Salvador: UFBA, 2021.

_____ ; SENA, Jeovana; PINTO, Marina Morena; ARAUJO, Sâmia. **A Terceirização no Serviço Público: particularidades e implicações.** In A. Gambier (Org.) *Terceirização do trabalho no Brasil: novas e distintas perspectivas para o debate* (pp. 115-144). Brasília: Ipea, 2018.

FIGUEIREDO, Marcelo., et al. **Reestruturação produtiva, terceirização e relações de trabalho na indústria petrolífera offshore da Bacia de Campos (RJ).** *Revista Gest. Produção*, São Carlos, 2007.

FIORI, J. L. **O vôo da coruja. Uma leitura não liberal da crise do Estado desenvolvimentista.** Rio de Janeiro: Eduerj, 1995.

FLEURY, Afonso. **Novas tecnologias, capacitação tecnológica e processo de trabalho: comparações entre o modelo japonês e o brasileiro.** In: HIRATA, Helena (Org.). *Sobre o “modelo” japonês: automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho* (pp. 23-30). São Paulo: USP, 1993.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade.** São Paulo: Abril Cultural, 1984.

G1 Zona da Mata. **Pintor morre após cair do 4º andar de prédio da Universidade Federal de Viçosa.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/pintor-morre-apos-cair-do-4-andar-de-predio-da-universidade-federal-de-vicosa.ghtml>>. Acesso em 16 de setembro de 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades: uma revisão histórica dos principais autores e obras que refletem esta metodologia de pesquisa em Ciências sociais.** *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63. Mar./Abr. 1995.

GODOY, Cláudia Guimarães; MASCARENHAS, Mônica Cristina Karl; PINTO, Sylvia Regina Caldas Ferreira. **Ética e relações interpessoais entre servidores e terceirizados.** (Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização). Brasília: Fundação Instituto de Administração, 2007.

GOMIDE, Tarcísio. **UFV: esboço de uma síntese histórica.** Viçosa: Editora UFV, 1996.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel.** São Paulo: Boitempo, 1999.

GROUL X, L.H. **Contribuição da pesquisa qualitativa à pesquisa social.** In: POUPART, J. et all. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.* Petrópoles: Vozes, 2008.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2000.

_____. **O enigma do capital: E as Crises do Capitalismo**; Tradução João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

_____. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo, SP: Boitempo, 2016.

HIRATA, Helena. **Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão**. CADERNO CRH, Salvador, v. 24, n. spe 01, p. 15-22, 2011.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Ed. 34, 2003.

IANNI, Octávio. **Globalização e Neoliberalismo**. São Paulo em Perspectiva, 12(2) 1998.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Terceirização do Trabalho no Brasil: novas e distintas perspectivas para o debate**. Brasília: Ipea, 2018.

Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística-IBGE. *População estimada*: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Estimativas da população residente com data de referência 10 de outubro de 2022**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/vicosa/panorama>>. Acesso em 10 de outubro de 2022.

Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística-IBGE *População ocupada*: IBGE, Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) 2019 (data de referência: 31/12/2019), IBGE. **Estimativa da população 2019 com data de referência 01 de julho de 2019**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/vicosa/panorama>>. Acesso em 18 de julho de 2021.

JORGE, Heber Reboças. **Terceirizar, flexibilizar, precarizar: um estudo crítico sobre a terceirização do trabalho**. Campinas, SP: [s. n.], 2011.

KREIN, José Dari; OLIVEIRA, Roberto Vêras de; FILGUEIRAS, Vitor Araújo; **Reforma Trabalhista no Brasil: promessas e realidade**. Campinas: Curt Nimuendajú, 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, João Heraldo. **Café e indústria em Minas Gerais (1870-1920)**. Petrópolis: Vozes, 1981.

LOBATO, Márcia Regina. **O controle jurídico e civilizatório da terceirização no Brasil à luz da Lei n. 13.429, de 31 de março de 2017**. Revista Fórum justiça do trabalho, v. 34, n. 405, p. 31-48, set. 2017, p. 31.

LOPES, Ana Luiza Szuchmacher Veríssimo; SILVA, José Roberto Gomes da. **Casos de terceirização e a influência sobre o contrato psicológico de profissionais de TI**. Revista Gestão, 2008.

MANDEL, Ernest. **A Crise do Capital**. São Paulo, Ensaio – Campinas, Edunicamp, 1990.

MATTOS, Marcelo Badaró. **A classe trabalhadora: uma abordagem contemporânea à luz do materialismo histórico**. Revista Outubro. Nº 21, 2º semestre 2013.

MÉSZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Para além do Capital**. São Paulo: Boitempo/Unicamp, 2002.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Painel de Informações no Novo CAGED, para o município de Viçosa-MG**. Disponível em: <<https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br>>. Acesso em 25 de novembro de 2022.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. **Modernidade e Ética: Um desafio para vencer a lógica perversa da nova exclusão**. Revista Proposta. V. 23, N. 01, P. 24-28, Abr/Jun. 1995.

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e a ofensiva neoliberal**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 1995.

NETTO, Marcos Mergarejo; DINIZ, Alexandre. **A estagnação sócio-econômica da Zona da Mata de Minas Gerais: uma abordagem geohistórica**. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina Anais. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005, pp. 9342-9367.

OLIVEIRA, Marco A. (Coord.) **Terceirização: estruturas e processos em xeque nas empresas**. São Paulo: Nobel, 1994.

PATTON, Michael Quinn. **Qualitative Evaluation and Research Methods**. 2. ed. Newbury Park, CA: Sage Publications, Inc. 1990.

PANIAGO, Maria do Carmo Tafuri. **Viçosa - Mudanças sócio culturais; evolução histórica e tendências**. Viçosa, MG: UFV, 1990.

PEDROSA, Manuel Xavier de Vasconcellos. **Zona silenciosa da historiografia mineira – A Zona da Mata**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte, N.9, pp. 189-230, 1962.

POCHMANN, Marcio. **A década dos mitos: o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

PRÓ-REITORIA DE PLANEJMANETO E ORÇAMENTO. **UFV Em Números 2022 – Ano base 2021**. Disponível em: <<https://ppo.ufv.br/wp-content/uploads/2022/05/UFV-EM-NU%CC%81MEROS-2022.pdf>>. Acesso em 10 de outubro de 2022.

QUEIROZ, Carlos Alberto Ramos Soares de. **Manual de terceirização: como encontrar os caminhos para a competitividade, com a flexibilidade empresarial e atendimento do mercado, ganhando da concorrência e satisfazendo os anseios e interesses dos consumidores**. 8. ed. São Paulo: STS, 1996.

RAMIRES, Júlio César de Lima. **A Verticalização do Espaço Urbano da Cidade de Uberlândia: Uma Análise da Produção e do Consumo da Habitação**. 1998. 310f. Dissertação (Doutorado em Geografia Humana). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

RIBEIRO FILHO, Geraldo Browne. **A Formação do espaço construído: cidade e legislação urbanística em Viçosa, MG**. 1997. 244p. Dissertação (Mestrado em Urbanismo), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Rio de Janeiro, 1997.

ROBERTO, Rúbia Fonseca. **O programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais: o caso REUNI na Universidade Federal de Viçosa**. APGS, vol. 03, n. 3, pp. 300 – 323, jul./set., 2011.

RUBIN, Herbert J. & RUBIN, Irene Sharp. **Qualitative interviewing: the art of hearing data**. Londres: Sage Publications, 1995.

SALVINO, M. R.; FERREIRA, S. R. **Terceirização de serviços na administração pública e responsabilidade trabalhista**. Porto Alegre: Revista NOVATIO IURIS, 2009.

SANTOS, Ana Maria Corrêa dos. **Sociabilidade e ajuda mútua na periferia urbana de Viçosa, Minas Gerais**. 1991. 351p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Economia Rural, Viçosa-MG, 1991.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SAYAD, João. **Observações sobre o Plano Real**. Estudos Econômicos. Vol. 25, n. Especial, pp. 7-24, São Paulo, 1995.

SCHWARTZMAN, Simon. **A Abertura Política e a Dignificação da Função Pública**. Revista do Serviço Público, volume 2, pp. 43-58, 1984.

SCHOR, Tatiana. **As cidades invisíveis da Amazônia brasileira**. Mercator. V.12, N. 28, pp. 67-84, 2013.

SELLTIZ, Claire et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Herder, 1971.

SILVA, Médelin Lourena. **Segregação Sócio espacial e Periferia Urbana na cidade de Viçosa – MG, o caso do bairro de Nova Viçosa – década de 1970 até a atualidade.** 2010, 57p. Dissertação (Monografia em Geografia) Curso de Geografia. Departamento de Geografia, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2010.

_____. **Expansão da Cidade de Viçosa (MG): a dinâmica centro-periferia.** 149p. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Espírito Santo, Departamento de Geografia, Vitória – ES, 2014.

SINGER, Paul. **O Uso do Solo Urbano na Economia Capitalista.** In: MARICATO, Ermínia (org). *A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial.* 2 ed. São Paulo: Alfa&Omega, 1982.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço.** NAVARRO, Eduardo de Almeida. (Trad.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOJA, Edward William. **Postmetropolis: critical studies of cities and regions.** Cornwall: MPG Books Ltd. 2001.

SOUZA, Elaine Silva de. **A “maquiagem” do trabalho formal: um estudo do trabalho das mulheres terceirizadas no setor de limpeza na Universidade Federal da Bahia.** 2012. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia de Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

SOUZA, Jessé de. **A Elite do Atraso: Da Escravidão a Bolsonaro.** Rio de Janeiro: Editora Estação Brasil, 2019.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teórico e Metodológico da Geografia.** Hucitec. São Paulo, 1988.

THÉBAUD-MONY, Annie; DRUCK, Graça. “Terceirização: a erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil”. In: FRANCO, Tânia & DRUCK, Graça (Orgs.). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização.** São Paulo: Boitempo, 2007.

TRINDADE, Rafael Andrade; REIS, Ana Lúcia Pallegriani Pessoa dos; JACINTO, Pablo Mateus dos Santos; SANTOS, José Geraldo dos Reis. **Psicodinâmica do trabalho de terceirizados em uma universidade pública.** Palmas: Trabalho (En)Cena, 2021.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELOS, Isabella Freitas Gouveia; VASCONCELOS, Flávio Carvalho de; MASCARENHAS, André Ofenheim. **Batom, pó de arroz e microchips: o falso paradoxo entre as dimensões masculina e feminina na organização e gestão de pessoas.** Revista O & S, 2004.

VIÇOSA URGENTE. **Eletricista morre eletrocutado na zona rural de Coimbra.** Disponível em: <<https://www.vicosaurgente.com.br/noticia/eletricista-morre-eletrocutado-na-zona-rural-de-coimbra/>>. Acesso em 16 de setembro de 2021.

ZACCHI, Raquel Callegario. **Processo de verticalização da área central da cidade de Viçosa (MG) (1970-2007).** Monografia. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2009.

APÊNDICE A

Roteiro de Questões Para a Entrevista

Bloco 1 – Identificação do Entrevistado

1. Há quanto tempo trabalha como funcionário terceirizado para a UFV?
2. Você trabalhou antes de ser funcionário a serviço da UFV? Em qual setor?
3. Você foi criado na cidade ou no campo?
4. Há oportunidades de trabalho de onde você vem?
5. Seus familiares (pais e irmãos) são ou foram trabalhadores registrados?

Bloco 2 - Precarização do Trabalho

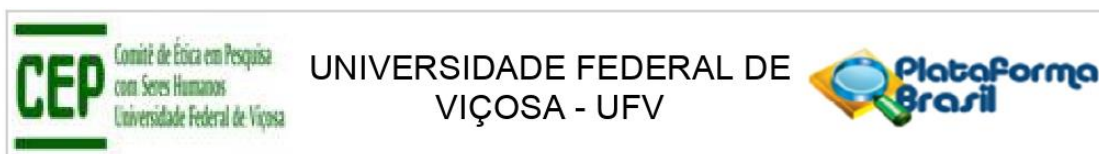
6. Você contribui com a renda familiar? Em que medida? Você recebe seu salário e vale alimentação em dia?
7. Você presta outros serviços em seu tempo livre do trabalho na UFV?
8. Você já teve problemas de saúde ou se sentiu mal de forma que possa ter sido causado pelo seu trabalho atual? Por exemplo: dor muscular, dor de cabeça, etc.
9. Você já se afastou do serviço para tratamento de saúde? Se sim, você acha que teve alguma relação com o trabalho que você realiza?
10. Você já sofreu algum acidente durante seu serviço aqui na UFV?
11. Qual motivo você considera mais comum de demissão aqui na UFV? Você se sente ameaçado em ser demitido?
12. Você sente que é tratado de forma diferente por ser funcionário terceirizado, seja dentro ou fora da UFV? Você já sofreu algum constrangimento no seu trabalho?

Bloco 4 – Qualidade de Vida

13. O que o trabalho e as condições de antes de vir para UFV tinham que você sente falta? E o que o seu trabalho atual tem que você não tinha em outros trabalhos?
14. Qual meio de transporte você utiliza para chegar ao trabalho? Qual o tempo do trajeto de sua casa até o trabalho? Você tem dificuldades com seu meio de transporte?

15. Você tem filhos em período de amamentação ou em idade escolar? Há oferta no seu bairro de creches e escolas para seus filhos?
16. Você já precisou de serviços de saúde ou odontológicos? Como avalia a qualidade do serviço?
17. No bairro que você mora são fornecidos serviços públicos como água e esgoto encanados, iluminação pública, asfaltamento, entre outros? Tem algum serviço público no seu bairro que você considera precário ou que não é oferecido e você precisa?
18. Você frequenta espaços de esporte, lazer e cultura da cidade e da universidade? Por exemplo, cinema, casas noturnas, museus, quadras de esporte da UFV, etc.
19. Você participa de eventos e festividades na cidade e na universidade? Por exemplo, apresentações artísticas, cantata de natal, peças teatrais, palestras, Semana do Fazendeiro, etc.
20. Qual benefício que os servidores da UFV possuem que você gostaria de ter?
21. O que você acha que poderia ajudar a melhorar as condições do seu trabalho? O que você acha que poderia ajudar a melhorar a sua vida fora do trabalho?
22. Você possui algum projeto para o futuro? Por exemplo, estudar, fazer uma viagem, trocar de emprego, abrir um próprio negócio.
23. O que lhe motivou a aceitar o convite em participar da entrevista? Como você se sentiu sendo entrevistado?

ANEXO I – PARECER CEP/UFV



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: TERCEIRIZAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA E SUAS IMPLICAÇÕES SOBRE A SUBJETIVIDADE E AS CONDIÇÕES DOS

Pesquisador: TADZIO PETERS COELHO

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 53328721.4.0000.5153

Instituição Proponente: Departamento de Geografia

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.291.373

Apresentação do Projeto:

O presente protocolo foi enquadrado como pertencente à Grande Área 7. Ciências Humanas. Segundo Formulário Online “Através de uma abordagem qualitativa, os materiais e métodos usados para executar os objetivos ocorrerão a partir da pesquisa teórica, da pesquisa documental e da realização de entrevistas semiestruturadas. A pesquisa teórica a prover o presente estudo consistirá em contextualizar a terceirização nos eventos econômicos e políticos no mundo, na segunda metade do século XX, a legitimação dessa moderna forma de organização do trabalho no Brasil e sua adoção pela Universidade Federal de Viçosa. Na pesquisa documental, as informações documentais terão a finalidade de caracterizar o município de Viçosa - Minas Gerais e ainda a Universidade Federal de Viçosa; posteriormente obter informações a respeito da terceirização do trabalho nesta Instituição, tais como o histórico dos processos de contratação de mão de obra terceirizada, os primeiros cargos terceirizados e a evolução do quantitativo de terceirizados nas duas primeiras décadas deste século; por fim, a pesquisa documental serão pesquisados e apurados as fichas admissionais dos funcionários terceirizados, destes documentos espera-se obter informações referentes ao cargo contratado, remuneração, benefícios e adicionais, residência em Viçosa ou outro município, escolaridade, idade, gênero e cor, ressaltado que os nomes dos funcionários não serão constados na pesquisa a fim de manter a integridade dos sujeitos. Para a construção da pesquisa será utilizada a entrevista semiestruturada como método para a produção de informações através dos funcionários terceirizados, dada a condição dessa

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes

Bairro: Campus Universitário

CEP: 36.570-977

UF: MG

Município: VICOSA

Telefone: (31)3612-2316

E-mail: cep@ufv.br



Continuação do Parecer: 5.291.373

ferramenta de propiciar uma interação mais direta com os sujeitos pesquisados, principalmente, pelo contato do entrevistador com o entrevistado, permitindo ao pesquisador aprofundar mais nos assuntos abordados ou mesmo direcionar a entrevista para outros assuntos. A intenção é iniciar essa fase da pesquisa no mês de dezembro de 2021, e considerando o contexto da pandemia e pensando nos protocolos de biossegurança, pretende-se realizara entrevista semiestruturada presencialmente, considerando que no mês de dezembro todos os funcionários terceirizados à serviço da Universidade Federal de Viçosa já terão recebido a segunda dose da vacina contra COVID-19, conforme calendário de vacinação, uma vez que o último grupo de funcionários (faixa etária de 18 a 32) foram vacinados com a primeira dose no dia de 24 de junho de 2021. Para tanto, as entrevistas serão realizadas em espaço aberto ou uma sala ampla para que entrevistador e entrevistado mantenham o distanciamento e fazendo uso de álcool e suas máscaras. Espera-se realizar a entrevista em pelo menos 10% dos funcionários terceirizados da Universidade Federal de Viçosa, o que corresponde a um quantitativo mínimo de cinquenta e seis funcionários entrevistados. Estes serão consultados antecipadamente sobre o interesse em participar da pesquisa e aos interessados serão agendados a data e o horário e para os casos de entrevista presencial será definido também o local. As perguntas semiestruturadas, que direcionarão as entrevistas consistem em informações referentes às condições de trabalho, seja por parte da empresa que esteja contratado ou por parte do ambiente de trabalho; à segurança afetiva que o vínculo empregatício em serviço à UFV possa trazer; às situações percebidas de controle e influência de certos grupos, indivíduos ou fenômenos que venham a ocorrer, tais como restrições orçamentárias; aos relacionamentos interpessoais e relações com o espaço físico do trabalho e entorno, e a percepção do espaço do trabalho por meio de elementos distintos, talvez exclusivos, que possam ser coletivamente apreciados ou repudiado”.

Objetivo da Pesquisa:

Segundo formulário online: Objetivo primário: “Investigar as condições do trabalho terceirizado na Universidade Federal de Viçosa e os efeitos da terceirização no desenvolvimento da subjetividade e na formação de sua identidade pelas relações do trabalho “Objetivos secundários: “Avaliar as condições do trabalho terceirizado na UFV partindo das hipóteses de desvalorização e precarização do trabalho na Instituição;- Analisar os possíveis elementos que implicam a condição da subjetividade pelo trabalhador terceirizado;- Investigar fatores da terceirização presente na UFV que possam contribuir na formação de identidade do funcionário terceirizado pelas relações do trabalho”.

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
Bairro: Campus Universitário **CEP:** 36.570-977
UF: MG **Município:** VICOSA
Telefone: (31)3612-2316 **E-mail:** cep@ufv.br



Continuação do Parecer: 5.291.373

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo formulário online: Riscos: “não conseguir conciliar dias e horários para entrevistar o número mínimo esperado de funcionários terceirizados; - Os funcionários entrevistados deixarem de relatar informações relevantes por receio de sua fala lhe prejudicar, de alguma forma, no emprego; - O Comitê de Ética de Pesquisas com Seres Humanos não aprovar a realização das entrevistas de forma presencial.”. Benefícios: segundo o pesquisador dentre os benefícios se encontram “melhor compreensão de como se estabelecem e se configuram as relações do trabalho terceirizado; - Permitir aos funcionários terceirizados expor suas narrativas e sua perspectiva social quanto às condições do trabalho terceirizado; - Obter dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social dos funcionários terceirizados”. Com relação os benefícios, estes atendem as exigências contidas na Resolução CEP 466/12.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Nesta pesquisa que se enquadra como pertencente à Grande Área 7. Ciências Humanas, busca-se investigar as condições do trabalho terceirizado na Universidade Federal de Viçosa e os efeitos da terceirização no desenvolvimento da subjetividade e na formação de sua identidade pelas relações do trabalho. Através de uma abordagem qualitativa, os materiais e métodos usados para executar os objetivos ocorrerão a partir da pesquisa teórica, da pesquisa documental e da realização de entrevistas semiestruturadas. A pesquisa teórica a proferir o presente estudo consistirá em contextualizar a terceirização nos eventos econômicos e políticos no mundo, na segunda metade do século XX, a legitimação dessa moderna forma de organização do trabalho no Brasil e sua adoção pela Universidade Federal de Viçosa. Na pesquisa documental, as informações documentais terão a finalidade de caracterizar o município de Viçosa - Minas Gerais e ainda a Universidade Federal de Viçosa; posteriormente obter informações a respeito da terceirização do trabalho nesta Instituição, tais como o histórico dos processos de contratação de mão de obra terceirizada, os primeiros cargos terceirizados e a evolução do quantitativo de terceirizados nas duas primeiras décadas deste século; por fim, a pesquisa documental serão pesquisados e apurados as fichas admissionais dos funcionários terceirizados, destes documentos espera-se obter informações referentes ao cargo contratado, remuneração, benefícios e adicionais, residência em Viçosa ou outro município, escolaridade, idade, gênero e cor, ressaltado que os nomes dos funcionários não serão constados na pesquisa a fim de manter a integridade dos sujeitos. Para a construção da pesquisa será utilizada a entrevista semiestruturada como método para a produção de informações através dos funcionários terceirizados, dada a condição dessa ferramenta de propiciar uma interação mais direta com os sujeitos pesquisados, principalmente, pelo contato do

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
Bairro: Campus Universitário **CEP:** 36.570-977
UF: MG **Município:** VICOSA
Telefone: (31)3612-2316 **E-mail:** cep@ufv.br



Continuação do Parecer: 5.291.373

entrevistador com o entrevistado, permitindo ao pesquisador aprofundar mais nos assuntos abordados ou mesmo direcionar a entrevista para outros assuntos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O pesquisador apresenta os seguintes termos: - Folha de rosto - Projeto de pesquisa - Formulário online – Cronograma - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido modificado – Carta-resposta- Roteiro de entrevista

Recomendações:

Não se aplica.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Ao término da pesquisa é necessário apresentar, via notificação, o Relatório Final (modelo disponível no site www.cep.ufv.br). Após ser emitido o Parecer Consubstanciado de aprovação do Relatório Final, deve ser encaminhado, via notificação, o Comunicado de Término dos Estudos para encerramento de todo o protocolo na Plataforma Brasil.

Projeto aprovado autorizando o início da coleta de dados com os seres humanos a partir da data de emissão deste parecer.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1814767.pdf	21/02/2022 16:57:29		Aceito
Cronograma	Cronograma_Modificado.pdf	21/02/2022 16:56:32	MATHEUS HUDSON VIANA LOURENCO	Aceito
Outros	Carta_Resposta.pdf	07/01/2022 15:03:54	MATHEUS HUDSON VIANA LOURENCO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Modificado.pdf	07/01/2022 14:59:41	MATHEUS HUDSON VIANA LOURENCO	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	08/11/2021 10:07:41	MATHEUS HUDSON VIANA LOURENCO	Aceito

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
Bairro: Campus Universitário **CEP:** 36.570-977
UF: MG **Município:** VICOSA
Telefone: (31)3612-2316 **E-mail:** cep@ufv.br



Continuação do Parecer: 5.291.373

Outros	RoteiroEntrevista.docx	07/10/2021 14:22:22	MATHEUS HUDSON VIANA LOURENCO	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRosto.pdf	07/10/2021 13:52:43	MATHEUS HUDSON VIANA LOURENCO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	08/09/2021 11:41:46	MATHEUS HUDSON VIANA LOURENCO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	08/09/2021 11:35:58	MATHEUS HUDSON VIANA LOURENCO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

VICOSA, 15 de Março de 2022

Assinado por:
Guilherme de Azambuja Pussieldi
(Coordenador(a))

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
Bairro: Campus Universitário **CEP:** 36.570-977
UF: MG **Município:** VICOSA
Telefone: (31)3612-2316 **E-mail:** cep@ufv.br